

AÇÕES OPERACIONAIS Vigilantes da Gestão Pública

1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
	Fernandes Pinhei-	Prefeitura	MPPR	Análise pregão lixo PRESENCIAL N°	MDDD 0442.45 000204.6	
2	ro	rieleitura	MIPPK	097/2015	MPPR 0142.15.000204-6	
				NOTÍCIA DE FATO - Potencial ilegalidade na		
				realização de Audiência Pública para		
3	Guarapuava	IAP e Prefeitura	MPPR	licenciamento de Central de Tratamento		
		Freieitura		de Resíduos, na localidade de Palmeirinha,		
				no Município de Guarapuava – PR.		
				Recomendação para prefeitura de Florai,		
	Floraí	Prefeitura	Recomendação	referente licitação PREGÃO PESENCIA		
4		Prefeitura		82/2015 - TERCEIRIZAÇÃO DESTINAÇÃO		
				FINAL DE RESÍDUOS URBANOS		
5	Sengés	Prefeitura	Dosomondosão	Sengés - PROCESSO LICITATÓRIO N.º		
Э	Seliges	Prefeitura	Recomendação	003/2016 - Tomada de Preços 001/2016		
			Pedido de In-	Pedido de documentos na prefeitura de		
6	Guarapuava	Prefeitura	formação	Guarapuava referente contrato com a		
			Torriação	Atitude Ambiental Ltda.		
				Notícia DE FATO - Potencial ilegalidade na		
			Denunciado	realização de Audiência Pública para		
7	Guarapuava	CREA	potencial exer- cício ilegal da	licenciamento de Central de Tratamento		
			profissão	de Resíduos, na localidade de Palmeirinha,		
			•	no Município de Guarapuava – PR.		
	Paranavaí	Prefeitura e	MDDD	Noticia de Fato - pedido de abertura de		
0	8 Paranavaí	Paranavaí ACIAP	MPPR	procedimento investigatório – Paranavaí -		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 2	
				uso de recursos públicos para publicidade			
				na ACIAP – Associação Comercial de			
				Paranavaí.			
				Processo Licitatório PROCESSO PREGÃO			
				PRESENCIAL n°02/2016 – PMR - OBJETO:			
				CONTRATAÇÃO DE EMPRESA			
9	Roncador	Prefeitura	MPPR	ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE			
				SERVIÇO DE TRANSPORTE E DESTINAÇÃO			
				FINAL DE RESIDUOS SÓLIDOS URBANO			
					NO MUNICIPIO DE RONCADOR/PR.		
	Prudentópolis			PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016			
			feitura Recomendação	PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016 - Menor			
				preço por item - a contratação de empresa			
		Prefeitura		responsável pela coleta, manipulação,			
10				transporte e destinação correta de			
				resíduos sólidos da CLASSE I, II – A, e II – B,			
				conforme especificações e quantitativos			
				constantes do Anexo I – Termo de			
				Referência			
				CONTRATACAO DE PESSOA JURIDICA			
				DEVIDAMENTE CONSTITUIDA PARA			
				PRESTACAO DE SERVICOS DE			
			C-1:-:	TRANSPORTE E DESTINACAO FINAL DE			
11	Salto do Lontra	Prefeitura	Solicitação de informações	RESIDUOS SOLIDOS CONTAMINADOS			
			illorinações	ORIUNDOS DOS ATERROS SANITARIOS A			
				CEU ABERTO DESATIVADOS DE LINHA SAO			
				JORGE E LINHA CARMELIA, MUNICIPIO DE			
				SALTO DO LONTRA/PR, VISANDO A			



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 3
				RECUPERACAO AMBIENTAL, INCLUINDO		
				O FORNECIMENTO DE CONTAINERS PARA		
				DEPOSITO DOS RESIDUOS E POSTERIOR		
				TRANSPORTE E DESTINACAO FINAL.		
				CRITERIO DE JULGAMENTO: MENOR		
				PRECO POR ITEM.		
				Itaipu - Solicitar cópias digitalizadas dos		
12	Foz do Iguaçu		Solicitação de informações	documentos originais que compõem o		
				processo licitatório TOMADA DE PRECOS		
		ITAIPU		BINACIONAL EF 1788-15, capa a capa,		
				incluindo todos os orçamentos que deram		
				base para os preços, termo de referencia,		
				pareceres jurídicos.		
13	Corumbataí do Sul Prefeit	Prefeitura	Solicitação de	Solicitar docs pregão presencial Lixo		
13	cor ambatar do sar	Prefeitura	informações	Corumbataí do Sul, PR 01/2016		
				"Solicitar docs pregão presencial Lixo		
14	Barbosa Ferraz	Prefeitura	Solicitação de	LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS		
14	24.2024.0.142	Trefettara	informações	NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n°		
				003/2016."		
				"Solicitar docs pregão presencial Lixo		
15	Paulo Frontin	Prefeitura	Solicitação de	LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS		
13		Trefettara	informações	NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n°		
				001/2016."		
16	Bauru	SAMAE	Recomendação	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS -		
	_ = ===================================	<i>57</i> 11711 12	comenauşuo	PROCESSO N° 1441/2016"		
17	Roncador	Prefeitura	Recomendação	Recomendação Roncador - Proc 144/2014 -		
.,	17 Monedon	Preteitura	alterar edital	Pregão Presencial 74/2014 - Objeto:		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 4
				Contratação de Empresa para transporte e	·	
				destinação final de resíduos urbanos -		
				Empresa Sabiá Ecológico - potencial fraude		
				em orçamentos - ausência de		
				cumprimento do contrato - fraude em		
				licitação.		
				Nova Cantu - Comunicar ilegalidade na		
				licitação Tomada de Preçosoo3/2015 -		
40	Nova Cantú	Duofoituus	MADDD	Processo 023/2015 - Contratação da		
18	Nova Cantu	Prefeitura	MPPR	empresa Sabiá Ecológico - transporte e		
				destinação final do Lixo urbano da cidade		
				de Nova Cantú - PR.		
40	Bauru - SP SAN	CAMAE	Solicitação de	Soliictação de docs da licitação de Bauru -		
19	Daulu - Sr	SAMAE	informação	qualificação da empresa vencedora.		
		Prefeitura		Licitação de pedras britadas - Dal Ross -		
				Pato Branco - Sem licenciamento para		
20	Pato Branco		MPPR	operação - habilitação de empresa sem		
20	rato Branco		WIFFK	qualificação para funcionamento - falta de		
				licença ambiental. Interditada pela justiça.		
				Crime de Improbidade.		
				Descumprimento de lei municipal,		
				potencial crime de improbidade		
21	Pato Branco	Prefeitura	MPPR	administrativa - prefeito Augustinho Zucchi		
				- Abandono de Animais - Risco a Saúde		
				Pública.		
22	Pato Branco	SANEPAR	MPPR	Potencial crime ambiental - descarte de		
	. ato branco	SAINLEAN	IVII F IX	lodo de Ralf da Sanepar de Pato Branco -		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
23	Laranjeiras do Sul	IAP e Prefeitura	MPPR	Saneval e outros - Prefeitura de Pato Branco - PR - na data de 29 e 30/03/2016 com despejo em solo, produto in natura - diretamente do RALF para o aterro do município de Pato Branco. IAP - Instituto Ambiental do Paraná concedeu LI (Licença de Instalação) para que uma empresa privada - Limpeza e Conservação Pema - aterro doméstico e industrial Classe II, na rodovia PR 565, KM 08, sem número, Gleba 7, Quinhão 12, Bloco 13, Fazenda Laranjeiras, na Linha Nossa Senhora Aparecida. Empreendimento já foi objeto de atenção do MP, através do ilustre promotor Danilo Pinho Nogueira, que constatou que o referida área não possuiu condicionantes para tal, segundo laudo da Mineropar. Motivando uma reunião dos representantes do IAP com o Dr. Danilo, ficando estabelecido verbalmente que nada seria autorizado na área. Não foi exigido a feitura do EIA/RIMA.		
24	Guaratuba	Prefeitura	Recomendação	RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA E NOTICIA DE FATOS - MUNICÍPIO DE GUARATUBA - CONCORRÊNCIA Nº 001 /2012 – PMG - OBJETO DA LICITAÇÃO - Contratação de empresa para executar os		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 6
				serviços de coleta, transbordo e		
				transporte dos resíduos sólidos		
				domiciliares de competência municipal e		
				outros serviços pertinentes de		
				competência do Município de Guaratuba -		
				APÓS VISITA A CIDADE E RECOMENDAÇÃO		
				VERBAL AO PREFEITO E AO VICE-PREFEITO		
				E EQUIPE DE LICITAÇÃO.		
			Solicitação de informação	Solicitação dos docs. Referente a licitação		
	Cascavel	Prefeitura		de limpeza urbana - lixo- Cascavel -		
25				Contrato 090/2011 e seus 22 aditivos -		
25				Apuração de eventuais ilegalidades -		
				contribuição para o novo processo		
				anunciado pelo prefeito municipal.		
				"oficio Recomendação para que a		
				prefeitura de Campina da lagoa altere o		
				edital da licitação - Prestação de serviços		
				de transporte e destinação final de		
				resíduos sólidos domiciliares, do Município		
00	Campina da Lagoa	Prefeitura	Do samando são	de Campina da Lagoa Abertura:		
26	Campina da Lagoa	Prefeitura	Recomendação	29/04/2016 - Objeto: Modalidade: Tomada		
				de Preço - Prestação de serviços de		
				transporte e destinação final de resíduos		
				sólidos domiciliares, do Município de		
				Campina da Lagoa Valor R\$420.480,00 -		
				Tomada de Preços - Edital processo 37"		
27	Prudentópolis	Profeitura	Solicitação de	Solicitação de docs. EDITAL DE LICITAÇÃO		
21	27 Prudentópolis	dentópolis Prefeitura informação	PROCESSO LICITATÓRIO referente ao			



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
				pregão presencial PREGÃO PRESENCIAL Nº		
				131/2016, processo n° 204/2016 -		
				Terceirização do transporte e destinação		
				final do lixo urbano de Prudentópolis e		
				alteração de itens estranhos ao objeto		
				Prudentópolis – PR. Terceirização do		
				transporte e destinação final do lixo		
				urbano de Prudentópolis e alteração de		
				intens. estranhos ao objeto.		
				Noticia de Fato - Negativa de documentos		
				na prefeitura de Dois Vizinhos - Pedido ao		
28	Dois Vizinhos	Prefeitura	MPPR	Ministério Público para garantir acesso a		
				informação - objeto licitação do Lixo da		
				cidade de Dois Vizinhos Paraná.		
			MPPR	Irregularidades no PREGÃO PRESENCIAL		
				PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2016,		
29	Quinta do Sol	Prefeitura		tipo de licitação "MENOR PREÇO" 20 de		
23	7	Treference		maio de 2016 - Cidade de Quinta do Sol.		
				Não foi exigida nenhuma qualificação		
				técnica.		
				Resposta de questionamentos efetuados		
30	Uberlândia	MPPF	Apoio Instituci-	pela Procuradoria Federal - Ministério		
30			onal ao órgão	Público Federal em Minas Gerais - licitações		
				em rodovias federais.		
		Câmara	Pedido de in-	Oficio à Câmara Municipal de pato Branco		
31	Pato Branco	Cămara municipal	Pedido de in- formações	solicitando informações quanto aos cursos		
				em que participaram os funcionários		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
				efetivos e comissionados, horários de		
				comprovantes de cumprimento de cada		
				servidor, formação acadêmica e cópias dos		
				cursos que cada servidor participou nos		
				últimos 5 anos.		
				Pregão Presencial nº99/2016 - São José dos		
	São José dos Cam-		Pedido de in-	Campos - Objeto: Registro de Preços para		
32	pos - SP	Prefeitura	formações e	prestação de serviços referentes		
	pos - SP		recomendação	transporte e destinação final de amianto.		
				Pedido de informação e recomendação.		
	Laranjeiras do Sul			Solicitar cópias dos documentos referente		
			Solicitação de informações	ao pregão 052/2016 - Transporte de		
00		Prefeitura		destinação final de resíduos de laranjeiras		
33				do Sul, visto não constar do portal de		
				transparência da municipalidade,		
				desrespeito ao TAC.		
				Oficio com noticia de fatos referente a		
				descumprimento de Lei, em que há		
				obrigação de compostagem dos resíduos		
34	Francisco Beltrão	Prefeitura	MPPR	pelos geradores, com responsabilização		
				dos entes públicos por não exigirem e não		
				fazerem - Ministério Público de Francisco		
				Beltrão Dr. Maria Fernanda		
		2 ()		Recomendação Administrativa e Noticia de		
2F	Cascavel		refeitura Recomendação	Fatos - MUNICÍPIO DE CASCAVEL EDITAL		
35	Cascavei	Prefeitura		CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 10/2016 -		
				OBJETO DA LICITAÇÃO - contratação de		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
			,	empresa para Gestão Integrada dos	,	
				Serviços Relativos à Limpeza Urbana,		
				Coleta, Destinação Final e Disposição Final		
				dos Resíduos Sólidos Urbanos,		
				compreendendo os seguintes serviços:		
				Varrição manual de vias e logradouros		
				públicos e transporte dos resíduos dela		
				resultantes, em área delimitada no mapa		
				constante no Anexo 1; - Varrição mecânica		
				de vias e logradouros públicos e		
				transporte dos resíduos dela resultantes,		
				em área delimitada no mapa constante no		
				Anexo 1; - Coleta e transporte dos		
				resíduos domiciliares e comerciais na área		
				urbana e distritos constantes nos Anexos 1		
				e 7; - Coleta e classificação de resíduo		
				reciclável na área urbana constante no		
				Anexo 1; - Implantação, operação,		
				controle, monitoramento e manutenção		
				do aterro sanitário, constante no Anexo 1; -		
				Fornecimento de Equipes-padrão,		
				conforme Anexo 1; - Fornecimento de		
				Estrutura para limpeza pública, conforme		
				Anexo 1; - Implantação, operação e		
				manutenção do sistema de captação e		
				aproveitamento do biogás do aterro		
				sanitário, conforme Anexo 1 Potencial		
				ilegalidade no Edital.		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 10
36	Lapa	Câmara Municipal	Pedido de in- formação	Pedido de informações à câmara de Vereadores da Lapa - uso do veículo oficial da Câmara, que se encontrava estacionado no restaurante Três Pinheiros - Rodovia br 277 km 398 - Candói/PR - no dia 13/07/2016 - as 8:00 horas.	,	
37	Cascavel	Coagel	MPPR	Denuncia de danos ambientais em Cascavel, sementes tratadas e outros dispostos de forma irregular		
38	Francisco Beltrão	Crime ambiental empresa privada	MPPR	Noticia de Fato - Gaeco Francisco Beltrão - potencial Crime Ambiental - Sabiá Ecológico.		
39	Dois Vizinhos	Crime ambiental empresa privada	MPPR	Potencial Crime ambiental - Empresa Limpeza e Conservação PEMA - Cidade de Dois Vizinhos - PR		
40	Francisco Beltrão	SANEPAR	MPPR	Noticia de Fatos - Gaeco de Francisco Beltrão - Potencial crime de improbidade administrativa - Crimes ambientais- desvio de finalidade na aplicação de recursos públicos - Sanepar e terceirizadas		
41	Ampere	Prefeitura	MPPR	A m p é r e - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
42	Barracão	Prefeitura	MPPR	Barracão - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 11
				resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
43	Bela Vista do Ca- roba	Prefeitura	MPPR	BelaVistadaCaroba - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
44	Boa Esperança do Iguaçu	Prefeitura	MPPR	Boa Esperançadolguaçu - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
45	Bom Jesus do Sul	Prefeitura	MPPR	B o m J e s u s d o S u I - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
46	Bom Sucesso do Sul	Prefeitura	MPPR	B o m S u c e s s o d o S u l - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
47	Capanema	Prefeitura	MPPR	C ap a n e m a - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
48	Chopinzinho	Prefeitura	MPPR	Chopinzinho - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status		
				resíduos orgânicos em aterros e lixões.				
				Clevelândia - Notícia de Fato: Potencial				
40	49 Clevelândia	Prefeitura	MPPR	crime ambiental, danos ao meio ambiente				
49	Cieveiaridia	Prefeitura	MIPPK	e a sociedade - destinação ilegal de				
				resíduos orgânicos em aterros e lixões.				
				Coronel Domingues Soares - Notícia de				
	Coronel Domigues			Fato: Potencial crime ambiental, danos ao				
50	Soares	Prefeitura	MPPR	meio ambiente e a sociedade - destinação				
	Joanes			ilegal de resíduos orgânicos em aterros e				
					lixões.			
		Prefeitura	MPPR	Coronel Vivida - Notícia de Fato: Potencial				
51	Coronel Vivida			crime ambiental, danos ao meio ambiente				
31	coroner vivida			e a sociedade - destinação ilegal de				
				resíduos orgânicos em aterros e lixões.				
				Cruzeiro do Iguaçu - Notícia de Fato:				
52	Cruzeiro do Iguaçu	Prefeitura	MPPR	Potencial crime ambiental, danos ao meio				
32	ci dzeli o do iguaça	Freieitura	WIFFK	ambiente e a sociedade - destinação ilegal				
				de resíduos orgânicos em aterros e lixões.				
				Dois Vizinhos - Notícia de Fato: Potencial				
53	Dois Vizinhos	Prefeitura	MPPR	crime ambiental, danos ao meio ambiente				
33	DOIS VIZINIOS	Trefeitura	WILL	e a sociedade - destinação ilegal de				
				resíduos orgânicos em aterros e lixões.				
				Enéias Marques - Notícia de Fato: Potencial				
54	Enéias Marques	Prefeitura	MPPR	crime ambiental, danos ao meio ambiente				
54	2	rieleituia	МРРК	e a sociedade - destinação ilegal de				
				resíduos orgânicos em aterros e lixões.				
55	Flor da Serra do	Prefeitura	MPPR	Flor da Serra do Sul - Notícia de Fato:				



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 13	
	Sul			Potencial crime ambiental, danos ao meio			
				ambiente e a sociedade - destinação ilegal			
				de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
				Francisco Beltrão - Notícia de Fato:			
56	Francisco Beltrão	Prefeitura	a MPPR	Potencial crime ambiental, danos ao meio			
96	36 Hancisco Beiti do	Prefeitura	MIPPK	ambiente e a sociedade - destinação ilegal			
				de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
				Honório Serpa - Notícia de Fato: Potencial			
57	Honório Serpa	Prefeitura	MPPR	crime ambiental, danos ao meio ambiente			
57	Honorio Serpa	Prefeitura	WIPPK	e a sociedade - destinação ilegal de			
					resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
		e Prefeitura			Itapejara do Oeste - Notícia de Fato:		
50	Itapejara d' Oeste		MPPR	Potencial crime ambiental, danos ao meio			
58	itapejara u Oeste		MIPPK	ambiente e a sociedade - destinação ilegal			
				de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
				Manfrinópolis - Notícia de Fato: Potencial			
59	Manfrinópolis	Duefeituus	MPPR	crime ambiental, danos ao meio ambiente			
59	Marininopolis	polis Prefeitura	MIPPK	e a sociedade - destinação ilegal de			
				resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
				Mariópolis - Notícia de Fato: Potencial			
60	Mariópolis	Prefeitura	MPPR	crime ambiental, danos ao meio ambiente			
60	wai iopolis	Prefeitura	WIPPK	e a sociedade - destinação ilegal de			
			resíduos orgânicos em aterros e lixões.				
				Marmeleiro - Notícia de Fato: Potencial			
61	Marmeleiro	Prefeitura	MPPR	crime ambiental, danos ao meio ambiente			
וס	Mai melen o	rieleituia	WIFT	e a sociedade - destinação ilegal de			
				resíduos orgânicos em aterros e lixões.			



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	14
62	Nova Esperança do Sudoeste	Prefeitura	MPPR	Nova Esperança do Sudoeste - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e			
63	Nova Prata do Iguaçu	Prefeitura	MPPR	lixões. Nova Prata do Iguaçu - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
64	Palmas	Prefeitura	MPPR	Palmas - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
65	Pato Branco	Prefeitura	MPPR	Pato Branco - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
66	Pérola D' Oeste	Prefeitura	MPPR	Pérola do Oeste - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
67	Pinhal do São Ben- to	Prefeitura	MPPR	Pinhal do São Bento - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
68	Planalto	Prefeitura	MPPR	Planalto - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a			



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	15	
				sociedade - destinação ilegal de resíduos				
				orgânicos em aterros e lixões.				
				Pranchita - Notícia de Fato: Potencial crime				
00	Pranchita	Prefeitura	MDDD	ambiental, danos ao meio ambiente e a				
69	Franciica	Prefeitura	MPPR	sociedade - destinação ilegal de resíduos				
				orgânicos em aterros e lixões.				
				Realeza - Notícia de Fato: Potencial crime				
70	Realeza	Prefeitura	MPPR	ambiental, danos ao meio ambiente e a				
70	Realeza	Freieitura	WIFFK	sociedade - destinação ilegal de resíduos				
					orgânicos em aterros e lixões.			
				Renascença - Notícia de Fato: Potencial				
71	Renascença Prefeitura	Profoitura	MPPR	crime ambiental, danos ao meio ambiente				
71	Renascença	Treference Will IX	WIFFK	e a sociedade - destinação ilegal de				
				resíduos orgânicos em aterros e lixões.				
				Salgado Filho - Notícia de Fato: Potencial				
72	Salgado Filho	Prefeitura MPPR	crime ambiental, danos ao meio ambiente					
12	Suigudo i inio	rieleitura	WIFFK	e a sociedade - destinação ilegal de				
				resíduos orgânicos em aterros e lixões.				
				Salto do Lontra - Notícia de Fato: Potencial				
73	Salto do Lontra	Prefeitura	MPPR	crime ambiental, danos ao meio ambiente				
73	Saite de Leittia	Trefettara	WILL	e a sociedade - destinação ilegal de				
				resíduos orgânicos em aterros e lixões.				
				Santa Izabel do Oeste - Notícia de Fato:				
74	Santa Izabel D'	Prefeitura	MPPR	Potencial crime ambiental, danos ao meio				
17	Oeste	Trefettara	"" "	ambiente e a sociedade - destinação ilegal				
				de resíduos orgânicos em aterros e lixões.				
75	Santo Antônio do	Prefeitura	MPPR	Santo Antônio do Sudoeste - Notícia de				



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	16
	Sudoeste			Fato: Potencial crime ambiental, danos ao	·		
				meio ambiente e a sociedade - destinação			
				ilegal de resíduos orgânicos em aterros e			
				lixões.			
				São João - Notícia de Fato: Potencial crime			
70	São João	D (-:1	AADDD	ambiental, danos ao meio ambiente e a			
76	340 1040	São João Prefeitura	MPPR	sociedade - destinação ilegal de resíduos			
				orgânicos em aterros e lixões.			
		orge do Oes- te Prefeitura MPPR		São Jorge d' Oeste - Notícia de Fato:			
	São Jorge do Oes-		Potencial crime ambiental, danos ao meio				
77	te		MPPK	ambiente e a sociedade - destinação ilegal			
				de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
				Saudade do Iguaçu - Notícia de Fato:			
70	78 Saudade do Iguaçu	e do Iguaçu Prefeitura	Prefeitura MPPR	Potencial crime ambiental, danos ao meio			
/8				ambiente e a sociedade - destinação ilegal			
				de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
				Sulina - Notícia de Fato: Potencial crime			
70	Sulina	Duefeituus	MDDD	ambiental, danos ao meio ambiente e a			
79	Suilla	Prefeitura	MPPR	sociedade - destinação ilegal de resíduos			
				orgânicos em aterros e lixões.			
				Verê - Notícia de Fato: Potencial crime			
90	Verê	Prefeitura	MPPR	ambiental, danos ao meio ambiente e a			
80	vere	Prefeitura	WIPPR	sociedade - destinação ilegal de resíduos			
				orgânicos em aterros e lixões.			
				Vitorino - Notícia de Fato: Potencial crime			
81	Vitorino	Prefeitura	Prefeitura MPPR	ambiental, danos ao meio ambiente e a			
				sociedade - destinação ilegal de resíduos			



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 17
				orgânicos em aterros e lixões.		
82	Mangueirinha	Prefeitura	MPPR	Mangueirinha - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
83	Todas do Paraná	Prefeituras e Câmaras municipais	MPPR	CAOP - Notícia de Fato - potencial crime de improbidade, repasse de recursos públicos para ONGs de prefeitos, vereadores e outras- Estado do Paraná - mais de 13 milhões ano.		
84	Lapa	Câmara Municipal	MPPR	LAPA - CÂMARA DE VEREADORES – Potencial irregularidades em gastos com diárias, valor excessivo - potencial crime de improbidade por parte de vereadores - comunicado ao Ministério Público para as tomadas de providências.		
85	Santo Antônio do Sudoeste	Prefeitura	MPPR	Santo Antônio do Sudoeste - Notícia de Fato: Potencial ilegalidade no edital		
86	Todas de Santa Catarina	INMETRO/SC	MPSC	CAOP MP Santa Catarina - Noticia de Fato - potencial crime de improbidade administrativa e outros na autarquia INMETRO/SC - Encaminhado documentos e representação.		
87	Ponta Grossa	Prefeitura	MPPR	Ponta Grossa - CAOPMA - Denuncia potencial crime ambiental e improbidade administrativa - Gestão de resíduos - operação de aterro Botuquara - Desvio de		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	18		
				finalidade -	,				
				Castro - GAECO - Notícia de Fato - Potencial					
00	Castro	TCEDD	MADDD	fraude processual no TCEPR - retirada de					
88	Castro	TCEPR	MPPR	nome do ex-prefeito da lista dos					
				inelegíveis sem fato julgado para o feito,					
89	Quarto Centenário	Prefeitura	MPPR	Quarto Centenário - Potencial ilegalidade -					
0	Qual to Centenario	Prefeitura	WIPPK	Pregão 041 2016 Licitação do Lixo					
				Paranavaí - concorrência pública nº					
90	Paranavaí	ranavaí Prefeitura	MPPR	001/2016 – contratação de empresa de					
90	Fieleitura	WIPPK	engenharia e especializada em execução						
				de serviços de limpeza urbana.					
91	Sarandi PR Prefeitura	Sarandi PR	MPPR	Sarandi - Portal da Transparência-					
91	Saranarik	Trefeitura	WIFFK	desrespeito ao LAI - Lei de Transparência.					
		Curitiba SANEPAR Recomendad		Sanepar - Recomendação para adequação					
			ritiba SANEPAR Recomendaçã			do Portal de Transparência -			
92	Curitiba			Recomendação	disponibilização dos dados e documentos				
				referentes aos processos licitatórios e					
				outros.					
				Sarandi - Potencial ilegalidade no processo					
				licitatório Concorrência nº5 - contratação					
93	Sarandi PR	Prefeitura	MPPR	de empresa para destinação dos resíduos					
				sólidos urbanos da cidade afronta a Lei de					
				licitações 8.666/93 - art. 3°.					
				Marmeleiro - Notícia de Fato - Potencial					
94	Marmeleiro	Prefeitura	MPPR	crime de compra de votos no processo					
				eleitoral 2016					
95	Pato Branco	Empresa Privada/IAP	MPPR	Posto Pinheiro - Potencial ilegalidade em					



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	19
				construção sobre solo contaminado de posto de combustível na cidade de Pato Branco.			
96	Francisco Beltrão	Prefeitura	MPPR	Francisco Beltrão - Potencial ilegalidade acúmulo de Cargos do servidor do professor da rede estadual Edenir João Tabaldi atua também em cargo em comissão na Secretaria de Esporte de Francisco Beltrão.			
97	Rio Azul	Prefeitura	MPPR	Rio Azul - potencial ilegalidade no pregão PREGÃO PRESENCIAL N° 67/2016 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA: (1) OPERAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS; (2) TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS ENTRE A ESTAÇÃO DE TRANSBORDO E O LOCAL DE DESTINAÇÃO E (3) TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM LOCAL AMBIENTALMENTE ADEQUADO.			
98	Castro	INCRA	MPF	MPF - INCRA - Denuncia de invasão com pedido de cadastro dos invasores para exclusão do programa nacional de reforma agrária			
99	Curitiba	Sanepar	MPPR	Sanepar - Licitação Concorrência 270 2016 - ilegalidades no edital			



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 20
100	Curitiba	DNPM	Recomendação	DNPM - Denuncia AGM funcionando sem licença		
101	Cascavel	Prefeitura	MPPR	Recurso Hierárquico - Lixo Cascavel		
102	Inácio Martins	Prefeitura	Recomendação	Recomendação Administrativa e Noticia de Fatos - MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 003/2017 - OBJETO DA LICITAÇÃO - contratação de empresa PARA TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO URBANO - APÓS VISITA A CIDADE E RECOMENDAÇÃO VERBAL AO VICE-PREFEITO E EQUIPE DE LICITAÇÃO		
103	Cascavel	Prefeitura	Recomendação	Recomendação com parecer para anular a licitação Concorrência 010/2016 - lixo - Cascavel		
104	Brasilândia do Sul	Câmara municipal	MPPR	Em anexo encaminhamos notícia de fato em que o TCEPR aponta que foram efetuados contratos ilegais de terceirização de serviços na Câmara de Vereadores de Brasilândia do Sul, solicitamos a instauração de procedimento para apuração de responsabilidades e medidas cabíveis para a punição no âmbito criminal dos ordenadores e das empresas beneficiadas.		
105	Itapejara D'Oeste	Prefeitura	MPPR	Comunicar Potencial crime ambiental e desvio de recursos público causado, em		

AVIGILANTES AV	
	21

1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 21
				tese, pela prefeitura de Itapejara D' Oeste e pela empresa Sabiá Ecológico Ltda. Supressão de vegetação no antigo lixão da cidade, soterramento de resíduos urbanos no local e recebimento indevido de pagamentos por serviços não prestados. RECOMENDAÇÃO para anular licitações PREGÃO PRESENCIAL 15/2012 E PREGÃO	,	
106	Foz do Jordão	Prefeitura	Recomendação	PRESENCIAL 22/2014 – ambos para contratar empresa para coletar resíduos na cidade.		
107	Ponta Grossa	Prefeitura	MPPR	"Noticia de fato: apurar as irregularidades no Município de Ponta Grossa, descritas no Relatório de Auditoria nº. 03/2014, elaborado pela Diretoria de Fiscalização de Obras Públicas, atual Coordenadoria de Fiscalização de Obras Públicas (COFOP), referente aos exercícios de 2011 a 2013, relativamente à obra paralisada do "Alargamento e Duplicação do Viaduto de Acesso ao Núcleo Santa Paula"	Ministério Público do Estado do Paraná, a Notícia de Fato MPPR 0113.17.000469-2, com o objetivo de verificar suposta ocorrência de improbidade administrativa na conduta do ex secretário municipal de planejamento, Sr. José Ribamar Kruger, conforme acórdão 5836/16 do Tribunal de Contas do Estado.	
108	Farol	Prefeitura	MPPR	Potencial afronta ao LAI – lei de acesso à informação no Portal da Transparência do Município de Farol.		
109	Marmeleiro	Prefeitura	Recomendação	Marmeleiro –Recomendação para anular		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	
				licitação ilegal de coleta e destinação do			
				lixo.			
				Denuncia Organic Guarapuava e Iap –			
		_		Danos ambientais – Vistoria realizada com			
110	Guarapuava	Empresa privada/IAP	MPPR	apoio da Polícia Ambiental – flagrante de			
		privada/iAi		crimes em empresa devidamente			
				licenciada pelo IAP.			
				Potencial ilegalidades no PREGÃO			
444	Altamira do Para-	Drofoitura	Desemendesão	PRESENCIAL N°. 014/2017 - transbordo e			
111	ná Prefeitura	Recomendação	destinação final do lixo de Altamira do				
						Paraná	
	Curitiba MPPR	Curitiba MPPR		Pedido de alteração do Tac da			
			MPPR Recomendação	Transparência, aplicado pelo MPPR, com			
112				introdução de novos detalhamentos na			
				exposição dos dados nos portais das			
				prefeituras e câmaras.			
440	Cambé	Prefeitura	MADDD	MP Cambé Of 013 2017 - Notícia de Fato			
113	Cambe	Prefeitura	tura MPPR	limite prudencial Cambé extrapolado			
444	Jundiaí do Sul	Prefeitura	MPPR	MP Jundiaí do sul - of 014 - Noticia de Fato			
114	Juliulai do Sui	Prefeitura	MIPPK	limite prudencial Jundiaí do Sul			
115	Pato Branco	Consórcio Int. Munic. Saúde	Recomendação	Portal proamusep fora da lei			
116	Medianeira	Prefeitura	MPPR	denuncia portal medianeira fora da lei			
117	Piraí do Sul	Câmara municipal	MPPR	Portal fora da lei na Câmara de Piraí do Sul			
440	Varginha MG		MDMC	Notícia de Fato repasse para time de			
118	vai giiiia iviQ	Prefeitura	MPMG	Varginha MG potencial ilegalidade			
119	Piraí do Sul	Câmara	MPPR	Recomendação Administrativa - Câmara de			



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	23
		municipal		Vereadores de Piraí - Pagamentos à Uvepar			
120	Mandaguari	Prefeitura	MPPR	MP Mandaguari Contratação de advogado sem licitação			
121	Guaramirin SC	Prefeitura	Recomendação	Guaramirin - recomendação alterações no edital do lixo			
122	Guaramirin SC	Prefeitura	Recomendação	Guaramirin - Recomendação suspensão dos pagamentos a entidade de prefeitos			
123	Guaratuba	Prefeitura	Recomendação	Guaratuba - Recomendação para realização de licitação do lixo e outros serviços			
124	Almirante Taman- daré	Prefeitura	Recomendação	Almirante Tamandaré - Recomendação nulidade da concorrência 06/2017 - Contrato do lixo			
125	Paranaguá	Prefeitura	Solicitação de informação	Paranaguá - Requisição de documentos da licitação Concorrência 006/2015 - Coleta, Transporte e destinação do lixo - apurar ilegalidades.			
126	Clevelândia	Câmara Municipal	Recomendação	Clevelândia - Recomendação para que a Câmara de Vereadores faça concurso público para a contratação de procurador jurídico			
127	Curitiba	DER	Recomendação	der - ADEQUAÇÃO DA RODOVIA PR 340 – potencial direcionamento de edital			
128	Curitiba	Compagás	MPPR	Compagas - apurar prejuízo causado pela locação de imóvel sem uso			
129	Pato Branco	Prefeitura/uni ão de assoc. de moradores	MPPR	Pato Branco - investigar repasse a união de associações de moradores de Pato Branco			



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 24
130	Santa Catarina	Entidades privadas de prefeitos e vereadores	MPSC	Santa Catarina - Pagamentos associações de prefeitos e vereadores		
131	Curitiba	Instituto Cidades Inteligentes	MPPR	ICI - Negativa de acesso a informação		
132	Pato Branco	Prefeitura	MPPR	Pato Branco - Cobrança indevida de emolumentos em carnê de IPTU - denuncia ao Ministério Público		
133	S. José dos Pinhais	Prefeitura	MPPR	S. J. Pinhais - Cobrança ilegal de taxa de sinistros - bombeiros		
134	Morretes	Câmara municipal	MPPR	Morretes - Câmara vereadores contrato betha-sistemas, potencial ilegalidades		
135	Rio Bonito do Iguaçu	Prefeitura/IAP	MPPR	Rio Bonito do Iguaçu - Notícia de Fato - Potencial ilegalidade em licenciamento de posto de combustível		
136	Morretes	Prefeitura	MPPR	Morretes - Pregão eletrônico - Contratação de Assessoria e Treinamento - ilegalidade		
137	Curitiba	ALEP	Pedido de in- formação	ALEP - Pedido de transparência e justificativa das notas apresentadas por deputados para justificar verba ressarcimento em atividade parlamentar		
138	Estado de Santa Catarina	Imetro SC	CAOP MPSC	CAOP MP Santa Catarina - Noticia de Fato - potencial crime de improbidade administrativa e outros na autarquia INMETRO/SC - Encaminhado documentos e representação.		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 2.
139	Estado do Paraná	Prefeituras e Câmaras	CAOP MPPR	CAOP - Notícia de Fato - potencial crime de improbidade, repasse de recursos públicos para ONGs de prefeitos, vereadores e outras- Estado do Paraná - mais de 13 milhões ano.		
140	PATO BRANCO	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	mppr	Pato Branco - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
141	Pérola do Oeste	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Pérola do Oeste - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
142	Pinhal do São Ben- to	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Pinhal do São Bento - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.	Sil	
143	LAPA	CÂMARA DE VEREADORES	MPPR	LAPA - CÂMARA DE VEREADORES - Gastos com diárias - valor excessivo - potencial crime de improbidade por parte de vereadores - comunicado ao Ministério Público para as tomadas de providências. Santo Antônio do Sudoeste - Notícia de Fato: Potencial ilegalidade no edital.		
144	PRANCHITA	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Pranchita - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	26
			,	orgânicos em aterros e lixões.	,		
145	REALEZA	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Realeza - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
146	RENASCENÇA	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Renascença - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
147	Salgado Filho	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Salgado Filho - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
148	SALTO DO LON- TRA	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Salto do Lontra - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.	Sil		
149	SANTA IZABEL D'OESTE	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Santa Izabel do Oeste - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
150	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Santo Antônio do Sudoeste - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e			



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 27
				lixões.	,	
151	SÃO JOÃO	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	São João - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
152	SÃO JORGE D'OESTE	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	São Jorge d' Oeste - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
153	SAUDADE DO IGUAÇU	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Saudade do Iguaçu - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
154	SULINA	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Sulina - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
155	VERÊ	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Verê - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.	Sil	
156	VITORINO	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Vitorino - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	28
157	MANGUEIRINHA	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Mangueirinha - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.	,		
158	MARIÓPOLIS	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Mariópolis - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
159	MARMELEIRO	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Marmeleiro - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
160	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Nova Esperança do Sudoeste - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
161	NOVA PRATA DO IGUAÇU	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Nova Prata do Iguaçu - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
162	PALMAS	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Palmas - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.	Sil		
163	FLOR DA SERRA DO SUL	PREFEITURA – IAP – GRANDES	MPPR	Flor da Serra do Sul - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio			



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 29
		GERADORES	<u> </u>	ambiente e a sociedade - destinação ilegal	,	
				de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
		PREFEITURA –		Francisco Beltrão - Notícia de Fato:		
464	FRANSCISCO BEL-	IAP –	MPPR	Potencial crime ambiental, danos ao meio		
164	TRÃO	GRANDES	MIPPK	ambiente e a sociedade - destinação ilegal		
		GERADORES		de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
		PREFEITURA –		Honório Serpa - Notícia de Fato: Potencial		
165	HONÓRIO SERPA	IAP –	MPPR	crime ambiental, danos ao meio ambiente		
103	HONOINO SEIN A	GRANDES	WILL	e a sociedade - destinação ilegal de		
		GERADORES		resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
		ESTE GRANDES		Itapejara do Oeste - Notícia de Fato:		
166	ITAPEJARA		MPPR	Potencial crime ambiental, danos ao meio		
100	D'OESTE			ambiente e a sociedade - destinação ilegal		
		GERADORES		de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
		PREFEITURA –		Manfrinópolis - Notícia de Fato: Potencial		
167	MANFRINÓPOLIS	POLIS IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	crime ambiental, danos ao meio ambiente		
.0.				e a sociedade - destinação ilegal de		
				resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
		PREFEITURA –		Dois Vizinhos - Notícia de Fato: Potencial		
168	DOIS VIZINHOS	IAP –	MPPR	crime ambiental, danos ao meio ambiente		
100		GRANDES GERADORES		e a sociedade - destinação ilegal de	XV	
		GENADORES		resíduos orgânicos em aterros e lixões.	O	
		PREFEITURA –		Cruzeiro do Iguaçu - Notícia de Fato:		
169	CRUZEIRO DO	IAP –	MPPR	Potencial crime ambiental, danos ao meio		
	IGUAÇU	GRANDES GERADORES		ambiente e a sociedade - destinação ilegal		
				de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
170	CORONEL VIVIDA	PREFEITURA – IAP –	MPPR	Coronel Vivida - Notícia de Fato: Potencial		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	30
		GRANDES GERADORES		crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
171	CORONEL DO- MINGUES SOARES	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Coronel Domingues Soares - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
172	ENÉIAS MARQUES	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Enéias Marques - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
173	CHOPINZINHO	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Chopinzinho - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
174	CAPANEMA	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	C ap a n e m a - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.			
175	CLEVELÂNDIA	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Clevelândia - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.	Sil		
176	PLANALTO	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Planalto - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos			



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 31
				orgânicos em aterros e lixões.	·	
177	BOM SUCESSO DO SUL	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	B o m S u c e s o d o S u I - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
178	BOM JESUS DO SUL	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	B o m J e s u s d o S u I - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
179	BOA ESPERAÇA DO IGUAÇU	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	B o a E s p e r a n ç a d o l g u a ç u - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
180	BELA VISTA A CAROBA	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	B e l a Vi s t a d a C a r o b a - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		
181	BARRACÃO	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	Barracão - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.	Sil	
182	AMPÉRE	PREFEITURA – IAP – GRANDES GERADORES	MPPR	A m p é r e - Notícia de Fato: Potencial crime ambiental, danos ao meio ambiente e a sociedade - destinação ilegal de resíduos orgânicos em aterros e lixões.		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 32
183	CASCAVEL		MPPR	Denuncia de danos ambientais em Cascavel, sementes tratadas e outros dispostos de forma irregular.		
184	LAPA	CÂMARA DE VEREADORES	MPPR	Pedido de informações à câmara de Vereadores da Lapa - uso do veículo oficial da Câmara, que se encontrava estacionado no restaurante Três Pinheiros - Rodovia BR 277 km 398 - Condói/PR - no dia 13/07/2016 - as 8:00 horas.		
185	CASCAVEL	PREFEITURA	MPPR	Recomendação Administrativa e Noticia de Fatos - MUNICÍPIO DE CASCAVEL EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 10/2016 - OBJETO DA LICITAÇÃO - contratação de empresa para Gestão Integrada dos Serviços Relativos à Limpeza Urbana, Coleta, Destinação Final e Disposição Final dos Resíduos Sólidos Urbanos, compreendendo os seguintes serviços: Varrição manual de vias e logradouros públicos e transporte dos resíduos dela resultantes, em área delimitada no mapa constante no Anexo 1; - Varrição mecânica de vias e logradouros públicos e transporte dos resíduos dela resultantes, em área delimitada no mapa constante no Anexo 1; - Coleta e transporte dos resíduos domiciliares e comerciais na área urbana e distritos constantes nos Anexos 1 e 7; -		

ч	15	•	ш		
1	G		1		
ø	-		"		
		H.	//		
	A	////			
ď.	2	_			
N.	/			_	_
				2	2

1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	33
	Cidade	Orgao	investigação	Coleta e classificação de resíduo reciclável na área urbana constante no Anexo 1; - Implantação, operação, controle,	Observação	Status	
				monitoramento e manutenção do aterro sanitário, constante no Anexo 1; - Fornecimento de Equipes-padrão, conforme Anexo 1; - Fornecimento de Estrutura para limpeza pública, conforme			
				Anexo 1; - Implantação, operação e manutenção do sistema de captação e aproveitamento do biogás do aterro sanitário, conforme Anexo 1 Potencial ilegalidade no Edital.			
186			MPPR	Oficio com noticia de fatos referente a descumprimento de Lei, em que há obrigação de compostagem dos resíduos pelos geradores, com responsabilização dos entes públicos por não exigirem e não fazerem - Ministério Público de Francisco Beltrão Dra. Maria Fernanda.	- 1		
187	LARANJEIRAS DO SUL	PREFEITURA		Solicitar cópias dos documentos referente ao pregão 052/2016 - Transporte de destinação final de resíduos de Laranjeiras do Sul, visto não constar do portal de transparência da municipalidade, desrespeito ao TAC.			
188	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP	SAMAE		Pregão Presencial nº99/2016 - São José dos Campos - Objeto: Registro de Preços para			



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 34
				prestação de serviços referentes transporte e destinação final de amianto. Pedido de informação e recomendação.	·	
189	PATO BRANCO	CÂMARA DE VEREADORES		Oficio à Câmara Municipal de Pato Branco solicitando informações quanto aos cursos em que participaram os funcionários efetivos e comissionados, horários de comprovantes de cumprimento de cada servidor, formação acadêmica e cópias dos cursos que cada servidor participou nos últimos 5 anos.		
190	UBERLÂNDIA	MPF	MPF	Resposta de questionamentos efetuados pela Procuradoria Federal - Ministério Público Federal em Minas Gerais - licitações em rodovias federais.	Sil	
191	QUINTA DO SOL	PREFEITURA	MPPR	Irregularidades no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2016, tipo de licitação "MENOR PREÇO" 20 de maio de 2016 - Cidade de Quinta do Sol. Não foi exigida nenhuma qualificação técnica.		
192	DOIS VIZINHOS	PREFEITURA	MPPR	Noticia de Fato - Negativa de documentos na prefeitura de Dois Vizinhos - Pedido ao Ministério Público para garantir acesso a informação - objeto licitação do Lixo da cidade de Dois Vizinhos Paraná.		
193	PRUDENTÓPOLIS	PREFEITURA	MPPR	Solicitação de docs. EDITAL DE LICITAÇÃO		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 35
	Cidade	Oigau	investigação	PROCESSO LICITATÓRIO referente ao pregão presencial PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2016, processo nº 204/2016 - Terceirização do transporte e destinação final do lixo urbano de Prudentópolis e alteração de itens estranhos ao objeto. – Prudentópolis – PR. Terceirização do transporte e destinação final do lixo urbano de Prudentópolis e alteração de intens. estranhos ao objeto.	O D S C I V A Ç A D	Julia
194	CAMPINA DA LA- GOA	PREFEITURA	MPPR	Oficio Recomendação para que a prefeitura de Campina da lagoa altere o edital da licitação - Prestação de serviços de transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, do Município de Campina da Lagoa - Abertura: 29/04/2016 - Objeto: Modalidade: Tomada de Preço - Prestação de serviços de transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, do Município de Campina da Lagoa Valor R\$420.480,00 - Tomada de Preços - Edital processo 37".		
195	Cascavel	Prefeitura	Análise de licita- ção em curso e preparação para a futura	Solicitação dos docs. Referente a licitação de limpeza urbana - lixo- Cascavel - Contrato 090/2011 e seus 22 aditivos - Apuração de eventuais ilegalidades - contribuição para o novo processo	1. Fornecimento em forma digital, postado no PORTAL DA TRANSPA- RÊNCIA da cidade, de to- dos os documentos origi-	Dia 10,11, 12/04/2016 - rea- lizado visita in loco a cidade, reunião com a



36

1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 36
_		0.800		anunciado pelo prefeito municipal.	nados a partir da requisi-	secretaria de
				and the peroperation of th	ção de contratação dos	meio ambiente
					serviços que foram levados	do município,
					a efeito no Contrato	com o setor de
					090/2011 – Concorrência	Controle inter-
					Pública 12/2010.	no, protocolado
					Sendo:	o pedido de
					a) Processo licitató-	informações.
					rio (capa a capa);	
					b) Nos aditivos, to-	
					dos os documentos que	
					precederam a razão para o	
					feito;	
					(c) Todos os relató-	
					rios do Gestor de Contrato;	
					(d) Todos os compro-	
					vantes de aferição dos	
					serviços prestados;	
					e) MTRs- Manifesto	
					de Transporte dos Resí-	
					duos transportados e dis-	
					postos no Aterro;	
					f) Todos os laudos	
					de verificação periódicas	
					realizados pelo represen-	
					tante da municipalidade,	
					para constatar que a em-	
					presa contratada manteve	
					as condicionantes exigidas	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 37
					no processo de licitação; g) Todas as licenças que comprovam que a empresa possui habilitação para a prestação dos servi- ços contratados; h) Todas as planilhas orçamentárias que foram realizadas para cada reno- vação de contrato, com- provando a vantajosidade para os feitos; i) Todos os empe- nhos e pagamentos, jun- tamente com o compro- vantes do serviços realiza- do, em cada pagamento; j) Outros documen- tos que se relacionam com o citado contrato	
196	São Mateus do Sul	Prefeitura	Acompanha- mento do pro- cesso	23/03/16 Solicitado docs. ref. PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2016 — P.M.S.M.S. OBJETO: objeto a seleção de propostas que visam a contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia sanitária de Limpeza Pública no Município de São Mateus do Sul, conforme solicitação da Secretaria	1. Solicitar cópias digitalizadas dos documentos completos, inclusive as peças da pesquisa de preços que embasaram os preços máximos do PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 – P.M.S.M.S. OBJETO: licitação tem por	Dia 13/04/2016 - Acompanhado o certame, efetu- da recomenda- ções e solicita- dos diversos outros proces- sos para ofere- cer recomenda-



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
•	Cidade	Orgao	ilivestigação		objeto a seleção de pro-	ção quanto a
				Municipal de Meio Ambiente 021/2016	postas que visam a contra-	potenciais ano-
						malias.
					tação de empresa especia-	
					lizada para execução de	-aguardando
					serviços de engenharia	documentos
					sanitária de Limpeza Públi-	para análise e
					ca no Município de São	recomendações
					Mateus do Sul, conforme	cabíveis.
					solicitação da Secretaria	-Visita a repre-
					Municipal de Meio Ambi-	sentante Minis-
					ente.	terial para situar
					Motivo: Analisar os autos e	quanto a atua-
					oferecer contribuição vo-	ção do Vigilan-
					luntária sobre possíveis	tes da Gestão e
					anomalias no processo –	sua metodologia
					os documentos não se	de trabalho.
					encontram no Portal de	
					Transparência da municipa-	
					lidade.	
					2. Solicitar cópias	
					digitalizadas dos documen-	
					tos completos da licitação,	
					contrato, empenhos, rela-	
					tórios do Gestor do Con-	
					trato, comprovantes de	
					pesagem, aditivos, etc.	
					referente ao contrato que	
					a municipalidade celebrou	
					com a TRANSRESIDUOS	



Cidade Órgão Investigação Notícia de Fato Observação **Status** TRANSPORTES DE RESÍ-DUOS INDUSTRIAIS LTDA. 16/03/16 Descumprimento de lei municipal, potencial crime de improbidade ANIMAIS ABANDONADOS. Ministério Públiadministrativa - prefeito Augustinho Zucchi RESPONSABILIDADE DO 197 **Pato Branco Prefeitura** co do Estado do Paraná - Abandono de Animais - Risco a Saúde MUNICÍPIO. Pública. 020/2016 Licitação de pedras britadas -15/03/16 Dal Ross - Pato Branco - Sem licenciamento para operação - habilitação de empresa Ministério Públi-Pato Branco co do Estado do sem qualificação para funcionamento -198 Prefeitura Paraná falta de licença ambiental. Interditada pela justiça. Potencial Crime de Improbidade. -019/2016 **EMPRESA** MUNICIPAL DE 10/03/16 Solicitação de docs. da DESENVOLVI Ministério Públilicitação de Bauru - qualificação da 199 Bauru MENTO co do Estado de empresa vencedora. 018/2016 Após **URBANO E** São Paulo certame. **RURAL DE** BAURU -**EMDURB** 09/03/16 Nova Cantú - Comunicar ilegalidade na licitação Tomada de Ministério Públi-Preçosoo3/2015 - Processo 023/2015 -Nova Cantú Prefeitura co do Estado do 200 Contratação da empresa Sabiá Ecológico -Paraná transporte e destinação final do Lixo urbano da cidade de Nova Cantú - PR.



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	40
				017/2016	,		
201	Roncador	Prefeitura	Recomendado	o7/03/16 Recomendação Roncador - Proc 144/2014 - Pregão Presencial 74/2014 - Objeto: Contratação de Empresa para transporte e destinação final de resíduos urbanos - Empresa Sabiá Ecológico - potencial fraude em orçamentos - ausência de cumprimento do contrato - fraude em licitação. 015/2016			
202	Bauru	EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVI MENTO URBANO E RURAL DE BAURU – EMDURB	Ministério Público do Estado de São Paulo	29/02/16 Solicitar documentos qualificatórios da empresa vencedora do certame do edital PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016 - TIPO MENOR PREÇO UNITÁRIO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 1441/2016 - Objeto: registro de preços para eventual PRESTAÇÃO DE SERVIÇO de retirada, transporte, tratamento e disposição final dos percolados (chorume) gerados no Aterro Sanitário de Bauru - SP. 014/2016			
203	PAULO FRONTIN	Prefeitura	Ministério Públi- co do Estado do Paraná	18/02/16 documentos do processo completo da Licitação Pregão 01/2016 - CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUCAO DOS SERVICOS DE TRANSBORDO, TRANSPORTE E DISPOSICAO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS,			



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 41
204	BARBOSA FERRAZ	Orgão Prefeitura	Ministério Público do Estado do Paraná	RESIDENCIAIS E COMERCIAIS, GERADOS NO MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN-PR, DE CONFORMIDADE COM AS CONDICOES, QUANTIDADES E EXIGENCIAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA - ANEXO V PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL - MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN/PR.013/2016 18/02/16 LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n° 003/2016. PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 008/2016. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA DE CONTÊINERES, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANO EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO - MUNICIPIO DE	Observação	Status
205	Corumbataí do Sul	Prefeitura	Ministério Públi- co do Estado do Paraná	BARBOSA FERRAZ/PR. 012/2016 18/02/16 Solicitar documentos do Pregão 1/2016 - contratação de pessoa jurídica devidamente constituída para prestação de serviços de transporte e destinação final de resíduos sólidos do município de Corumbataí do Sul/PR. 011/2016		
206	Foz do Iguaçu	Itaipu Binacional	Análise do Edital	29/01/16 Solicitar cópias digitalizadas dos documentos originais que compõem o		

VIGILANTES	1
VVV	1
The state of the s	/
	42
	44

1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	42
	Cidade	Oigao	ilivesugação	processo licitatório TOMADA DE PRECOS BINACIONAL EF 1788-15, capa a capa, incluindo todos os orçamentos que deram base para os preços, termo de referencia, pareceres jurídicos. 010/2016	procedimento TOMADA DE PREÇOS BINACIONAL EF 1788-15 Orçamentos para estabelecer os preços Memorial descritivo, etc. Ou seja, que sejam disponibilizado todas as peças do processo licitatório, visto não constar do portal de transparência da Itaipu.	Janus	
207	SALTO DO LONTRA	Prefeitura	Ministério Público do Estado do Paraná	29/01/16 CONTRATACAO DE PESSOA JURIDICA DEVIDAMENTE CONSTITUIDA PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE TRANSPORTE E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS CONTAMINADOS ORIUNDOS DOS ATERROS SANITARIOS A CEU ABERTO DESATIVADOS DE LINHA SAO JORGE E LINHA CARMELIA, MUNICIPIO DE SALTO DO LONTRA/PR, VISANDO A RECUPERACAO AMBIENTAL, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE CONTAINERS PARA DEPOSITO DOS RESIDUOS E POSTERIOR TRANSPORTE E DESTINACAO FINAL. CRITERIO DE JULGAMENTO: MENOR PRECO POR ITEM. 009/2016			
208	Prudentópolis	Prefeitura	Recomendação	26/01/16 PROCESSO LICITATÓRIO Nº	1. Licença de Opera-		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 4.	<i></i>
7	Cidade	Orgao	acatada	17/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016 - Menor preço por item - a contratação de empresa responsável pela coleta, manipulação, transporte e destinação correta de resíduos sólidos da CLASSE I, II - A, e II - B, conforme especificações e quantitativos constantes do Anexo I - Termo de Referência 008/2016	ção para gerenciamento e transporte de lâmpadas fluorescentes (Resíduo Classe I PERIGOSO); 2. Licença de operação do aterro industrial Classe I e II, de transporte de resíduos classe I, solicitar seguro do transporte e do aterro e EIA/RIMA. 3. Licença de operação para o gerenciamento de resíduos eletroeletrônicos, bem como licença para o transporte dos resíduos; 4. DECLARAÇÃO DE POSSUIR PPRA, PCMSO, LTCAT, pois são resíduos perigosos e precisam ser gerenciados de forma adequada; 5. SOLICITAR CTF - Cadastro Técnico Federal do IBAMA; 6. Se for de outro Estado, apresentar autorização ambiental de transporte interestadual do	Status	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 44
		0.600	esuguşu	26/01/16 Processo Licitatório	IBAMA; 7. Devera ser obrigada a, contratada, apresentar, apos cada coleta de resíduos realizada o CERTIFICADO DE DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS	
209	Roncador	Prefeitura	Ministério Público do Estado do Paraná	PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL n°02/2016 – PMR - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESIDUOS SÓLIDOS URBANO NO MUNICIPIO DE RONCADOR/PR. 007/2016	Suspeita de direcionamen- to de licitação e fraude em orçamentos	
210	Paranavaí	Prefeitura	Ministério Públi- co do Estado do Paraná	22/01/16 - Noticia de Fato - pedido de abertura de procedimento investigatório - Paranavaí - uso de recursos públicos para publicidade na ACIAP - 006/2016	Prefeitura repassou recursos para ong de empresários fazer propaganda.	
211	Guarapuava	Prefeitura Municipal de Guarapuava		13/01/16 - Pedido de documentos na prefeitura de Guarapuava referente contrato com a Atitude Ambiental Ltda 005/2016 Solicitar cópias digitalizadas dos documentos que compõem o processo licitatório Pregão Presencial 340/2014 - data de Homologação:		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 45
			g.,y	19/12/2014 – Referente a transporte de destino final de Resíduos domiciliares e comerciais. Cópias digitalizadas dos empenhos, relatórios do fiscal de contrato, rotas percorrida, quilometragem alcançadas, roteiros dos caminhões e MTR – Manifesto de Transporte dos Resíduos alcançados com o contrato. Certificados de Destinação dos Resíduos. Aditivos. Orçamentos que serviram de referência para estabelecer os preços máximos. Contrato celebrado com a empresa ATITUDE AMBIENTAL LTDA. e seus aditivos.		
212	Sengés	Prefeitura Municipal	Ministério Público do Estado do Paraná	13/01/16 - Sengés - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 003/2016 - Tomada de Preços 001/2016 003/2016 - "retirada, transporte e disposição ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares produzidos nos perímetros urbano e rural (bairros do Ouro Verde, Pinhalzinho e Reianópolis) do Município de Sengés/ PR" - Potencial Irregularidade/ilegalidade no PROCESSO LICITATÓRIO N.º 003/2016 TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2016 - Finalidade terceirizar serviços de transbordo, transporte e destinação final dos resíduos orgânicos e rejeitos de		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 46
				reciclagem da municipalidade de Sengés – PR.		
213	Floraí	Prefeitura Municipal	Recomendação acatada	11/01/16 Recomendação para prefeitura de Florai, referente licitação PREGÃO PESENCIA 82/2015 - TERCEIRIZAÇÃO DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS URBANOS - 003/2016 Prefeitura de Florai - RECOMENDAÇÃO no Processo Licitatório PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL N° 082/2015 – alterar condicionantes a fim de preservar o interesse do Erário, exercendo o princípio da precaução e prevenção. enviado oficio no dia 10 01 via eimail		
214	Guarapuava	IAP	Ministério Público do Estado do Paraná - CREA - Polícia Federal Ministério - Público Federal	13/01/16 NOTÍCIA DE FATO - Potencial ilegalidade na realização de Audiência Pública para licenciamento de Central de Tratamento de Resíduos, na localidade de Palmeirinha, no Município de Guarapuava – PR. 002/2016 IAP		



Observação Cidade Órgão Investigação Notícia de Fato Status de Guarapuava." Trata-se da análise dos resíduos urbanos? Não foi realizado inventário/estudo dos resíduos industriais e agroindustriais? Restringese a levantamento de dados bibliográficos? "Como descrito acima, a estimativa média diária de resíduos sólidos gerados no município de Guarapuava para 2014 é de 105,77 toneladas, porém não foram obtidos dados do ano todo, sendo assim, foram utilizados dados de metodologias para se estimar a geração de resíduos no ano de 2014 e uma projeção para os próximos 46 anos." O que significa "dados de metodologias"? Que metodologias seriam estas que permitem partir de dados parciais e projetar em 46 anos a produção de resíduos? Se é um empreendimento



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	48
	Ciudue	Orgao	ilivestigação	Noticia de Fato	privado, como podem	Status	
					contar com os resíduos		
					urbanos ? Como contar		
					com uma tarifa (pública)		
					"mais justa"? Afinal, é um		
					aterro privado ou público		
					(municipal)?		
					3.3.1 Unidade de Triagem		
					de Resíduos Classe IIA.		
					Trata-se de uma unidade		
					mecanizada ou as opera-		
					ções serão realizadas ma-		
					nualmente? Neste caso,		
					qual o número de funcio-		
					nários será contratado?		
					Cobertura operacional dos		
					-		
					resíduos. Afinal, a cobertu-		
					ra dos resíduos será de 15		
					ou 30 cm?		
					() para que a camada		
					exerça corretamente a sua		
					funcionalidade, e não sofra		
					interferências de erosões		
					geradas pelo fluxo das		
					águas pluviais, serão im-		
					plantados sistemas de		
					drenagem provisórios ().		
					As águas pluviais causarão		
					erosão dentro da célula ou		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 49
			<u> </u>		fora? As águas causadoras	
					da erosão, portanto com	
					sedimentos e resí-	
					duos/chorume, serão dre-	
					nadas e lançadas onde?	
					"Efetuou-se uma estimati-	
					va da quantidade de líqui-	
					dos percolados a serem	
					gerados na célula de aterro	
					classe II, através do méto-	
					do elaborado a partir dos	
					dados climatológicos obti-	
					dos no SMA - Sistema de	
					Monitoramento Agrocli-	
					mático do Paraná" ().	
					Qual o método foi elabo-	
					rado? Utilizou uma das	
					estimativas de evapo-	
					transpiração (solo-planta),	
					ou seja, de balanço hídrico	
					que também inclui a trans-	
					piração das plantas, por-	
					tanto, método desenvolvi-	
					do para solos agrícolas,	
					para estimar evaporação	
					em resíduos dentro das	
					células?	
					Onde ficam os poços de	
					monitoramento?	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 50	U
			<u> </u>		Resíduos de saúde serão		
					recebidos?		
					"() devido à grande mo-		
					vimentação de solo que		
					ocorrerá no local. Essa		
					alteração no solo poderá		
					carrear lixiviado para o		
					corpo hídrico" ()		
					Na verdade não é lixiviado,		
					mas partícula de solos		
					resultantes da erosão, ou		
					seja, sedimentos com cho-		
					rumes (orgânicos, de saú-		
					de, etc.).		
					Se o documento descreve		
					a metodologia (mas não a		
					apresenta nem seus resul-		
					tados) no item 9.2, parte		
					para a descrição dos im-		
					pactos no item 9.3. (??? !!!).		
					O que falta entre estes		
					itens é a etapa mais impor-		
					tante da análise de impac-		
					tos ambientais. Somente		
					em relação a este aspecto,		ļ
					pode-se afirmar que o		ļ
					documento apresentado		ļ
					não é um EIA/RIMA. Há		ļ
					diversos outros.		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 51
				[Do ponto de vista ortográ-	
				f	ico e gramatical, o texto é	
					orecário e cansativo. Erros	
				C	de concordância, mistura	
				C	de singular com plural na	
				n	mesma frase. O que deve-	
				r	ia trazer seria afirmações	
				C	certas, não só a descrição	
				C	do projeto e sua operação.	
				N	No entanto, é cambalean-	
				t	e.	
				A	As afirmações são "apro-	
				l x	kimadamente" (em dimen-	
				s	sões), cotas que não são	
				r	eais, inventários não reali-	
				z	zados de fato (certamente	
				r	oesquisa bibliográfica e	
				C	compilações e adapta-	
				ς	ções), métodos ou não	
				c	descritos (elaborado) ou	
				C	desenvolvimento não	
				a	apresentado.	
					O Diagnóstico Ambiental	
				((item 8) é precário e não	
				t	em profundidade para	
				a	análise de impactos. Po-	
				r	ém, parte-se (item 9) para	
				c	o Prognóstico ambiental.	
					Nos faz pensar que será	

cessamento de resíduos de construção civil num aterro é uma atividade, não um

programa destes.

Observação Cidade Órgão Investigação Notícia de Fato Status que existe uma cartola de impactos ambientais? Há um "Programa de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil (10.17), no entanto uma das atividades é a recepção e reciclagem de resíduos da construção civil. Há um "Programa de Acompanhamento Arqueológico e Educação Patrimonial", sem que o inventário arqueológico tenha sido realizado e que termina na metodologia. Na verdade tal programa não se justificará se não houver algum sítio arqueológico na área, portanto é um programa etéreo. Este programa não cabe numa construção civil? Este documento refere-se à um aterro. A atividade de pro-

NUGILANTES &	
	5

1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	
					Em relação aos resultados		
					de 3 a 6 (apenas) coletas		
					de água concluem que:		
					(a) amostras "na faixa		
					de pH 5"? o que isto quer		
					dizer ? A resposta para isto		
					está nos solos e não é feita		
					esta análise.		
					(b) "Alguns parâme-		
					tros, embora alterados, se		
					encontram dentro dos		
					valores mínimos "estipula-		
					do" pela resolução CO-		
					NAMA n° 357 de 2005".		
					Quais parâmetros e como		
					parâmetros alterados en-		
					contram-se dentro dos		
					valores mínimos "estipula-		
					do" pela Res. CONAMA		
					357/05 ?		
					(c) Quais os parâme-		
					tros analisados e onde		
					estão as tabelas 09 e 10		
					(conforme citado)? Erro		
					crasso ou problemas con-		
					ceituais (ou os dois)?		
					Em relação aos pontos de		
					coleta, a nascente fica a		
					jusante do ponto de coleta		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 54
			<u> </u>		montante? Ou há um erro	
					crasso e problemas concei-	
					tuais.	
					"O resultado da demanda	
					bioquímica de Oxigênio	
					(DBO), como pode ser	
					visto na tabela 21, se apre-	
					sentaram fora do padrão	
					permitido para corpos	
					hídricos classe 2." Não é	
					possível entender:	
					(a) O que se analisa é	
					o estado do rio ou a sua	
					atividade para licenciá-lo?	
					(b) O valor da DQO	
					apresenta fora do padrão	
					para que finalidade?	
					(c) O rio está contra-	
					riando o CONAMA ? Deve	
					ser multado?	
					"O fato de a nascente	
					apresentar um valor maior	
					é obvio, por apresentar um	
					regime mais lêntico". É	
					mais lêntico? A nascente	
					não foi descrita, portanto	
					não parece óbvio nor-	
					malmente é o contrario: a	
					jusante os indicadores	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	55
	3.333	0.8.0	an congușa		orgânicos tendem a ser		
					maiores. Faltou caracteri-		
					zar os pontos de coleta e		
					para fazer tal afirmação o		
					que é óbvio é que a analise		
					deve ser mais complexa,		
					com mais amostragens no		
					tempo. E este é um aspec-		
					to importante: houve ape-		
					nas 1 campanha de amos-		
					tragem.		
					Coliformes Termotoleran-		
					tes 2.400 na nascente e 23		
					a jusante? digitação ou		
					resultados questionáveis. E		
					mais, o (zero) coliformes		
					termotolerantes a mon-		
					tante ? É água destilada?		
					"Os valores microbiológi-		
					cos deram positivo para		
					coliformes e praticamente		
					todas os pontos, com ex-		
					ceção do ponto 3, localiza-		
					do a montante, em que		
					termotolerantes acusaram		
					negativo." (nossa!) O que		
					significa o resultado nega-		
					tivo para a presença de um		
					organismo indicador de		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	56
			<u> </u>		qualidade biológica de		
					água? Faltam alguns para		
					ter zero organismos?		
					Não há análise de impactos		
					na vizinhança, de dispen-		
					sável comentário a respei-		
					to da sua importância em		
					se tratando da atividade		
					proposta – aterro industri-		
					al – para resíduos tóxicos e		
					orgânicos.		
					Há uma completa confusão		
					no item solos. O que está		
					escrito refere-se à parte da		
					descrição da geologia.		
					Consta, por exemplo a		
					sondagem geológica (mé-		
					todo STP) e a descrição das		
					suas etapas. O mais próxi-		
					mo que descreve a respei-		
					to dos solos é que ocorrem		
					latossolos e nitossolos.		
					Como trata-se de um ater-		
					ro, que gera chorume,		
					inclusive com elementos		
					tóxicos, a falta da caracte-		
					rização dos solos (análises		
					físicas e químicas, uso,		
					manejo, etc.), revela a		



Cidade Órgão Investigação Notícia de Fato Observação Status inconsistência de todas as análises, medidas e programas em que este compartimento ambiental está relacionado. Denota que nenhum integrante da equipe conhece o tema. Além disto, o que não descreve a sondagem, é pura compilação sobre geologia e hidrogeologia. Aspecto que revela falta grave neste EIA. Criou-se um programa (incompleto) entitulado "Interferência e Danos de Sítios Com Valor Arqueológico e Paisagístico". Este é um impacto ambiental ou decorre dele? (incompreensível) Ocorrendo sítios com valor arqueológico e paisagístico na área, interferem no projeto ou no ambiente? Onde e de que forma? O que deveria ser um item do diagnóstico foi remetido como programa (muito ruim...).



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	58
215	Pato Branco	Radiobras	Ministério Público Federal	Comunicar Potencial ilegalidade, com indícios de fraude, falsificação de documentos, proselitismo, falsidade ideológica na obtenção e manutenção de rádio comunitária Liberdade FM, de Pato Branco-PR, com a participação, em tese, de agentes públicos municipais, praticados pelo Vereador Ito Gedel de Oliveira, Amilton Maranoski, Adecir Borges e outros. Denuncia em nosso portal, de forma anônima, informa que A Rádio comunitária Liberdade FM, localizada na cidade de Pato Branco é uma ferramenta de um determinado grupo político partidário, sendo comandada pelo vereador da cidade conhecido como ITO OLIVEIRA.	Encaminhado notícia de potencial crime de falsidade ideológica, fraude na obtenção de licença para rádio, proselitismo político, entre outras, manutenção de funcionários sem registros funcionais, exercício de atividade comercial. Aguardando manifestação do MPF.		
216	Santa Tereza do Oeste	Prefeitura		Solicitado cópias de documentos referentes a processo licitatório digitalizados do EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N°. PR/40/2015 Contratação de empresa especializada em transporte e destinação final do lixo da cidade de Santa Tereza do Oeste-PR. Objetivo auditar a legalidade do processo e fazer sugestões para a segurança do contrato e a real destinação ambientalmente dos resíduos.			
217	Mallet	Prefeitura		Solicitado cópias de documentos			



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 59
•	Cidade	- Oi gao		referentes a processo licitatório digitalizados do Processo Licitatório EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2015-, com abertura prevista para dia 16/12/2015- Contratação de empresa especializada em transporte e destinação final do lixo da cidade de Mal/et-PR. Objetivo auditar a legalidade do processo e fazer sugestões para a segurança do contrato e a real destinação ambientalmente dos resíduos.	O D J C I V U L U L U L U L U L U L U L U L U L U	
218	Pinhão	Prefeitura	Ministério Público	Recebido denuncia de catadores, de que a prefeitura tenta fechar a ong de catadores que atua na seletividade do lixo há mais de 10 anos. Recepcionado as informações e levadas para o representante do Ministério Público, para tomadas de providencias. Efetuado conscientização dos catadores para que permaneçam no trabalho até que sejam feitas as tratativas com as autoridades, com base na "politica nacional de resíduos sólidos".		
219	Laranjeiras do Sul	Prefeitura	Ministério Público	Constatado, em tese, potencial situação análoga a escravidão de catadores atuando em serviços de seletividade dos resíduos da cidade, na propriedade da Municipalidade, comunicado ao representante do MP, que promoveu	apresentou sugestão de	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 60
			, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	reunião com a presença da Secretária de Meio Ambiente da cidade, representante da universidade da Fronteira, e do Vigilantes da Gestão.	para a empresa terceirizada. Estabelecido grupo de cooperação, para dar andamento ao projeto.	
220	Fernandes Pinheiro	Prefeitura	Ministério Públi- co	Após visita na cidade, constatado que havia a terceirização do serviço de transporte e destinação final de resíduos para empresa terceirizada, em tese, de forma ilegal, fizemos solicitação dos documentos, que não foram fornecidos.	Encaminhado processo de Noticia de Fato ao Ministé- rio Público.	
221	Fênix	Prefeitura		A prefeitura lançou edital para a contratação de empresa especializada para o transporte e destinação final de lixo. Feito recomendações sobre a segurança do contrato, e a necessidade de exigência de EIA/RIMA das participantes.	Aguardando o resultado de impugnações para demais acompanhamentos.	
222	Campina da Lagoa	Prefeitura	Campanha, Jovens Católicos - Vereador não é profissão.	PROJETO DE LEI DE INCIATIVA POPULAR, com o fim específico para a fixação dos subsídios dos Vereadores e do presidente da CÂMARA DE VEREADORES da cidade de Campina da Lagoa para a Legislatura 2017 a 2020, no valor de 1 (um) salário mínimo.	Protocolado na Câmara de Vereadores no dia 23/11/2015.	
223	Campina da Lagoa	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de COMCAM – entre outros.	Juntado comprovantes do Portal de Prefeitura e en- caminhado noticia de fato ao Ministério Público.	
224	Campina da Lagoa	Prefeitura	Ministério Públi- co	Em visita a prefeitura, dia 08/10,	Documentos analisados, encaminhado cópias ao	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	61
				constatamos na ocasião, solicitamos para Vossa Senhoria e para o Assessor Jurídico Dr. Edson Henrique do Amaral (E. H. DO AMARAL a. CIA LTDA ·ME) prestador de serviços jurídicos terceirizados, em tese, atividade fim da municipalidade . Efetuado pesquisa no Portal da Transparência e constatado o pagamento de mais de R\$146.650,00. O citado advogado é marido de vereadora, da bancada de apoio da atual prefeita.	Ministério Público para as providencias cabíveis aos fatos, em tese, ilegais.		
225	Campina da Lagoa	Prefeitura	Ministério Público	Em visita a prefeitura, dia 08/10, constatamos que a empresa Sabiá Ecológico foi contratada para prestar serviços nesta municipalidade, verificamos também que o processo contém orçamento da empresa Quality Bio, de Umuarama, que é de propriedade da mesma família proprietária da Sabiá Ecológico, vencedora do certame. Também verificamos que a secretária de Agricultura e Meio Ambiente, Danielli Vilela Casarin Cansian, anexou memorando com os orçamentos, embora a empresa Quality Bio não exista no mercado, pois, por ser de propriedade de Augustinho Stang e Andrey Stang, sequer possui	Solicitado cópias dos documentos, analisados, constatados as anomalias, recomendado a nulidade e novo procedimento licitatório. Encaminhado cópias ao Ministério Público para as providencias cabíveis aos fatos, em tese, ilegais.		

VIGILANTES DA GESTÃO PÚBLICA CNPJ- 17.658.911/0001-03



	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	62 Status
	Cidade	o, guo	investigução	atendimento na cidade, e o escritório que faz a "contabilidade" da referida empresa é de Salto do Lontra, ou seja, cidade vizinha a Sabiá Ecológico, portanto, precisa ser apurado como esta secretária conseguiu o tal orçamento que anexou no processo.	- Object vuçuo	
226	Nova Laranjeiras	Prefeitura	Ministério Público	Noticia publicada no blog Olho Aberto Paraná, em que o Prefeito Lineu Gomes, em tese, está violando os direitos e tirando os méritos dos servidores e concursados de carreira , para colocar em seu lugar nomeados para cumprir promessas politicas.	Encaminhado ao Dr. Danilo Pinho Nogueira para as tomadas de providencias investigativas.	O Sr. ANDER-SON PEREIRA ocupa o cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE PROMOÇÕES E TURISMO, porém presta serviços de atendimento na biblioteca pública municipal, de atendimento ao público, cuidando do acervo e serviços de limpeza, não sendo chefe de ninguém em virtude de que é a única pessoa que trabalha na



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 63
		3	22.2		,	biblioteca muni-
						cipal, basta per-
						guntar ao mes-
						mo quantas
						promoções ou
						atividades de
						turismo ele fez
						desde que foi
						nomeado. Se
						quiser encontra-
						lo é só dirigir-se
						a biblioteca
						pública que o
						mesmo estará
						lá.
						Senhor WAL-
						MOR VERONESE
						nomeado para o
						cargo de AS-
						SESSOR DE AR-
						TICULAÇÃO
						POLÍTICA, lota-
						do no Gabinete
						do Prefeito,
						porém não exe- cuta
						função nenhu-
						ma de articula-
						ção política, não



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 64
					,	participa de
						reuniões com a
						comunidade
						apenas dirige os
						veículos oficias
						desta municipa-
						lidade, assim
						mais uma vez
						descumprindo a
						lei a qual servi-
						dores com cargo
						de direção não
						devem exercer
						função burocrá-
						ticas, as quais
						devem ser exer-
						cidas por con-
						cursados.
						A Senhora JUCI-
						ANE DA SILVA
						MARTINS
						SCHWARTZ,
						nomeada para o
						cargo de DIRE-
						TOR DE DEPAR-
						TAMENTO DE
						CONTROLE,
						Lotada na Secre-
						taria de Com-



Cidade Órgão Investigação Notícia de Fato Observação Status pras e Licitações, também não executa a função de direção, apenas lança as notas e requisições no sistema de compras, fazendo a atribuição de uma pessoa concursada, como auxiliar administrativo, também não chefia ninguém dentro da prefeitura. ALINE MAZU-REK, ocupante do cargo de **DIRETOR** DE **DEPARTAMEN-**TO DE ADMI-NISTRAÇÃO, novamente não executa nenhuma função de chefia execu-



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 66
•	Cidade	Orgao	ilivestigação	Noticia de l'ato	OD3CI VaÇãO	tando serviços
						de elaboração
						de ofícios, me-
						morandos, pro-
						jetos de leis,
						decretos, entre
						outros serviços
						burocráticos,
						sendo que exis-
						tia uma funcio-
						nária concursa-
						da executando
						estes serviços
						que foi transfe-
						rida para outro
						setor sem qual-
						quer necessida-
						de e justificati-
						va, sendo a
						mesma enteada
						do Prefeito e é o
						motivo real de
						estar lá.
						JOCELEIA MAR-
						CONDES DOS
						SANTOS MORO,
						nomeada para o
						cargo de DIRE-
						TOR DE DEPAR-



Cidade Órgão Investigação Notícia de Fato Observação Status TAMENTO DE ASSUNTOS IN-DÍGENAS, Lotada na Secretaria de Assistência Social e Ação Comunitária, sendo que a esta mesma executando seus serviços na secretaria de saúde, na parte de agendamento consultas, isso podendo o senhor comprovar com apenas uma ligação na referida secretaria, não sendo ela indígena, e que o cargo fora criado com o objetivo de ser ocupado pelo povo indígena que está abandonado pela



Cidade Órgão Investigação Notícia de Fato Observação Status atual administração. **ELIANE APARE-**CIDA DOS SAN-TOS nomeada para o cargo de Assessor de Desenvolvimen-Econômico lotada na Secretaria de Agropecuária, Meio Ambiente, Indústria e Comércio, sendo que a mesma não trabalha na referida secretaria muito menos assessora coordena serviços nessa secretaria, executando serviços de emissão de nota fiscal no departamento de tributação na Prefeitura Mu-



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 69
			,		•	nicipal, total
						desvio com o
						que lhe é impu-
						tado.
						DANIELA RAG-
						GAZON nomea-
						da para o cargo
						de Diretor de
						Departamento
						de Projetos ,
						Lotada na Secre-
						taria de Plane-
						jamento, Obras
						e Serviços Públi-
						cos porém esta
						cedida para a
						EMATER e pres-
						ta serviços no
						prédio da EMA-
						TER, não execu-
						tando nenhuma
						função na secre-
						taria de plane-
						jamento.
						SANDRO SIMÃO
						VERONEZE,
						nomeado no
						cargo de AS-
						SESSOR EM



	C: 1- 1-	Ó	1	Netfor de Fete	OL	Status
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status GESTÃO PÚBLI-
						CA, lotado no
						Gabinete do
						Prefeito Muni-
						cipal, porém
						outro que não
						executa sua real
						função, sendo o
						mesmo e quem
						coordena e
						manda na secre-
						taria de Plane-
						jamento e obras
						em virtude que
						o secretário
						Alexander Yuri
						Scheffer foi
						nomeado ape-
						nas por ser filho
						do vereador
						Altamiro Schef-
						fer, podendo ser
						comprovado
						perguntando a
						qualquer servi-
						dor dentro da
						prefeitura.
						DILNEI DO NAS-
						CIMENTO, no-
<u> </u>		l.	l			-,



Cidade Órgão Investigação Notícia de Fato Observação Status meado para o cargo de DIRE-TOR DEPARTA-MENTO DE PA-TRIMONIO, lotado na Secretaria de Administração sendo outro que não executa sua função, muito menos sabe manusear um computador, o que de fato este servidor vem fazendo dentro da prefeitura é a função de motorista o qual Vos-Excelência pode comprovar com a emissão de diárias e adiantamentos ao mesmo servidor bem como através do controle de bordo



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 72
			22.2			dos carros ofici-
						ais.
						ELIZEU BRAGA,
						nomeado para o
						cargo de DIRE-
						TOR DEPARTA-
						MENTO DE
						PLANEJAMEN-
						TO URBANÍSTI-
						CO lotado na
						secretaria de
						PLANEJAMEN-
						TO, OBRAS E
						SERVIÇOS PÚ-
						BLICOS, sendo
						outro que não
						executa a sua
						real função e
						dirige veículos
						da prefeitura
						inclusive levan-
						do pacientes
						para consultas
						em outras cida-
						des, podendo
						ser verificado
						pelo histórico de
						diária e adian-
						tamento, bem



Cidade Órgão Investigação Notícia de Fato Observação Status como o controle de bordo dos veículos oficiais, sendo que o mesmo colidiu veículos, dois sendo que o último foi acidente de grande monta e que até o momento não aberto fora processo administrativo para reparar dano ao erário. SAMIR RIBEIRO nomeado para o DIRETOR DE-**PARTAMENTO** DE GESTÃO E CONVÊNIOS na Secretaria de PLANEJAMEN-TO, OBRAS E SERVIÇOS PÚ-BLICOS, não exercendo neCidade Órgão Investigação Notícia de Fato Observação Status nhuma função de direção e executa serviços de cadastro e prestação de contas dos projetos e convênios no SICONV, mais uma vez serviços burocrático que pode ser executado servidor concursado, o qual existe cargo efetivo (Fernando Átila Prudente) que não o faz. Servidora MA-RIA INÊS MUL-LER, ocupante do cargo de auxiliar administrativo a qual está executando serviços de auxiliar de enferma-



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status /5
			,		,	gem no pronto
						atendimento
						municipal. Po-
						dendo ser cons-
						tatado com
						apenas uma
						ligação.
						BRUNA EDUAR-
						DA ORO, ocu-
						pante do cargo
						de Diretor de
						Departamento
						de Compras,
						sendo que a
						mesma executa
						função de arqui-
						vo das licita-
						ções, postagens
						no CORREIOS,
						tirar cópias,
						coletar assinatu-
						ra nas notas
						fiscais e empe-
						nhos, novamen-
						te serviços bu-
						rocráticos
						publicado no
						site



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status /6
	Cidade	Orgao	investigação	Noticia de Fato	Observação	http://olhoaber.com.br/, assinadaem tese po HERCULES FO
227	Sengés	Prefeitura	Ministério Públi- co	Inexigibilidade na contratação de empresa para fornecimento de serviços de software para os portais de transparência e outros serviços, por inexigibilidade.		
228	Sengés	Câmara de Vereadores	Ministério Públi- co	Portal da Transparência em desconformidade com o TAC do Ministério Público.		
229	Sengés	Prefeitura	Ministério Públi- co	Portal da Transparência em desconformidade com o TAC do Ministério Público.		
230	Sengés	Prefeitura	Ministério Público	Potencial crime ambiental, desvio de finalidade, crime de prevaricação, improbidade administrativa, entre outros município de Sengés-PR, praticados em tese pela prefeita muncipal Elietti Jorge, empresários locais, meio ambiente, agricultura e pecuária Rubensnir de Almeida, e outros – utilização do aterro sanitário municipal (lixão) para fins de descarte dos resíduos empresariais sem haver previsão legal para o feito – utilização de mão de obra informal no local	Realizado diligências nos locais, documentado os fatos e encaminhado de- nuncia ao Ministério Públi- co para investigação	

77	7

1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
				 trabalho análogo a escravo – condições sub humanas de trabalho no local – material sendo incinerado no local, prática vedada em lei – descarte irregular de material contaminado a beira de rio, descarte de material em solo nu, degradação do lençol freático, etc. 		
231	Fernandes Pinheiro	Prefeitura		Potencial ilegalidade na contratação de empresa para transbordo de resíduos.	Efetuada visita e reunião com a Procuradoria Jurídica do Município e chefia de gabinete, apresentado os potenciais ilegalidade que podem ocorrer no processo, solicitado fornecimento dos documentos para auditoria.	
232	Pato Bragado	Prefeitura	Ministério Público Comarca de Marechal Candido Rondon	POTENCIAL ilegalidade no processo licitatório TOMADA DE PREÇOS 011/2015 – Execução de Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares, no Município de Pato Bragado – PR.	A prefeitura de Pato Bragado, no intento de contratar empresa para realizar serviços de Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares, realizou processo licitatório na modalidade Tomada de Preços, e ao final declarou vencedora a empresa ECEC - EMPRESA CASCAVELENSE DE ENGENHARIA E CONSTRU-	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 78
	- Cidado	0.8.0	guşuşu		ÇÕES LTDA.	
					Efetuada visita e reunião	
					com a Procuradoria Jurídi-	
				Potencial crime na Contratação de	ca do Município, apresen-	
	Quinta			empresa para transporte e destinação final	tado os potenciais crimes	
233	do Sol	Prefeitura		de resíduos, com orçamentos fraudados,	no processo, recomendado	
				etc.	nulidade do processo e	
				etc.	instauração de sindicância	
					para apurar responsabili-	
					dades	
					Efetuada visita e reunião	
				Contratação de empresa para transporte e destinação final de resíduos	com a Procuradoria Jurídi-	
					ca do Município e chefia de	
					gabinete, apresentado os	
234	Goioerê Pre	Prefeitura			potenciais crimes que po-	
					dem ocorrer no processo,	
					solicitado fornecimento	
					dos documentos para au-	
					ditoria.	
					Efetuada visita e reunião	
					com a Procuradoria Jurídi-	
				Potencial crime na Contratação de	ca do Município, apresen-	
	Quarto			empresa para transporte e destinação final	tado os potenciais crimes	
235	Centenário	Prefeitura			no processo, recomendado	
	Centenario			de resíduos, com orçamentos fraudados,	nulidade do processo e	
				etc.	instauração de sindicância	
					para apurar responsabili-	
					dades	
236	Campina	Prefeitura		Potencial crime na Contratação de	Efetuada visita e reunião	



		4 7		L			79
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	
	da lagoa			empresa para transporte e destinação final	com a Procuradoria Jurídi-		
				de resíduos, com orçamentos fraudados,	ca do Município, apresen-		
				etc.	tado os potenciais crimes		
					no processo, recomendado		
					nulidade do processo e		
					instauração de sindicância		
					para apurar responsabili-		
					dades		
		Ministério		Muitas denuncias recebidas da região do			
	Minas Gerais	Público do Estado de	Apresentação da	"triangulo mineiro" desencadeou visita do			
237			Metodologia de	Presidente as autoridades do MPS e			
237	Milias del als	Minas Gerais	Trabalho dos	juntamente com a Procuradoria Federal da			
		Procuradoria	VGPs	cidade de Uberlândia conheceram a			
		Federal		metodologia dos VGPS.			
				Morador de Quedas do Iguaçu denunciou			
				que os Vereadores de Quedas do Iguaçu,			
				através de uma brecha na Lei, teriam			
				provido mudanças nos valores dos			
				subsídios da atual legislatura, com validade			
				a partir de outubro. Apenas nos casos de	Encaminhado Notícia de		
	Ouedes		Ministério Públi-	recomposição inflacionária, ou seja, na			
238	Quedas do Iguaçu	Câmara	co	1			
	do iguaça			aplicação da revisão geral anual é	tomadas de providências.		
				permitida pelo inciso X do artigo 37 da	tomadas de providencias.		
				CF/88, e, desde que tal majoração não			
				ocasione remunerações acima dos tetos			
				citados e observe os demais requisitos			
				legais. Possibilidade de ter havido a			
				inobservância do princípio da			



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	80
			,	anterioridade.	,		
239	Quedas do Iguaçu	Câmara	Comunidade	Lançada campanha "Vereador não é profissão"	Em faze de coleta de assi- naturas, coordenado por voluntários da cidade.		
240	Campina da Lagoa	Câmara	Comunidade	Lançada campanha "Vereador não é profissão"	Sob a coordenação dos Jovens Católicos de Cam- pina da Lagoa.		
241	Quarto Centenário	Prefeitura	Ministério Públi- co	Comunicar Potencial ilegalidade no Processo Licitatório EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N°. 059/2015-PMQC-encaminhado ao MP no dia 26/08/2015			
242	Janiópolis	Prefeitura	Ministério Público	25/08/2015 - Visita a ETR de Janiópolis, que está sendo operado em conjunto com a empresa Sabiá Ecológico, onde foi feito fotografias que aparenta potencial crime ambiental. Encaminhado pedido ao Ministério Público para investigar o potencial crime ambiental e também o processo licitatório com suspeita de potencial crime de improbidade.			
243	Campo Mourão		Ministério Públi- co	Visita ao Ministério Público para tratar das investigações na região, cidades de Farol, Campo Mourão, Luisiana, etc.			
244	Araruna	Prefeitura	Ministério Públi- co	Visita a Comarca de Peabiru, para tratar das investigações referente a contratação de empresa para destinação de resíduos da cidade de Araruna.			



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 81
245	Londrina	Feira FENIBAT		Setor de produção de baterias Visita à Feira que congrega o setor de produção de baterias automotivas, já em processo de investigação por potenciais crimes ambientais.		
246	Matelândia	Prefeitura	Ministério Públi- co	Prefeitura de Matelândia - PR está licitando empresa cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS LÍQUIDOS CLASSE II- CHORUME, DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, QUANTIDADE DE 50.000 LITROS, PARA O PERÍODO DE 12 MESES. CONFORME OFICIO 52/2015.	Suspeita de haver insufici- ência de exigências no edital, podendo facilitar e ou excluir diversas empre- sas.	Na data de 21/08/2015 – feito recomendação via para alterar edital e marcar novo prazo, e enviado ao MP para conhecimento e providências.
247	Carambeí	Prefeitura	Ministério Públi- co	PREGÃO Nº. 86/2015 na forma ELETRONICO, do tipo Menor Preço Por item Contratação de Empresa para realizar os serviços de Coleta, Transporte e Destinação/Disposição Final dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais com características domiciliares compactáveis em aterro sanitário, utilização da BLL Bolsa de Licitações como intermediária, empresa suspeita de ser de propriedade da família Justus, entre outras anomalias.	Encaminhado recomendação a prefeitura na data de 21/08/2015 e também comunicado os fatos ao Ministério Público para as tomadas de providencias.	
248	Mangueirinha	Prefeitura	Ministério Públi- co	Reunião com representante do MP a fim de apresentar indícios de ilegalidades, potencial crime de improbidade e ambiental na terceirização de serviços. Potencial ilegalidade na contratação de assessoria contábil na prefeitura. Contratação de serviço de publicidade com indícios de ilegalidade, etc.		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 82
249	Pato Branco	Câmara de Vereadores		Reunião com membros da diretoria do Vigilantes da Gestão a fim de traçar metodologia e estratégia para a campanha "Vereador não é profissão , salário mínimo está bom", que visa estabelecer salário mínimo para os vereadores de Pato Branco, na próxima legislatura.		
250	Pato Branco	Prefeitura	Ministério Públi- co	Visita ao Ministério Público, 1ª Promotoria para apresentar novas informações e tomada de depoimento no caso da nomeação em cargo em comissão da servidora de Pato Branco, Fernanda Cristina Bonato.		
251	Nova Prata do Iguaçu	Loteamento Estrela Dourada	Ministério Público	Dia 16/08/2015 - Visita no Loteamento Estrela Dourada para colher provas de patrimônio da Acamsop e Amsop adquirido, em tese, com dinheiro público.	Encontrado sede da enti- dade com salão de festas, garagem para mais de 10 veículos, 7 (sete) aparta- mentos mobiliados, mais de 9 geladeiras, televiso- res, ventiladores, frízer, etc.	As provas foto- gráficas foram encaminhadas ao Ministério Público de Fran- cisco Beltrão e de Pato Branco para as tomadas de providências.
252	Guarapuava	IAP		Visita ao chefe do Escritório Regional do IAP para averiguação dos processos de fiscalização do órgão sobre as prefeituras da região referente aos lixões, ETRs, e terceirização dos serviços de transporte e destinação dos resíduos sólidos urbanos das cidades sob responsabilidade do IAP		
253	Nova Esperança	Prefeitura e Empresa Transre- síduos	Ministério Público do Paraná	Potencial ilegalidade na operação de ETR – Estação de Transbordo de Resíduos, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Nova Esperança e da empresa detentora do contrato de exploração dos serviços de transbordo, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos da cidade de	Encaminhado fotos e rela- tório ao Ministério Público do Paraná na data de 10/08/2015.	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	83
	Cidade	0.500	investigução	Nova Esperança, já objeto de procedimento investigatório sob n° PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N. MPPR- 0093.15.000086-2. Potencial crime ambiental, ocorrendo depósito inadequado de materiais em solo nu, possivelmente com descumprimento parcial do contrato, e desvio de recursos. Potencial crime de desvio de finalidade, com recepção e destinação de resíduos industriais, custeados pelo Erário, entre		Status	
254	Toledo	IAP		outros. Realizada visita ao chefe do Escritório Regional do IAP, para levantar mais informações sobre os passivos e as licenças das empresas Ecobat e AGM , da cidade de Mercedes. Informado pela chefia que todos os relatórios serão encaminhados ao MP – Dr. Ricardo Garcia – que já abriu procedimento investigatório.			
255	Cascavel	IAP		Realizada visita para levantar informações sobre passivo de chumbo na cidade, atendido pelo fiscal Álvaro, ele declarou que somente o chefe pode dar informações sobre qualquer passivo ambiental, que é ordem da presidência para evitar problemas para eles.			
256	São José dos Campos - SP	Prefeitura	Ministério Público do De São Paulo/CAOP.	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2015 – Objeto: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL, AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS DE AMIANTO.	Feito recomendação de alterações no edital, recusado pelo departamento de licitações e também enviado ao MP.		
257	Goioerê	Prefeitura	Ministério Público do Paraná Comarca de	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2015 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2015 - Objeto: contratação de empresa ESPECIALIZADA em coleta	Feito recomendação para alterações no edital e tam- bém enviado ao MP.		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 84
			Goioerê	transporte e destinação final de RESIDUOS INDUSTRIAIS FILTROS, ESTOPA e BARROS oriundo de LAVAGEM DE VEÍCULOS e LÂMPADAS FLUORESCENTES.		No dia o6 de
258	Fênix	Prefeitura	Ministério Público do Paraná Comarca de Engenheiro Beltrão	Potencial ilegalidades no processo licitatório 79/2013 – contratação de transporte e destinação do resíduo orgânico do município – orçamentos fraudados – Quality Bio, Sabiá Ecológico dos mesmos proprietários – ausência de praticas ambientais adequadas no local que deveria ter uma ETR – ausência da coleta e seletividade dos recicláveis, residência de catadores e até baia de animais no local, caracterizando-se como novo lixão na cidade.	Feito recomendação verbal para a prefeitura, disponibilizado ferramentas. Informado ao Ministério Público para tomadas de providencias quanto ao potencial Crime Ambiental e ao potencial crime de improbidade administrativa na montagem do edital e no aditivo.	agosto de 2015, foi registrada na promotoria de justiça, com a determinação de instauração de instauração de autos de notícia de fato, que receberam o número mppro049-15.000118-5, visando apurar supostas irregularidades no procedimento licitatório, modalidade pregão, n° 042/2013, realizado no ambito do poder executivo dó município de fênix, para con-



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
		J			,	tratação de empresa especializada para execução dos serviços de destinação final dos resíduos sólidos domiciliares urbanos (lixo orgãnico).
259	Cruzeiro do Oeste	Prefeitura IAP Baterax	Ministério Público do Paraná Dra. WILZA MA- CHADO DA SILVA LACERDA Comarca de Cruzeiro do Oeste	BATERAX INDÚSTRIA E COMERCIO DE ACUMULADORES LTDA, recebeu do IAP a Licença Prévia para RECICLAGEM DE BATERIAS INSERVIVEIS e FUNDIÇÃO SECUNDARIA DE CHUMBO com validade de 21/ 11/2016 a ser implantada nos Lotes M, N e 1 Gleba 8 , no Núcleo Cruzeiro , Município de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.	Visitado local, apresentado anomalias a prefeitura de Cruzeiro do Oeste, ao chefe do IAP de Umuarama – Geraldo Magela, que foi alertado sobre as inadequadas condições da área para o empreendimento. Visitado o MP- onde foi entregue o material e solicitado abertura de procedimento investigatório e apuração de responsabilidade.	
260	Juranda	Prefeitura	Ministério Público do Paraná DORIANA PIET- CZAK DRABECKI Promotora Comarca de	Potencial crime ambiental – manejo do aterro sanitário municipal.	Visitado o local, feito fotos dos danos e encaminhado ao MP.	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	86
261	Clevelândia	Prefeitura	Ubirată - PR Ministério Público do Paraná Dr. JACKSON XAVIER RIBEIRO Promotor Comarca de Clevelândia - PR	Suposta irregularidade em creches de Clevelândia – PR – Denuncia recebida via site: "Senhores quero contar a respeito de uma denúncia que fiz com relação as creches Clevelandeses das quais só possuem estagiarias, como professoras regentes. Não existem professoras concursadas, nem mesmo em regime CLT".	Docking do wising and lovel		
262	Corbélia	Prefeitura	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE CORBÉLIA-PR Dra. CLAUDIA TONETTI BIAZUS	Potencial ilegalidade no processo do Pregão 035/2014 – Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de destinação final dos resíduos sólidos domiciliares urbanos (chamado lixo orgânico), produzido no perímetro urbano do município de CORBÉLIA/PR – nos empenhos efetuados, nas notas fiscais emitidas pela empresa vencedora, nos pagamentos efetuados a empresa SABIÁ ECOLÓGICO TRANSPORTE DE LIXO LTDA. Ausência de Relatórios do Fiscal de Contrato, ausência de Orçamentos efetuados para dar base ao preço máximo, ausência de mecanismos de mensuração dos serviços pagos e transportados, ausência de relatórios de visitas efetuadas pelo fiscal de contrato ao local da disposição final dos resíduos "exportados" do município de CORBÉLIA e outras irregularidades.	Realizado visita ao local, feito recomendação administrativa para que o Gestor promovesse a nulidade do contrato, a apuração de responsabilidades, devolução dos valores pagos por ausência de prestação dos serviços, responsabilização dos agentes públicos que deram causa ao dano ao Erário, responsabilização da empresa por possíveis fraudes em orçamento, declaração de inidoneidade por desrespeito aos princípios da Lei, entre outras medidas cabíveis ao caso e de responsabilidade do Gestor. Encaminhado ao Ministério Público.		
263	Verê	Prefeitura	Ministério Públi-	Edital com potencial ilegalidade, solicitado envio e	Nada foi enviado.	Após	nossas



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 8 /
			co do Paraná	para denuncia ao Ministério Público.		recomendações a apontamentos das ilegalidades, a prefeitura cancelou o pro- cesso licitatório.
264	Nova Esperança	Prefeitura	Ministério Público do Paraná Promotor Dr. Nivaldo Bazoti 1.ª Promotoria de Justiça de Nova Esperança	Recomendação administrativa – Potencial ilegalidade no EDITAL DE CONCORRÊNCIA N°. 001/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO N°. 0137/2015.	Feito recomendação ao prefeito que não acatou, enviado cópia ao MP.	A prefeitura não aceitou as recomendações. O Ministério Público investiga os fatos - MPPR I.C. 0093.15.000086-2- Visitada a prefeitura na data de 06 de agosto – em reunião com o secretário de administração - Alexandre Manzotti, ele se comprometeu a cancelar o processo e refzer de forma adequada. também apresentada



						88
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
						fotos da visita
						ao lixão onde se
						constatou diver-
						sos crimês am-
						bientais, por
						exemplo desti-
						nação de resí-
						duos industriais
						(farinheira) no
						contêiner da
						Transresíduos,
						custeada pelo
						erário.
				Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos-PR		Instaurado pro-
				contratou e pagou o contador Luciano Salvi, para		cedimento in-
		S Vizinhos Câmara de	Ministério	realizar serviços que são de competência do	Este mesmo contador já é	vestigatório.
			Público	contador da própria Câmara, configurando a burla	objeto de inquérito na	
			Dr. Flávio Caliri	ao concurso público ou contratação de atividade	cidade de Pato Branco,	
265	Dois Vizinhos		Schmidt, pro-	fim da Casa. Através da Licitação, tipo Pregão	Itapejara D'Oeste e Salto	
		Vereadores	motor da Co-	Presencial - Número da Licitação: 6/2014 - Data de	do Lontra, colhido docu-	
			marca de Dois	Homologação: 16/12/2014. Ocorre, que segundo consta no portal da Transparência da Câmara,	mentos e encaminhado ao	
			Vizinhos	existe uma servidora qualificada para tal serviço:	Ministério Público.	
				Simone Machado Deon - CONTADOR - CÂMARA		
				MUNICIPAL - EFETIVOS - Ativo - Em atividade.		
			Ministério	Potencial ilegalidade em nomeação de Funcionária	Fernanda Cristina Bonato	
			Público do	Pública, cargo em comissão, função gratificada,	está nomeada em função	
266	Pato Branco	ato Branco Prefeitura	Paraná	desvio de função na prefeitura de Pato Branco-PR.	gratificada em 100% - para	
			Dra. Silvana	Pedido de abertura de procedimento investigatório	o cargo de Chefe da Divi-	
			Cardoso	e responsabilização dos agentes públicos, em	são de Turismo, Eventos e	
			Loureiro	especial, o Secretário de Desenvolvimento	sao de lulisillo, Evelitos e	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 89
			Comarca de Pato Branco - PR	Econômico de Pato Branco, OSMAR BRAUN SOBRINHO, o prefeito Municipal AUGUSTINHO ZUCCHI, que nomeou e FERNANDA CRISTINA BONATO beneficiada com o ato, em tese, improbo.	Parque de Exposições – mas o que realmente exerce é a função de ATEN-DENTE no SINE.	
267	São Jorge D' Oeste	Prefeitura	DR. EDUARDO GARCIA BRAN- CO Ministério Público do Paraná	Potencial ilegalidade em certame licitatório na cidade de São Jorge D'Oeste – PR - Empresa PEMA sob suspeita de atividade não autorizada em Lei – Edital dirigido e restritivo – outros fatos - Processo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL N° 069/2015 OBJETO: contratação de empresa para serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos, e resíduos perigosos classes i e ii do município de SÃO JORGE D'OESTE/PR.	Inicialmente foi feito re- comendação para o prefei- to de São Jorge D' Oeste, mas como foram infrutífe- ras as tentativas, só restou provocar o MP.	A prefeitura informou que a licitação objeto da denuncia ficou Deserta. Portanto, foi levada a efeito mas não apareceu nenhuma empresa interessada. Ministério Público informou que fará as investigações.
268	Mangueirinha	Prefeitura	Ministério Público do Paraná Dra. CLAUDIA LUIZA DA ROSA TOMELIN Comarca de Mangueirinha - PR	Potencial desrespeito ao TAC da Transparência: ausência de publicações no Portal da Transparência - as licitações não estão publicadas conforme Ajustamento de Conduta firmado pelo prefeito de Mangueirinha, que determinou o prazo de 30 de junho. Outras anomalias.	Visitada a prefeitura na data de 14/07 e confirmada a ausência de publicações.	
269	Itapejara D' Oeste	Prefeitura	Ministério Público do Paraná	Potencial ilegalidade no Contrato nº 1633/2014, firmado pelo prefeito de Itapejara D'Oeste, Eliandro Luiz Pichetti com a empresa Sabiá	Colhido documentos e encaminhado ao Ministério Público.	- Inquérito Civil n° MPPR- 0105.15.000267-



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	90 Status
			Dra. Silvana	Ecológico Transportes de Lixo Ltda.		o, instaurado em
			Cardoso			25/06/2015. As-
			Loureiro			sunto: PATRI-
			Comarca de			MÔNIO PÚBLI-
			Pato Branco - PR			CO. Objeto:
						eventual ilegali-
						dade no proce-
						dimento licita-
						tório Tomada de
						Preços nº
						22/2014, que deu
						origem ao Con-
						trato n°
						1633/2014, fir-
						mado pelo pre-
						feito de Itapeja-
						ra D'Oeste, Eli-
						andro Luiz Pi-
						chetti com a
						empresa Sabiá
						Ecológico
						Transportes de
						Lixo Ltda Re-
						presentante:
						VIGILANTES DA
						GESTÃO PÚBLI-
						CA. Representa-
						do: ELIANDRO
						LUIZ PICHETTI.



				I		91
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
270	Marilândia do Sul	Grupo Eletran	Ministério Público Promotora VIVIANE MORAES RIBEIRO GERELUS	Em 09/07/2015 - Visitada empresa que recicla as baterias do Grupo Eletran, localizada no município de Marilândia do Sul, analisado a operação com produtos potencialmente poluidores, verificado condições laborais, ambientais e licenciamento - constado potencial risco ambiental e ausência de cumprimento da legislação do setor. Encaminhado fotos e informações ao Ministério Público, Comarca de Marilândia do Sul.	As visitas fazem parte da "Operação Chumbo Grosso" que visa apurar denuncias de potenciais crimes ambientais nas atividades de fabricação e reciclagem de baterias automotivas no Estado do Paraná – com potencial negligência de agentes públicos.	- Procedimento Preparatório nº MPPR- 0087.15.000065- 8, instaurado em 08/04/2015. Assunto: MEIO AMBIENTE. Objeto: Trata-se de Procedimento Preparatório instaurado a fim de se apurar as irregularidades praticadas pela empresa localizada na BR 376, KM 265, principalmente no tocante ao recolhimento, reciclagem e destinação da escória de chumbo Representante (s): Vigilantes da Gestão - Representado: A APURAR.



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	92
271	Califórnia	Prefeitura	Ministério Público	Em 09/07/2015 - Visitada prefeitura, reunião com Secretário de Administração, Waldemir Gomes, marido da prefeita Ana Mazeto, de Califórnia , alertando sobre potencial gravidade da contaminação de chumbo na população e para o meio ambiente, através de empresas instaladas no município, que obteve licenciamento da Vigilância Sanitária Municipal.	As visitas fazem parte da "Operação Chumbo Grosso" que visa apurar denuncias de potenciais crimes ambientais nas atividades de fabricação e reciclagem de baterias automotivas no Estado do Paraná – com potencial negligência de		
272	Cascavel	Empresa Dalpare	Ministério Público	Em 08/07/2015 - Visitada empresa de processamento de sucatas de baterias automotivas - coletado documentos e analisado a operação com produtos potencialmente poluidores, verificado condições laborais, ambientais e licenciamento - Em tese, empresa dentro do que determina a Lei.	agentes públicos. As visitas fazem parte da "Operação Chumbo Grosso" que visa apurar denuncias de potenciais crimes ambientais nas atividades de fabricação e reciclagem de baterias automotivas no Estado do Paraná – com potencial negligência de agentes públicos.		
273	Pinhão	Prefeitura	Ministério Público DR. BRUNO ISHIMOTO COMARCA DE PINHÃO - PR	Potencial ilegalidade: DIVERSAS CONTRATAÇÕES E GASTOS COM EMPRESA DE MEMBRO DO PARTIDO POLÍTICO DO PREFEITO E COORDENADOR DE CAMPANHA NAS ELEIÇÕES 2012. a) Nome das Empresas: E. ZUCOLOTO ARTEFATOS DE CIMENTO-ME – CNPJ:87.16462/0001-11 KATIA CRISTINA MARTINS ZUCOLOTO – CPF: 661.561.149-04 b) Valor total líquido R\$ 736.015,97 E. ZUCOLOTO ARTEFATOS DE CIMENTO-ME –	Em 08/07/2015 - Denuncia enviada ao Promotor da Comarca - Proteção ao Patrimônio Público - com pedido de abertura de investigação.		

GIIGILANTEO	
	9
	"
	93

1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 93
				R\$ 252.563,74 (ANO 2013) E. ZUCOLOTO ARTEFATOS DE CIMENTO-ME – R\$ 343.244,04 (ANO 2014) E. ZUCOLOTO ARTEFATOS DE CIMENTO-ME – R\$ 32.798,00 (ANO 2015 até MARÇO) KATIA CRISTINA MARTINS ZUCOLOTTO – R\$ 45.768,59 (ANO 2013) KATIA CRISTINA MARTINS ZUCOLOTTO – R\$ 52.237,24 (ANO 2014) KATIA CRISTINA MARTINS ZUCOLOTTO – R\$ 9.404,36 (ANO 2015 até MARÇO) c) Objeto: Aquisição de materiais para construção. Obs.: contratações com as mesmas empresas, inclusive com Dispensa de Licitação e Compra Direta ou Carta Convite. Fonte: Relatórios e extratos de contratos e pagamentos; Certidão Partidária do nome do empresário na mesma sigla partidária do Prefeito fazendo parte da Executiva do Partidó. http://177.220.143.18:7474/esportal/esportalprincipa l.index.logic Portal da Transparência do Município de Pinhão http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/cer tidao-composicao-partidária Portal TSE Certidão de Composição Partidária.		
274	Pinhão	Prefeitura	Ministério Público DR. BRUNO ISHIMOTO COMARCA DE PINHÃO - PR	Potencial ilegalidade PREGÃO n°. 120/2013 - a) Contrato n°. 406/2013 SABIA ECOLÓGICO TRANSPORTES DE LIXO b) Valor total R\$ 500.000,00 Vigência: 17/06/2013 à 16/06/2015 Destinação final em resíduos sólidos domiciliares urbanos (lixo orgânico), produzido no perímetro urbano de Pinhão. Valor contratado excessivamente alto, além de reportagem	Em 08/07/2015 - Denuncia enviada ao Promotor da Comarca - Proteção ao Patrimônio Público - com pedido de abertura de investigação.	Inquérito Civil n° MPPR- 0109.15.000015-5, instaurado em 07/04/2015. Assunto: PATRI- MÔNIO PÚBLI-



4	C: de de	Óverão		Neticia de Feta	Observação	94
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato evidenciada com técnico em Meio Ambiente do	Observação	Status
				Município que trabalhava junto a Sec. Mun. De		CO. Objeto: Visa
				Agricultura e Meio Ambiente na época da		averiguar notí-
				contratação disse que no máximo R\$ 200mil reais		cia de irregula-
				daria para regularizar a situação do Aterro Sanitário		ridades na exe-
				em Construção no Município de Pinhão, cumprindo		cução do con-
				com Lei Federal nº. 12.305/2010 da Política Nacional		trato adminis-
				de Resíduos Sólidos (PNRS) que dava prazo de 4		trativo origina-
				(quatro) anos para Municípios se adequarem;		do a partir da
				segundo técnico com R\$ 200mil teria um Aterro		licitação na mo-
				Sanitário com duração aproximada de 100 anos		dalidade Pregão
				sem precisar contratar tal serviço de transporte de lixo que está custando R\$500mil reais.		n° 120/2013, em
				Fonte: Relatório de empenho e pagamentos		que restou ven-
				realizados; assim como reportagem realizada em		cedora a empre-
				Abril/2014 com técnico em Meio Ambiente.		sa SABIÁ ECO-
						LÓGICO TRANS-
						PORTE DE LIXO
						LTDA. para des-
						tinação de resí-
						duos sólidos
						domiciliares
						urbanos (lixo
						orgânico), com
						retirada de tal
						resíduos e des-
						tinação para
						aterro em outro
						Município, ao
						custo de
						R\$ 500.000,00



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	95
275	Pinhão	Prefeitura	Ministério Público DR. BRUNO ISHIMOTO COMARCA DE PINHÃO - PR	Potencial ilegalidade - PREGÃO nº. 104/2013 e nº. 171/2013 a) Contrato nº. 363/2013 MARILIA THAISA MARTINS a.1) Contrato nº. 611/2013 PRIMORDIAL EMPREENDIMENTOS LTDA b) Valor total R\$ 65.160,00 Vigência: 04/06/2013 à 03/06/2014 b.1) Valor total R\$ 66.000,00 Vigência: 01/10/2013 à 30/09/2014 c) Objeto de ambos contratos: Contratação de 1 (um) veículo caminhão basculante VW/23.210, ano/modelo 2002/2002, placa MBT-4523, chassi 9BW3R82T02R214015, com potência de 303cv, em bom estado de conservação e funcionamento, com motorista, conforme programação da Sec. Mun. de Obras e Serviços Urbanos. Obs.: Duplicidade em Licitação com mesmo objeto, sendo Empresas com sócio de parentesco muito próximo vencedoras do certame e o veículo é o mesmo utilizado, pode ser objeto de desvio de recursos e direcionamento de Empresa com mesmo sócio proprietário do veículo.	Em o8/o7/2015 - Denuncia enviada ao Promotor da Comarca - Proteção ao Patrimônio Público - com pedido de abertura de investigação.	ao ano Re sentado MUNICÍPIO PINHAO - PR.	(s): DE
276	Pinhão	Prefeitura	Ministério Público DR. BRUNO ISHIMOTO COMARCA DE PINHÃO - PR	Potencial ilegalidade 3. CARTA CONVITE E TOMADA DE PREÇOS –n°002/2013 e n°. 009/2013 - a) Contrato n°. 407/2013 R LIBER CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA a.1) Contrato n°. 336/2013 R LIBER CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA b) Valor total R\$ 121.269,26 Vigência: 27/06/2013 à 22/04/2014	Em 08/07/2015 - Denuncia enviada ao Promotor da Comarca - Proteção ao Patrimônio Público - com pedido de abertura de investigação.		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	96
	Cidade	Orgao	Ministério Público	b.1) Valor total R\$ 90.999,23 Vigência: 29/05/2013 à 26/08/2013 c) Objeto de ambos os contratos: Reforma e modernização Ginásio de Esportes Municipal Rubens Spengler com RECURSOS FEDERAIS da União. Obs.: Duplicidade em Licitação com mesmo objeto, sendo mesma Empresa vencedora do certame, pode ser objeto de desvio de recursos federais com direcionamento de Empresa; além de ser valor inconsistente com valor autorizado de repasse da União. Fonte: Relatório de empenhos, pagamentos realizados e publicação no Diário da União do Valor Repassado pelo Governo Federal. Potencial ilegalidade na INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n°. 003/2014 - Contrato n°. 027/2014 JOÃO ROBERTO DE VOGLIO - ME - Valor total	Em 08/07/2015 - Denuncia enviada ao Promotor da	Status	
277	Pinhão	Prefeitura DR. BRUNO ISHIMOTO COMARCA DE PINHÃO - PR	R\$ 435.093,70 - Carteiras Escolares para Escolas Municipais. Valor da Inexigibilidade EXORBITANTE com Recursos Federais direcionando única empresa por meio de inexigibilidade, além do valor de cada carteira média R\$140,00.	Comarca - Proteção ao Patrimônio Público - com pedido de abertura de investigação.			
278	Pinhão	Prefeitura	Ministério Público DR. BRUNO ISHIMOTO COMARCA DE PINHÃO - PR	Aquisição de fogos de artifício Obs.: A Lei Municipal nº. 1565/2010 no art. 3º, §2º proíbe utilização de recursos públicos para aquisição de fogos de artifício,	Em 08/07/2015 - Denuncia enviada ao Promotor da Comarca - Proteção ao Patrimônio Público - com pedido de abertura de investigação.		
279	Pinhão	Prefeitura	Ministério Público DR. BRUNO	DISPENSA DE LICITAÇÃO 037/2013 a) Contrato nº. 293/2013 BRZEZINSKI & BRZEZINSKI LTDA - Valor total R\$ 3.660,00 - a funcionária contratada por	Em 08/07/2015 - Denuncia enviada ao Promotor da Comarca - Proteção ao		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 9/
			ISHIMOTO COMARCA DE PINHÃO - PR	Empresa Terceirizada HP Assessoria Financeira, Larissa Brezezinski ser parente muito próxima do proprietário da Empresa Contratada por dispensa de licitação.	Patrimônio Público - com pedido de abertura de investigação.	
280	ltapejara D' Oeste	Prefeitura	Ministério Público do Paraná Dra. Silvana Cardoso Loureiro Comarca de Pato Branco - PR	Apuração de eventual ilegalidade/irregularidade na ausência de implantação do Portal de Transparência de Itapejara D' Oeste - PR.	Portal da Transparência - CONSIDERANDO que a análise do conteúdo do Portal da Transparência da leva a constatação de que as informações disponíveis dificultam o controle da gestão pública – levado a Notícia de Fato ao representante do Ministério Público.	- Inquérito Civil n° MPPR- 01051500018542 01505210233, instaurado em 22/04/2015. Apuração de eventual ilegalidade/irregularidade na ausência de implantação do Portal de Transparência pela prefeitura Municipal de Itapejara D' Oeste - PRFirmado TAC com prazo para funcionar plenamente em 15 de agosto de 2015.
281	Pato Branco	Câmara		Potencial ilegalidade com uso de verba pública para vereador participar de reunião de ong privada Acamsop, na cidade de Francisco Beltrão – consteio com alimentação e uso de veiculo oficial.	Vigilantes da Gestão entrou com pedido de informações na Câmara de	



	1					98
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
					Vereadores de Pato Bran-	
					co, pois consta do Portal	
					da Transparência que um	
					vereador viajou com carro	
					oficial da Câmara para	
					participar de uma reunião	
					da Acamsop de Francisco	
					Beltrão, e recebeu custeio.	
					O vereador Vilmar Macari,	
					recebeu, segundo o portal	
					da transparência, R\$137,00,	
					com despesa em alimenta-	
					ção, e usou o carro da	
					Câmara de Vereadores	
					para participar de reunião	
					da Acamsop. As fotos na	
					web comprovam a partici-	
					pação do vereador na	
					reunião da entidade.	
282	Tamarana	Prefeitura	Ministério Público do Paraná Dr. Renato de Lima Castro Comarca de Londrina - PR	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de AMEPAR - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA – entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	- instaurado Inquérito Civil MPPR - 0078.15.001714-9.
283	Pato Branco	Prefeitura Estado do Paraná	Ministério Públi- co do Paraná Dra. Silvana Cardoso Lourei- ro	Potencial ilegalidade, funcionário da prefeitura de Pato Branco, NESTOR WERNER JUNIOR - dentista ocupando a função administrativa (DEPTO CONTROLE ADMINISTRATIVO Financeiro EFETIVO Odontólogo R\$ 4.423,89) conforme relatório do	Coletado informações, juntado provas, feito de- nuncia para o Ministério Público, ouvidoria do Esta- do e Câmara de Vereado-	Determinado pela Dra. Silvana Cardoso Lourei- ro, Promotora de Justiça, a



4	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 99
	Cidade	Órgão	Investigação Comarca de Pato Branco - PR	Portal da Transparência da Municipalidade, cedido com ônus para o município de Pato Branco e para o Estado do Paraná, e ocupante de cargo de confiança na chefia da 7ª Regional de Saúde de Pato Branco com ônus para o Estado, conforme Portal da Transparência do Estado. Portaria de autorização para reassumir o cargo na Prefeitura de Sorriso - MT, onde, em tese, o mesmo é funcionário público concursado.	res de Pato Branco-PR.	INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL sob n° MPPR- 0105.150.000340- 5 que visa apurar eventual ilegalidade e improbidade administrativa praticada, em tese, pelo Sr. Nestor Werner Júnior, ante o acúmulo indevido de vencimentos de cargos públicos.
284	Vitorino	Prefeitura	Ministério Público do Paraná Dra. Silvana Cardoso Loureiro Comarca de Pato Branco - PR	Potencial irregularidade na contratação de Empresa de Advogados – Atividade fim da prefeitura – terceirização.	Relação contratual de Serviços advocatícios, segundo apurado, a empresa de Advogados é uma empresa sediada em Curitiba, e já foi denunciada em diversas Comarcas por ser objeto de contratação em prefeituras, na terceirização de atividade fim das prefeituras.	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 100
285	Vitorino	Prefeitura	Ministério Público do Paraná Dra. Silvana Cardoso Loureiro Comarca de Pato Branco - PR	Potencial irregularidade durante o trâmite do Procedimento Licitatório realizado pela Prefeitura Municipal de Vitorino, o qual resultou na contratação da empresa Sabiá Ecológico Transporte de Lixo Ltda.	Não foram feitos orçamentos para determinar os preços máximos, não há fiscal de contrato, não houve relatórios dos serviços prestados, a empresa licitante não possui licença para todos os serviços contratado, foram feitos aditivos contratuais indevidos em virtude das ilegalidades apontadas, com tempo suficiente para as correções necessárias, foram agrupados diversos serviços, os serviços objeto da contratação também não contemplam os interesses da municipalidade e não garante a segurança para o Erário.	June
286	Coronel Vivida	Prefeitura	Ministério Público Dr. Tiago Vacari Comarca de Coronel Vivida - PR	Apuração de eventual ilegalidade/irregularidade na ausência de implantação do Portal de Transparência pela Prefeitura. Solicitação para implantação do Portal da Transparência, mediante a utilização de plataforma disponibilizada gratuitamente pela CELEPAR conforme recomendação do CAOP.	Em reunião realizada com o Promotor coordenador do Grupo de Estudos do Ministério Publico da Região Sudoeste, Francisco de Carvalho Neto, foi informado que será providenciado em bloco para todas	Inquérito Civil n° MPPR- 0044.15.00006- 3, instaurado em 19/03/2015. Off- cio n. 279/2014 oriundo da "ONG Vigilantes



4	Cidade	Ó	l	Notícia de Fato	Ob som as a s	Status 101
1	Claade	Órgão	Investigação	Noticia de Fato	Observação	Status da Gestão Públi-
					cidades da região sudoes-	
					te.	ca", solicitando
						a elaboração de
						Termo de Ajus-
						tamento de
						Conduta entre o
						Ministério Públi-
						co e o Poder
						Executivo do
						Município de
						Coronel Vivi-
						da/PR no que
						tange à implan-
						tação de "Portal
						da Transparên-
						cia" mediante a
						utilização de
						plataforma dis-
						ponibilizada
						gratuitamente
						pela CELEPAR.
						Representante:
						VIGILANTES DA
						GESTÃO PÚBLI-
						CA. Representa-
						do: MUNICÍPIO
						DE CORONEL
						VIVIDA.
287	Coronel Vivida	Câmara	Ministério Públi-	Apuração de eventual ilegalidade/irregularidade na	Em reunião realizada com	- Inquérito Civil



102 Cidade Órgão Investigação Notícia de Fato Observação Status ausência de implantação do Portal de o promotor coordenador MPPRco Dr. Tiago Vacari Transparência pela Câmara Municipal. do Grupo de Estudos do 0044.15.000033-Comarca de Solicitação para implantação do Portal da Ministério Publico da Regi-7, instaurado em Transparência, mediante a utilização de plataforma **Coronel Vivida** ão Sudoeste, Francisco de 19/03/2015. Ofídisponibilizada gratuitamente pela CELEPAR Carvalho Neto, foi inforcio n. 279/2014 conforme recomendação do CAOP. mado que será providencioriundo ado em bloco para todas "ONG Vigilantes cidades da região sudoesda Gestão Públite. ca", solicitando a elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ministério Público e Poder Legislativo do Município de Coronel Vivida/PR no que tange à implantação de "Portal da Transparência" mediante a utilização de plataforma disponibilizada gratuitamente pela CELEPAR. Representante: VIGILANTES DA



1	Cidade	Órcão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 103
'	Cidade	Órgão	Investigação	Noticia de Fato	Observação	GESTÃO PÚBLI- CA. Representa- do: CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL
288	Mangueirinha	Prefeitura	Ministério Público do Paraná Dra. CLAUDIA LUIZA DA ROSA TOMELIN Comarca de Mangueirinha - PR	Potencial irregularidade durante o trâmite do Procedimento Licitatório Pregão Presencial nº 35/2015 realizado pela Prefeitura Municipal de Mangueirinha, o qual resultou na contratação da empresa LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PEMA LTDA.	Irregularidades envolvendo o Procedimento Licitatório Pregão Presencial nº 35/2015, realizado pela Prefeitura Municipal de Mangueirinha com vistas a contratar empresa para realizar a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final de resíduos sólidos em aterro sanitário. Restrição de participação de empresas, etc.	DE CORONEL VIVIDA. - Inquérito Civil n° MPPR- 0083.15.000088- 9, instaurado em 15/06/2015. Assunto: PATRI- MÔNIO PÚBLI- CO. Objeto: Apurar eventuais irregularidades envolvendo o Procedimento Licitatório Pregão Presencial n° 35/2015, realizado pela Prefeitura Municipal de Mangueirinha com vistas a contratar empresa para realizar a coleta, o transporte, o



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 104
	Ciudue	Oi gao	investigação	Noticia de Fato	ODSELVAÇÃO	tratamento e a destinação final de resíduos sólidos em aterro sanitário. Representante: VIGILANTES DA GESTÃO PÚBLICA. Representado: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PEMA LTDA.
289	Mangueirinha	Prefeitura	Ministério Público do Paraná Dra. CLAUDIA LUIZA DA ROSA TOMELIN Comarca de Mangueirinha - PR	Potencial irregularidade durante o trâmite do Procedimento Licitatório Pregão Presencial nº 12/2012 realizado pela Prefeitura Municipal de Mangueirinha, o qual resultou na contratação da empresa LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PEMA LTDA.	Auditado Edital, analisado peças documentais, e apontado indícios de direcionamento do edital para empresas do Paraná, vidado em Lei. Realizado visitas a prefeitura e a Promotoria a fim de análise e coleta de documentos.	- Inquérito Civil n° MPPR- 0083.15.000073- 1, instaurado em 15/06/2015. Apurar eventuais irregularidades durante o trâmite do Procedimento Licitatório Pregão Presencial n° 12/2012 realizado pela Prefeitura Muni-



		<i>1</i>				105
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
						cipal de Man-
						gueirinha, o qual
						resultou na con-
						tratação da em-
						presa LIMPEZA E
						CONSERVAÇÃO
						PEMA LTDA.
						Representante:
						VIGILANTES DA
						GESTÃO PÚBLI-
						CA. Representa-
						do: LIMPEZA E
						CONSERVAÇÃO
						PEMA LTDA,
						MUNICÍPIO DE
						MANGUEIRI-
						NHA.
				Potencial não cumprimento integral do contrato		Inquérito Civil n°
				firmado com o SERVIÇO MUNICIPAL DE		MPPR-
				ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE		0062.15.000174-
			AAIiii D.4LII	após ser a vencedora da Licitação na modalidade		1, instaurado em
		SAMAE –	Ministério Públi- co do Paraná	Concorrência Pública nº 001/2010, além de possivelmente não atender as condicionantes as	Juntado fotografias aé-	27/04/2015. Do-
		Serviço de	Dra. Amarílis F.	Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem	reas, licenças e outros	cumentação
290	Ibiporã	Água e Esgoto	Picarelli Cordioli	como noticiam outras irregularidades, como as	documentos, realizado	encaminhada
		de Ibiporã	Comarca de	exigências que restringem a participação de outras	Notícia de Fato.	pelos VIGILAN-
			Ibiporã - PR	empresas na licitação, os diários do fiscal do		TES DA GESTÃO,
				contrato que apontariam que a empresa não		com a notícia de
				cumpre o contrato com o SAMAE, a falta de		que a empresa
				comprovação fundamentada dos 5 (cinco) aditivos contratuais firmados com a empresa KURICA desde		KURICA AMBI-
				Contractuais fiffiados com a empresa NORICA desde		



ENTAL S/A pos- sivelmente não estaria cumprin- do integralmen- te o contrato firmado com o SERVIÇO MUNI- CIPAL DE ABAS- TECIMENTO DE AGUA E ESGOTO - SAMAE após ser a vencedora da Licitação na modalidade Concorrência Pública n° oot/2010, além de possivelmen- te não atender as condicionan- tes as Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigên- cias que restrin-	4	C: 1- 1-	Ó	1	New de Fere	Ob serve of s	106
sivelmente não estaria cumprindo integralmente o contrato firmado com o SERVIÇO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE após ser a vencedora da Licitação na modalidade Concorrência Pública nº oo1/2010, além de possivelmente não atender as condicionantes as Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigências que restrincias que restrincias que restrincia que res	1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
estaria cumprindo integralmente o contrato firmado com o SERVIÇO MUNI- CIPAL DE ABAS- TECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE após ser a vencedora da Licitação na modalidade Concorrência Pública nº oovi/2010, além de possivelmente não atender as condicionantes as Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigências que restrincia que que restrincia					2010.		
do integralmente o contrato firmado com o SERVIÇO MUNI- CIPAL DE ABAS- TECIMENTO DE AGUA E ESGOTO - SANAE após ser a vencedora da Licitação na modalidade Concorrência Pública nº 001/2010, além de possivelmente não atender te não atender as condicionantes as Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigências que restrin-							
te o contrato firmado com o SERVIÇO MUNI- CIPAL DE ABAS- TECIMENTO DE AGUA E ESGOTO - SAMAE após ser a vencedora da Licitação na modalidade Concorrência Pública nº oo1/2010, além de possivelmente não atender as condicionantes as Licenças de Operação de Operação (concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigências que restrincias que restrincia qu							
firmado com o SERVIÇO MUNII- CIPAL DE ABAS- TECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE após ser a vencedora da Licitação na modalidade Concorrência Pública nº oon/2010, além de possivelmente não atender as condicionantes as Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigên- cias que restrin-							
SERVIÇO MUNI- CIPAL DE ABAS- TECIMENTO DE AGUA E ESGOTO - SAMAE após ser a vencedora da Licitação na modaliadae Concorrência Pública n° oon/2010, além de possivelmente não atender as condicionantes as Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigên- cias que restrin-							
CIPAL DE ABAS- TECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE após ser a vencedora da Licitação na modalidade Concorrência Pública n° oo1/2010, além de possivelmente não atender as condicionan- tes as Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigên- cias que restrin-							
TECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE após ser a vencedora da Licitação na modalidade Concorrência Pública nº oor/2010, além de possivelmente não atender as condicionantes as Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigên- cias que restrin-							
ÁGUA E ESGOTO - SAMAE após ser a vencedora da Licitação na modalidade Concorrência Pública n° oo1/2010, além de possivelmente não atender as condicionantes as Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigên- cias que restrin-							
- SAMAE após ser a vencedora da Licitação na modalidade Concorrência Pública nº 001/2010, além de possivelmente não atender as condicionantes as Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigências que restrin-							
ser a vencedora da Licitação na modalidade Concorrência Pública n° oorl/2010, além de possivelmente não atender as condicionantes as Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigên- cias que restrin-							ÁGUA E ESGOTO
da Licitação na modalidade Concorrência Pública nº oo1/2010, além de possivelmente não atender as condicionantes as Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigên- cias que restrin-							- SAMAE após
modalidade Concorrência Pública n° oo1/2010, além de possivelmente não atender as condicionantes as Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigên- cias que restrin-							ser a vencedora
Concorrência Pública n° oo1/2010, além de possivelmente não atender as condicionantes as Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigên- cias que restrin-							da Licitação na
Pública nº oo1/2010, além de possivelmente não atender as condicionantes as Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigências que restrin-							modalidade
oo1/2010, além de possivelmente não atender as condicionantes as Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigências que restrin-							Concorrência
de possivelmente não atender as condicionantes as Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigências que restrin-							Pública nº
te não atender as condicionantes as Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigências que restrin-							001/2010, além
as condicionantes as Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigências que restrin-							de possivelmen-
tes as Licenças de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigências que restrin-							te não atender
de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigências que restrin-							as condicionan-
de Operação concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigências que restrin-							tes as Licenças
concedidas pelo IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigên- cias que restrin-							
IAP, bem como noticiam outras irregularidades, como as exigências que restrin-							
noticiam outras irregularidades, como as exigências que restrin-							
irregularidades, como as exigências que restrin-							
como as exigências que restrin-							
cias que restrin-							
							gem a participa-



Cidade Órgão Investigação Notícia de Fato Observação Status ção de outras empresas na licitação, os diários do fiscal do contrato que apontariam que a empresa não cumpre o contrato com o SAMAE, a falta de comprovação fundamentada dos 5 (cinco) aditivos contratuais firmados com a empresa KURICA desde 2010, e que os Autos de Licitação só estariam assinados e rubricados até a decisão da licitação, o que permitiria a juntada atemporal de qualquer peça. Representante: VIGILANTES DA



		-				108
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
						GESTÃO PÚBLI-
						CA. Representa-
						do: KURICA
						AMBIENTAL S/A,
						SERVICO AUTO-
						NOMO MUNICI-
						PAL DE AGUA E
						ESGOTO.
						- Procedimento
						Preparatório nº
						MPPR -
		co Dr nório Serpa Prefeitura CA	Ministério Públi-			0044.15.000092-
						3, instaurado em
						19/06/2015. Pro-
						cedimento Pre-
					Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis-	paratório instau-
			co do Paraná			rado para averi-
			Dr. TIAGO VA-	Repasse de verba pública do Município de Honório		guar eventual
291	Honório Serpa		CARI	Serpa/PR à Associação de Senhoras dos Prefeitos		repasse de verba
			Comarca	do Sudoeste do Paraná.	tério Público, aguardando	pública do Mu-
			de Coronel		providencias.	nicípio de Honó-
		Vivida - F	Vivida - PR			rio Serpa/PR à
						Associação de
						Senhoras dos
						Prefeitos do
						Sudoeste do
						Paraná. Repre-
						sentante: VIGI-
						LANTES DA GES-



						109
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
						TÃO PÚBLICA.
						Representado:
						PREFEITURA
						MUNICIPAL DE
						HONÓRIO SER-
						PA.
						- Procedimento
						Preparatório nº
						MPPR-
						0105.15.000069-
						o, instaurado em
						05/02/2015. Veri-
						ficação de even-
						tual irregulari-
			Ministério Públi-			dade/ilegalidade
			co do Paraná		Procedimento Licitatório	praticada pelo
			Dra. Silvana	Eventual irregularidade/ilegalidade praticada pelo	Tomada de Preços nº	Prefeito Munici-
292	Itapejara Do Oeste	Prefeitura	Cardoso Lourei-	Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Sr. Eliandro Pichetti, com a contratação da empresa	20/2014, utilizando como	pal de Itapejara
	Do Geste		ro	Escola Profissionalizante Essei Ltda – ME.	critério "menor preço	D'Oeste, Sr.
			Comarca de	Escola i Torrissionalizarree Esser Etaa - MEI	lote".	Eliandro Pichetti,
			Pato Branco - PR			com a contrata-
						ção da empresa
						Escola Profissio-
						nalizante Essei
						Ltda - ME, para
						prestação de
						serviço de cursi-
						nho/aulas prepa-
						ratórias para o



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 110
	Cidade	OI Sau	investigação		Objetvação	ENEM e vestibulares de 2014, pelo Procedimento Licitatório Tomada de Preços nº 20/2014, utilizando como critério "menor preço lote". Representante: VIGILANTES DA GESTÃO PÚBLICA.
293	Pato Branco	Câmara	Ministério Público do Paraná Dra. Silvana Cardoso Loureiro Comarca de Pato Branco - PR	Apuração de eventual ilegalidade/ irregularidade do Portal de Transparência do Município de Pato Branco - PR.	Portal da Transparência - CONSIDERANDO que a análise do conteúdo do Portal da Transparência da leva a constatação de que as informações disponíveis dificultam o controle da gestão pública – levado a Notícia de Fato ao representante do Ministério Público.	- Inquérito Civil n° MPPR- 0105.15.000184- 7, instaurado em 24/04/2015. Apuração de eventual ilegalidade/ irregularidade do Portal de Transparência do Município de Pato Branco - PR. Representado: MUNICÍPIO DE PATO BRAN-



111 Cidade Órgão Investigação Notícia de Fato Observação Status CO. - Inquérito Civil n° MPPR-0105.15.000183-9, Portal da Transparência instaurado em CONSIDERANDO que a 24/04/2015. Apuanálise do conteúdo do Ministério Públiração de even-Portal da Transparência da co do Paraná tual ilegalidade/ leva a constatação de que Apuração de eventual ilegalidade/ irregularidade do Dra. Silvana irregularidade as informações disponíveis **Pato Branco** Prefeitura Cardoso Lourei-Portal de Transparência do Município de Pato 294 do Portal de Branco - PR. dificultam o controle da Transparência Comarca de gestão pública - levado a do Município de Pato Branco - PR Notícia de Fato ao repre-Pato Branco sentante do Ministério PR. Representa-Público. do: MUNICÍPIO DE PATO BRAN-CO. - Inquérito Civil Portal da Transparência -MPPR-CONSIDERANDO que a 0105.15.000190análise do conteúdo do Ministério Públi-4, instaurado em Portal da Transparência da co do Paraná 22/04/2015. leva a constatação de que Dra. Silvana Eventual ilegalidade/irregularidade do Portal de Eventual ilegali-**Bom Sucesso** as informações disponíveis 295 Câmara Cardoso Lourei-Transparência da Câmara Municipal de Bom do Sul Sucesso do Sul - PR. ro dificultam o controle da de/irregularidad Comarca de gestão pública - levado a e do Portal de Pato Branco - PR Notícia de Fato ao repre-Transparência da sentante do Ministério Câmara Munici-Público. pal de Bom Su-



	21.1.1	<i>4 w</i>				112
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
						cesso do Sul -
						PR. Representa-
						do: CÂMARA
						MUNICIPAL DE
						BOM SUCESSO
						DO SUL.
						Inquérito Civil nº
						MPPR-
						0105.15.000189-
					Portal da Transparência -	6, instaurado em
		om Sucesso do Sul Prefeitura ro Co	Ministério Público do Paraná Dra. Silvana Prefeitura Cardoso Loureiro	Eventual ilegalidade/irregularidade do Portal de Transparência do Município de Bom Sucesso do Sul	CONSIDERANDO que a	22/04/2015.
					análise do conteúdo do	Eventual ilegali-
					Portal da Transparência da	da-
					leva a constatação de que	de/irregularidad
296	Bom Sucesso				as informações disponíveis	e do Portal de
	do Sul				dificultam o controle da	Transparência
			Comarca de		gestão pública – levado a	do Município de
			Pato Branco - PR		Notícia de Fato ao repre-	Bom Sucesso do
					sentante do Ministério	Sul - PR. Repre-
					Público.	sentado: MUNI-
						CÍPIO DE BOM
						SUCESSO DO
						SUL.
			Ministério Públi-		Portal da Transparência -	- Inquérito Civil
			co do Paraná		CONSIDERANDO que a	n° MPPR-
			Dra. Silvana	Eventual ilegalidade/irregularidade do Portal de	análise do conteúdo do	0105.15.000188-
297	Vitorino	Câmara	Cardoso Lourei-	Transparência da Câmara Municipal de Vitorino.	Portal da Transparência da	8, instaurado em
			ro	Transparencia da camara Manicipal de Vicolillo.	leva a constatação de que	22/04/2015.
			Comarca de		as informações disponíveis	Eventual ilegali-
			Pato Branco - PR		as illiorinações disponiveis	Lverituai ilegali-



1	1	,
1	1	

	c' l l	<i>A</i> .~		N. // 1 = .		113
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
					dificultam o controle da	da-
					gestão pública – levado a	de/irregularidad
					Notícia de Fato ao repre-	e do Portal de
					sentante do Ministério	Transparência da
					Público.	Câmara Munici-
						pal de Vitorino.
						Representado
						(s): CÂMARA
						MUNICIPAL DE
						VITORINO.
						- Inquérito Civil
				Apuração de eventual ilegalidade/irregularidade do Portal de Transparência do Município de Vitorino - PR.		n° MPPR-
		Prefeitura	Ministério Públi- co do Paraná Dra. Silvana		Portal da Transparência -	0105.15.000187-0,
					CONSIDERANDO que a	instaurado em
					análise do conteúdo do	22/04/2015. Apu-
					Portal da Transparência da	ração de even-
					leva a constatação de que	tual ilegalida-
298	Vitorino		Cardoso Lourei-		as informações disponíveis	de/irregularidad
			ro		dificultam o controle da	e do Portal de
			Comarca de		gestão pública – levado a	Transparência
			Pato Branco - PR		Notícia de Fato ao repre-	do Município de
					sentante do Ministério	Vitorino - PR.
					Público.	Representado:
					MUNICÍPIO DE	
						VITORINO.
			Ministério Públi-		Portal da Transparência -	- Inquérito Civil
	Itapejara	tanejara co do Paraná	co do Paraná	Apuração de eventual ilegalidade/irregularidade do	CONSIDERANDO que a	n° MPPR-
299	do Oeste	Prefeitura	Dra. Silvana	Portal da Transparência do Município de Itapejara	análise do conteúdo do	0105.15.000185-
do deste			Cardoso Lourei-	D' Oeste - PR.	Portal da Transparência da	4, instaurado em
		l	I .	I.		



114 Observação Cidade Órgão Investigação Notícia de Fato Status leva a constatação de que 22/04/2015. Apuro Comarca de as informações disponíveis ração de even-Pato Branco - PR dificultam o controle da tual ilegalidagestão pública – levado a de/irregularidad e do Portal da Notícia de Fato ao repre-Transparência sentante do Ministério Público. do Município de Itapejara Oeste - PR. Representado: MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D' OESTE. O prefeito AUGUSTINHO - Inquérito Civil ZUCCHI, como critério de MPPR-0105.15.000131-8, julgamento das propostas o tipo "menor preço" para instaurado em contratar o contador VAN-15/04/2015. Obje-Ministério Públi-DERLEI RIBEIRO DA SILVA, eventual Potencial ato de improbidade administrativa co do Paraná na função de assessor prática de ato de Dra. Silvana praticado por Augustinho Zucchi, prefeito do técnico da Secretaria de improbidade 300 **Pato Branco Prefeitura** Cardoso Lourei-Município de Pato Branco/PR, em virtude de Administração e Finanças administrativa contratação de dois contadores sem concurso ro do Município de Pato praticado Comarca de público. Augustinho Branco, sem concurso Pato Branco - PR Zucchi, prefeito público. E RODRIGO BASE, portado Município de dor do RG 6.481.933-Pato Branco/PR, o/SSP/PR, Diretor do Deem virtude de partamento de Contabilicontratação de



115 Cidade Órgão Investigação Notícia de Fato Observação Status dade da Prefeitura Municidois contadores pal de Pato Branco e Consem concurso público. Repretador da Prefeitura Municipal de Salto do Lontrasentante: VIGI-PR. LANTES DA GES-TÃO. Representado: AUGUSTI-NHO ZUCCHI. - Inquérito Civil MPPR-0105.15.000167-2, Efetuada investigação e instaurado auditado processo admi-09/04/2015. Obnistrativo e Edital, oferecijeto: eventual do Noticia de Fato ao Miirregularidade Potencial irregularidade praticada pelo Município praticada pelo nistério Público - Tomada de Pato Branco com a deflagração de Ministério Públide preço 15/2014, trata de Município de co do Paraná Procedimento Licitatório na modalidade Tomada "Contratação de cursos Pato Branco Dra. Silvana de Preços nº 15/2014, destinada a contratação de Profissionalizantes". Concom a deflagra-301 Pato Branco Prefeitura Cardoso Loureiempresa para prestação de serviços para a realização de cursos profissionalizantes, utilizando ro forme art. 46 caput, lei ção de Procedicomo critério de escolha o "melhor preço por Comarca de 8.666/93, o critério de mento Licitató-Pato Branco - PR item", em detrimento ao que dispõe o artigo 46, julgamento deve ser usado rio na modalidacaput, da Lei 8.666/93. "Melhor Técnica" e não de Tomada de "Menor Preço por item", Preços 15/2014, destinacomo consta na página 74 do edital. da a contratação de empresa para prestação serviços para a



Cidade Órgão Notícia de Fato Investigação Observação Status realização de cursos profissionalizantes, utilizando como critério de escolha o "melhor preço por item", em detrimento ao que dispõe o artigo 46, caput, da Lei 8.666/93. Representante VIGILANTES DA GESTÃO. Representado: MUNI-CÍPIO DE PATO BRANCO. 1.Contratação de serviços -Inquérito Civil sem o devido processo MPPRlegal, dando o nome de 0105.15.000136-7, Dispensa por Limite sem instaurado em DRA. SILVANA ter ocorrido o Processo de 06/03/2015. Apu-**CARDOSO LOU-**Relatórios do Dispensa. ração de even-**REIRO** Controle Interno: 302 **Pato Branco** Prefeitura Potencial ilegalidade administrativa do prefeito 2.Ao invés de proceder-se tual desvio de 1ª Promotoria Augustinho Zucchi e equipe. Ministério Públias devidas correções, confinalidade co do Paraná forme sugestão do TCE, a irregularidades administração optou em nos convênios não fazer a prestação de firmados para contas ao TCE/PR dos resrepasses a enti-



117 Cidade Órgão Notícia de Fato Observação Investigação Status pectivos convênios. A fordades de submalização do convênio e a venção social no ano de 2012, não prestação de conta do mesmo ao TCE/PR, é mais pelo ex-prefeito uma irregularidade que a municipal administração está come-Branco, Pato Roberto Salvatendo. 3.Contrato dor Viganó. em vigor "2478/13", está superfatu-- Inquérito Civil rado. n° MPPR-4.Contratação de serviços 0105.15.000137-5, contábeis em desacordo instaurado em com as orientações do 06/03/2015. Apuração de even-TCE. 5.Modalidade de licitação tual ilegalidade Inadequada. no Contrato nº 6.O representante da Coo-2257/2012, perativa contratada é sermado pelo exvidor público, o que invia-Prefeito Municide Pato biliza totalmente qualquer pal tipo de contratação com o Branco, Roberto município. Salvador Viga-7.Omissão em fazer cumnó.. - Inquérito Civil prir o item VI da cláusula nona do referido contrato. MPPR-1.Irregularidades cometi-0105.15.000134-2, das em 2013 continuam a instaurado em se repetir em 2014. 09/03/2015. Apu-2.Não comprimento do ração de even-



mentos firma-

dos pelo Prefei-

to Municipal de

Pato Branco, Sr.

amparo legal para baixar

1.Não comprimento do

cronograma de ações insti-

construção.

118 Cidade Órgão Notícia de Fato Observação Investigação Status Art. 16 da lei 3.426. tual superfatu-MEMORANDO 023/2014 ramento 06/05/2014 Contrato n° 1.Majoração de 100% no 2478/2013, valor dos locativos no pemado pelo Preríodo de sete meses. Pág. 5 feito Municipal 2. Manipulação de valores de Pato Branco, Sr. Augustinho quando das avaliações, cujos percentuais de au-Zucchi e empresa Spielmann e mento superaram a 250%. 3.0 mesmo profissional Spielmann Ltda, forneceu dois laudos onde para prestação a diferença entre os valode serviços de res fornecidos chega a coleta e destina-285% no período, percenção de resíduos tual totalmente injustificáhospitalares. vel. - Inquérito Civil 1.Doação de Imóvel Feita MPPRa doação o município terá 0105.15.000161-5, que proceder a baixa em instaurado em seu patrimônio do objeto 31/03/2015. Objedoado, da forma como to: - apuração de está somente a baixa do eventual ilegalidade nos Terterreno poderá ser feita, não tendo o município mos de Adita-



119 Cidade Órgão Notícia de Fato Observação Investigação Status tuídas pelo Decreto 5991/12 Augustinho **Zucchi** com a em cumprimento a portaria STN 828 de 14/12/2011 empresa F. Zanpela Secretaria de Adminiscanaro Terratração e Finanças. planagem Ltda, 2.Índice superior ao IGP-M nos contratos sob n°s 190/2014 quanto ao pagamento de serviços contábeis prestae 211/2014.. Redos pelo Srs. Paulo Horn e presentado: Franciele Michalski. Pág. 2 **AUGUSTINHO** 3.Aumento do valor da ZUCCHI, F. ZANlocação em (superior a **CANARO TERRA-**30%), sobre o que o muni-**PLANAGEM** cípio vinha pagando até LTDA. Dezembro/2012. 4. Assessoria Contábil em - Inquerito Civil desacordo com o contido MPPR-0105.14.000006no Acórdão 1111/08 -TCE/PR. 5, instaurado em 5. Serviços contratados que 23/01/2014. não foram executados em Assunto: PAsua totalidade pela empre-TRIMONIO PUsa "F. Zancanaro Terrapla-BLICO. Objeto: nagem LTDA". Apuracao 6.Contrato de serviços nº eventual ilegali-2469/13, o valor pactuado dade e improbiestá 76% superior ao que o dade administramunicípio vinha pagando praticada, pelo mesmo imóvel no em tese pelos



120 Cidade Órgão Notícia de Fato Observação Investigação Status mês de dezembro de 2012. Srs. Roberto 7.Contrato de serviço nº Salvador Vigano, 2478/13, cujos valores es-Loreci Dolores tão 70% superiores aos que Bim e Parana o município vinha prati-Consultoria Emcando com a mesma empresarial e Mupresa e para execução do nicipal Ltda., mesmo objeto, porém em representada quantidades menores o por Marcos Eloi Kraft.. que não justifica o percen-Repretual do aumento. sentante(s): VIGILANTES DA 8.Título de subvenção social, em desacordo com GESTAO PUBLIo contido na IN 61/11 – TCE/ CA. Representado(s): LORECI PR. 9.Procedimentos que es-DOLORES BIM, tão sendo adotados pela PARANA CONadministração nas contra-SULTORIA EMtações por "dispensa de **PRESARIAL** licitações" com a alegação MUNICIPAL de emergência. LTDA., ROBERTO SALVADOR VI-10.Não comprimento pelo município dos prazos fixa-GANO. dos pelos TCE/PR com referência a resposta dos contraditórios relativos ás prestações de contas de subvenção social do ano de 2012.

1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 121
			<u> </u>		11.Na lei de doação n°	
					4146/13 consta apenas	
					doação de terreno, quando	
					na verdade sobre o mesmo	
					consta uma edificação.	
					12.Dotações orçamentarias	
					irregulares utilizadas nos	
					Termos de Cooperação	
					Técnica n° 24 e 25/2013.	
					13.Parecer do Conselho	
					sobre as contas 2013 –	
					Irregular sem Efeito. Pág.	
					5	
					14.Obras contratadas no	
					exercício de 2013 não tive-	
					ram cronograma compri-	
					do.	
					15.Irregularidades na for-	
					malização dos convênios a	
					título de subvenção social.	
					Ausência de certidões	
					negativas, dotação orça-	
					mentária mão condizente	
					com o objeto, despesas	
					realizadas fora da vigência	
					do convênio, documentos	
					apensados á prestação de	
					contas em desacordo com	
					o contido na IN 61/2011 -	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 122
	5.64.45	2.8.2	an oronga şao		TCE.	
					16.Os membros que com-	
					põem o Conselho não fo-	
					ram nomeados, conforme	
					preceitua a Lei 2.862/07.	
					17.Contratos firmados com	
					as empresas "In Public	
					Assessoria Contábil Ltda."	
					e "Paraná Consultoria"	
					estão em desacordo com o	
					contido e no Prejulgado o6	
					do TCE - Acordão 111/1/08.	
					18.Contrato com a empre-	
					sa "Spielmann e Spielmann	
					Ltda", houve um aumento	
					no valor contrato superior	
					70%.	
					19.Aos termos de Coopera-	
					ção Técnica e Financeira n°	
					24/2013 e 25/2013 firmados	
					respectivamente com a	
					Fundação Walderez Berto-	
					lin e Associação Pato Bran-	
					co de Taekwondo. Dotação	
					orçamentária está em	
					desacordo com o objeto.	
	Cruzeiro		Ministério Públi-	Portal da Transparência - CONSIDERANDO que a	INQUÉRITO CIVIL Nº MPPR-	No dia 18 de
303	do Iguaçu	Câmara	co	análise do conteúdo do Portal da Transparência da	0048.15.000118-7.	junho, o prefeito
			Dr. Flávio Caliri	Câmara de Vereadores do Município de Cruzeiro do	, .,,.	firmou com o Dr.



1	Cidada	Órcão	Invocticação	Notícia do Esta	Observação	Status
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status Flávio Caliri
			Schmidt, pro- motor da Co-	Iguaçu/PR leva a constatação de que as informações disponíveis dificultam o controle da		
			marca de Dois	gestão pública – levado a Notícia de Fato ao		Schmidt, promo-
			Vizinhos	representante do Ministério Público.		tor da Comarca
			Vizinios	representance do ministerio i abileo.		de Dois Vizinhos,
						sudoeste do
						Paraná, o TAC da
						Transparência,
						assumindo a
						obrigação de dar
						publicidade aos
						atos da Adminis-
						tração Municipal
						na Rede Mundial
						de Computado-
						res – WEB, atra-
						vés do INQUÉRI-
						TO CIVIL N°
						MPPR-
						0048.15.000118-
						7, no prazo de
						90 dias – data
						para estar publi-
						cado 22 de agos-
						J
			AAIII DALII	Determinable de la Acestration - 7 contration		to 2015.
			Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade – Augustinho Zucchi – consta no Portal de Transparência do Estado do Paraná	Em contato com a OUVI -	Câmara - José
			Dra. Silvana	como funcionário da ADAPAR recebendo	DORIA e com a ADAPAR,	Gilson Feitosa da
304	Pato Branco	Prefeitura	Cardoso Lourei-	R\$8.730,43 do órgão de Estado e também	em Curitiba, foi confirmada	Silva – PT e Raf-
			ro	recebendo da Prefeitura de Pato Branco o valor de	a situação ativa do servidor	fael Cantu -
			Comarca de	R\$ 20.425,17 - bruto, conforme portais da	e GERSON LUIZ FERREIRA	PCdoB, requere-

VIGILANTES DA GESTÃO PÚBLICA

	7		
	A		
To the		/	_
		12	2

	I	,			_	124
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
			Pato Branco	transparência da prefeitura e do Governo do	FILHO, Coordenador de	ram explicações
				Estado.	Transparência e Controle	sobre os venci-
					Social, disse que será ins-	mentos recebi-
					taurada sindicância para	dos pelo prefei-
					apurar responsabilidades	to Augustinho
					por parte dos agentes.	Zucchi da
					Nesta data, aberto denun-	Adapar e da
					cia na Ouvidoria do Estado	Prefeitura Muni-
					do Paraná e no Ministério	cipal de Pato
					Público.	Branco.
					A ADAPAR é uma entidade	Requeremos na
					autárquica dotada de per-	data de 25 de
					sonalidade jurídica de di-	junho de 2015,
					reito público, com patri-	junto a adminis-
					mônio e receitas próprias e	tração da
					autonomia administrativa,	ADAPAR, a folha
					técnica e financeira .	de pagamento
						dos últimos
						cinco anos, a fim
						de auditar e
						apurar se há
						outros casos.
						- Inquérito Civil
						n° MPPR-
						0105.15.000300-
						9, instaurado em
						25/06/2015. As-
						sunto: PATRI-
						MÔNIO PÚBLI-



4	C: A	Ó	I	Notice de Colo	Ob	125
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
						CO. Objeto:
						eventual ilegali-
						dade e improbi-
						dade administra-
						tiva praticada,
						em tese, pelo Sr.
						Augustinho
						Zucchi, ante o
						acúmulo indevi-
						do de vencimen-
						tos de dois car-
						gos públicos
						Representante:
						VIGILANTES DA
						GESTÃO PÚBLI-
						CA. Representa-
						do: AUGUSTI-
						NHO ZUCCHI.
						No dia 18 de
						junho, o prefeito
			Ministério Públi-	Portal da Transparência - CONSIDERANDO que a		firmou com o Dr.
			co	análise do conteúdo do Portal da Transparência da		Flávio Caliri
			Dr. Flávio	Câmara de Vereadores do Município de Dois	INOUÉRITO	Schmidt, promo-
305	Dois Vizinhos	Prefeitura	Caliri Schmidt,	Vizinhos/PR leva a constatação de que as	CIVIL N° MPPR -	tor da Comarca
			promotor da	informações disponíveis dificultam o controle da	0048.15.000121-1	de Dois Vizinhos,
		Comarca de Dois Vizinhos		gestão pública – levado a Notícia de Fato ao		sudoeste do
			representante do Ministério Público.		Paraná, o TAC da	
						Transparência,
						assumindo a



4	Cidade	Óraña	lmuostida sõ s	Notícia de Fato	Observação	Status
1	Cidade	Órgão	Investigação	Noticia de Fato	Observação	Status
						obrigação de dar
						publicidade aos
						atos da Adminis-
						tração Municipal
						na Rede Mundial
						de Computado-
						res – WEB, atra-
						vés do INQUÉRI-
						TO CIVIL N°
						MPPR-
						0048.15.000120-
						3, no prazo de
						90 dias – data
						para estar publi-
						cado 18 de se-
						tembro 2015
						No dia 22 de
						junho, o prefeito
						firmou com o Dr.
			Ministério Públi-	Portal da Transparência - CONSIDERANDO que a		Flávio Caliri
			CO	análise do conteúdo do Portal da Transparência da		Schmidt, promo-
			Dr. Flávio	Câmara de Vereadores do Município de Dois	INOUÉRITO	tor da Comarca
306	Cruzeiro do Iguaçu	Prefeitura	Caliri Schmidt,	Vizinhos/PR leva a constatação de que as	CIVIL N° MPPR -	de Dois Vizinhos,
			promotor da	informações disponíveis dificultam o controle da	0048.15.000120-3	sudoeste do
		Comarca de Dois Vizinhos		gestão pública – levado a Notícia de Fato ao		Paraná, o TAC da
			Dois Vizinhos	representante do Ministério Público.		Transparência,
						assumindo a
						obrigação de dar
						publicidade aos



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 127
						atos da Administração Municipal na Rede Mundial de Computadores – WEB, através do INQUÉRITO CIVIL N° MPPR-0048.15.000120-3, no prazo de 90 dias – data para estar publicado 22 de setembro 2015
307	Dois Vizinhos	Câmara de Vereadores	Ministério Públi- co Dr. Flávio Caliri Schmidt, pro- motor da Co- marca de Dois Vizinhos	Portal da Transparência - CONSIDERANDO que a análise do conteúdo do Portal da Transparência da Câmara de Vereadores do Município de Dois Vizinhos/PR leva a constatação de que as informações disponíveis dificultam o controle da gestão pública – levado a Notícia de Fato ao representante do Ministério Público.	Instaurado INQUÉRITO CIVIL N°MPPR-0048.15.0000116-1	No dia 15 de junho, o presidente da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, firmou com o Dr. Flávio Caliri Schmidt, promotor da Comarca de Dois Vizinhos, sudoeste do Paraná, o TAC da Transparência, assumindo a obrigação de dar



	C' L L	6		N. C. L. E.	OI	128
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
						publicidade aos
						atos da Adminis-
						tração Municipal
						na Rede Mundial
						de Computado-
						res – WEB, atra-
						vés do INQUÉRI-
						TO CIVIL N°
						MPPR-
						0048.15.0000116
						-1, no prazo de
						60 dias – data
						para estar publi-
						cado 15 de agos-
						to 2015.
						No dia 22 de
						junho, o prefeito
						de Dois Vizinhos,
						Raul Camilo
			Ministério Públi-	Deutel de Tuescas afin de CONCIDEDANDO esse		Isotton, firmou
			со	Portal da Transparência - CONSIDERANDO que a		com o Dr. Flávio
			Dr. Flávio Caliri	análise do conteúdo do Portal da Transparência do Município de Dois Vizinhos/PR leva a constatação	Instaurado	Caliri Schmidt, promotor da
308	Dois Vizinhos	Prefeitura	Schmidt, pro-	de que as informações disponíveis dificultam o	INQUÉRITO CIVIL	Comarca de Dois
			motor da Co-	controle da gestão pública – levado a Notícia de	N° MPPR-0048.15.000101-3.	Vizinhos,
			marca de Dois	Fato ao representante do Ministério Público.		sudoeste do
			Vizinhos	. ato at representance at ministerio i abileti		Paraná, o TAC da
						Transparência,
						assumindo a
						obrigação de dar
						publicidade aos



	ci i i	<i>A.</i>		N. // 1. = .		129
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
						atos da Administração Municipal na Rede Mundial de Computadores – WEB, através do INQUÉRITO CIVIL N° MPPR- 0048.15.000101- 3, no prazo de 90 dias – data para estar publicado 22 de setembro 2015
309	Estado do Paraná	IAP Instituto Ambiental do Paraná	Luiz Tarcísio Mossato Pinto – Presidente do IAP	Potencial ausência de investigação a potencial crime ambiental de empresa de reciclagem de baterias automotivas – disposição irregular de escória de chumbo no meio ambiente – potencial dano à saúde humana, fauna e flora.	Efetuado registro de denuncia junto ao Gabinete, que se comprometeu em mandar fiscalizar – atendido pela servidora Neila Bernardi Dellê - Secretária do Presidente do IAP – que respondeu em nome do presidente.	Toledo - A chefia do IAP de Toledo retornou ligação na data de 19/06/2015 e explicou que está tomando as providências para investigar os fatos. Disse que irá exigir análise de solo, água e também realizará outras coletas para analisar.
310	Mercedes	Prefeitura	Gabinete da Prefeitura	Potencial crime ambiental de empresa de reciclagem de baterias automotivas – disposição irregular de escória de chumbo no meio ambiente –	Efetuado ligação e tratado com o chefe de gabinete, Evandro, que se compro-	Procedimento Preparatório nº MPPR-



130 Cidade Órgão Investigação Notícia de Fato Observação Status meteu em efetuar a fiscalipotencial dano a saúde humana, fauna e flora. 0085.15.000234-4, instaurado em zação via Vigilância Sanitá-28/04/2015. ria e dar retorno. Assunto: MEIO AMBIENTE. Objeto: Apurar a possível ocorrência de danos ambientais no Município de Mercedes/PR, relativo a reciclagens de baterias (chumbeiras) realizadas pela empresa **ECOBAT** RECICLAGEM LTDA de forma irregular, colocando em risco a vida de milhares de pessoas. Representante: VIGILANTES DA GESTAO. Representado (s): ECOBAT RECICLAGEM LTDA.



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 131
311	Rio Bonito do Iguaçu	Prefeitura	Ministério Públi- co	Lixão a céu aberto na cidade, efetuado visita na prefeitura, com o Promotor Danilo, recomendado realizar procedimento para contratação de empresa.	Atendido o Secretário Hamilton Belloni, na data de 17/06/2015 – via telefone -que pediu orientações para elaborar o Edital refe- rente ao Lixo Urbano, indi- cado o modelo já auditado de Laranjeiras do Sul, co- mo base. Recomendado ampla pesquisa de merca- do.	
312	São Jorge do Oeste	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL N° 069/2015 OBJETO: contratação de empresa para serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos, e resíduos perigosos CLASSES I E II do município de São Jorge D'Oeste/PR.	Efetuado análise do edital, efetuado ligação telefônica no dia 17/06 para o Secretário de Administração, recomendado correção e enviado cópia do e-mail para o Ministério Público, Comarca de São João.	
313	Altamira do Paraná	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	
314	ALVORADA DO SUL	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de AMEPAR ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	
315	AMPERE	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório 60/2013 – Objeto: Contratação de empresa	Feito investigações e ela-	Instaurado procedimento



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 132
			Dr. Gustavo Elói Razera Comarca Ampere-PR	especializada na execução de Serviços de disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Ampére/Pr.	borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	investigatório 0186.15.000068- 2
316	AMPÉRE	Câmara	DR. GUILHERME GOMES PEDROSA SCHIMIN Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada	ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores	
317	AMPÉRE	Prefeitura	DR. GUILHERME GOMES PEDRO- SA SCHININ Vara Única Ministério Públi- co do Paraná Ampére	Solicitação para implantação do Portal da Transpa- rência, mediante a utilização de plataforma dispo- nibilizada gratuitamente pela CELEPAR conforme recomendação do CAOP.	Em reunião realizada com o promotor coordenador do Grupo de Estudos do Ministério Publico da Região Sudoeste, Francisco de Carvalho Neto, foi informado que será providenciado em bloco para todas cidades da região sudoeste.	Aguardando posicionamento do Ministério Público.
318	APUCARANA	IAP Prefeitura Vigilância Sanitária	Ministério Públi- co Dr. Thiago Gevaerd Cava Comarca Apucarana - PR	Potencial crime ambiental de empresa de reciclagem de baterias automotivas – disposição irregular de escória de chumbo no meio ambiente – potencial dano a saúde humana, fauna e flora.	Efetuada visitas à cidade, levantamento fotográfico e outras ações.	
319	ARAPONGAS	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de AMEPAR ASSOCIAÇÃO DOS	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 133
-	Claude	orgae	iiiveseiguşuo	MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA – entre outros.	providencias.	Status
320	Araruna	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	
321	ARARUNA	Prefeitura	Ministério Públi- co Dr. André As- sunção Comarca de Peabiru-PR	Processos licitatórios em terceirizações de transporte e destinação final do lixo nos anos de 2013, 2014e 2015 – Potencial fraude e ilegalidades no processo.	Efetuado visitas a cidade, fotografado o local, anali- sado os documentos, e instaurado Noticia de Fato.	
322	ARARUNA	Prefeitura	Ministério Públi- co Dr. André As- sunção Comarca de Peabiru-PR	Pregão 026/2015 – potencial direcionamento da licitação, não obediência a Lei de Licitações, ausência de condicionantes de segurança para o Erário, etc.	Efetuado recomendação administrativa ao Prefeito, sem sucesso, encaminhado ao Ministério Público que instaurou procedimento.	- Inquérito Civil n° MPPR- 0106.15.000145- 6, instaurado em 18/05/2015. PROCESSO LICITATÓRIO - PROCESSO ADMINISTRATIV O N° 054/2015 - EDITAL modalidade pregão presencial n° 026/2015 com o objetivo de contratação de empresa para prestar serviços de transporte e destinação final



4	C:dada	Ówer	luvia ati da a# -	Noticia de Cata	Observação	Status 134
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	dos resíduos sólidos urbanos da cidade de Araruna - verificar irregularidade . Representante: VIGILANTES DA GESTÃO. Representado: MUNICÍPIO DE
323	Barbosa Ferraz	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	ARARUNA
324	BARRACÃO	Câmara	DR. JOÃO LUIZ MARQUES FILHO Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada	ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores	
325	BARRACÃO	Prefeitura	DR. MICHAEL JUNIO GEBELUKY Vara Única Ministério Público do Paraná Barracão	Solicitação para implantação do Portal da Transparência, mediante a utilização de plataforma disponibilizada gratuitamente pela CELEPAR conforme recomendação do CAOP.	Em reunião realizada com o promotor coordenador do Grupo de Estudos do Ministério Publico da Região Sudoeste, Francisco de Carvalho Neto, foi informado que será providenciado em bloco para todas cidades da região sudoeste.	Aguardando posicionamento do Ministério Público.



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	135
326	BELA VISTA DA CAROBA	Câmara	DR. GUILHERME GOMES PEDROSA SCHIMIN Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada	ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores		
327	BELA VISTA DO PARAÍSO	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de AMEPAR ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA –entre outros.			
328	Boa Esperança	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.		
329	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	Prefeitura	FLAVIO CALIRI SCHMIDT Ministério Público do Estado do Paraná	Prefeito contratou por inexigibilidade, Advogados Terceirizados	Prefeitura tem advogado e contratou de forma ilegal, Empresa particular de advogados.		
330	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	Câmara	DR. FLAVIO CALIRI SCHMIDT Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada	ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores		
331	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	Prefeitura	Ministério Públi- co Comarca de Dois	Inexigibilidade na contratação sociedade de advogados para prestação de serviços de assessoria.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	130
			Vizinhos -PR		providencias.		
332	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	Prefeitura	Ministério Públi- co Comarca de Dois Vizinhos - PR	Dispensa - Pagamento de anuidade para entidade civil - Ass. dos Munic. do Sudoeste do Paraná ou Associações de prefeitos do Sudoeste do Paraná.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.		
333	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	Prefeitura	Ministério Públi- co Comarca de Dois Vizinhos-PR	Dispensa - Pagamento de anuidade para entidade civil – UNDIME – UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO OU PAGAMENTO DE ANUIDADE PAR ASSOCIAÇÃO DOS SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO;	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.		
334	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	Prefeitura	Ministério Públi- co Comarca de Dois Vizinhos - PR	Dispensa - Pagamento de anuidade para entidade civil - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO PARANÁ – AMP – ou Associação dos Prefeitos do Paraná	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.		
335	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	Prefeitura	Ministério Públi- co Comarca de Dois Vizinhos - PR	Dispensa - Pagamento de anuidade para entidade civil, sem previsão em Lei - ASPS - ASSOC. SRA.DOS PREF.DO SUD.DO PR. – Custeio de entidade de Senhoras dos Prefeitos ou Primeiras Damas;	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.		
336	BOM JESUS DO SUL	Prefeitura	Ministério Público CO EDMUNDO SIDULI SILVIO RODRIGUES DOS SANTOS JUNIOR Comarca de Barracão- PR	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório TOMADA DE PREÇOS 08/2012 – Licitação 01/2012 – Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Bom Jesus do Sul/Pr.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.		
337	BOM JESUS DO SUL	Câmara	DR. JOÃO LUIZ MARQUES	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis-		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 137
			FILHO Ministério Público do Estado do Paraná	Vereadores	tério Público, aguardando providencias.	
338	CAFEARA	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de AMEPAR ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA –entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	
339	CALIFÓRNIA	IAP – Prefeitura – Vigilância Sanitária	Ministério Público co Dra. Viviane Morais Ribeiro Gerelus Comarca de Marilândia do Sul-PR	Potencial crime ambiental de empresa de reciclagem de baterias automotivas – disposição irregular de escória de chumbo no meio ambiente – potencial dano à saúde humana, fauna e flora.	Feito investigações e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	- Procedimento Prepara-tório n° MPPR- 0087.15.000065- 8, ins-taurado em 08/04/2015. Assunto: MEIO AMBIEN-TE. Objeto: Trata-se de Procedimento Prepara-tório instaurado a fim de se apurar as irregulari-dades praticadas pela empresa localizada na BR 376, KM 265, princi-palmente no tocante ao recolhimento, reciclagem e



Cidade Órgão Investigação Notícia de Fato Observação Status destinação da escória de chumbo.. Representante (s): Vigi-lantes da Gestão -Representado: A APU-RAR. - Procedimento Preparatório nº MPPR-0087.15.000052-6, instaurado em 07/04/2015. Assunto: MEIO AMBIENTE. Objeto: Trata-se de Procedimento Preparatório instaurado a fim de se apurar as irregularidades praticadas pelas representadas principalmente no tocante ao recolhimento, reciclagem e destinação da escória de chumbo.. Representante:



						139
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
						SIR CARVALHO. Representado:
						BATERIAS BATS,
						R.S.B.
						RECICLAGENS
						DE SUCATAS DE BATERIAS LTDA.
				Potencial ilegalidade em pagamentos de	Faita investigaçãos e ele	DATENIAS LIDA.
			Ministério Públi-	mensalidades para entidade privada de prefeitos	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis-	
340	340 CAMBÉ	Prefeitura	со	denominada de AMEPAR -ASSOCIAÇÃO DOS		
				MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA –entre	tério Público, aguardando	
				outros.	providencias.	
				Potencial ilegalidade em pagamentos de	Feito investigações e ela-	
341	Campina	Prefeitura	Ministério Públi-	mensalidades para entidade privada de prefeitos	borado denuncia ao Minis-	
341	da Lagoa	Trefeitura	со	denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	tério Público, aguardando	
				COMCAM entre outros.	providencias.	
				Potencial ilegalidade em pagamentos de	Feito investigações e ela-	
342	Campo Mourão	Prefeitura	Ministério Públi-	mensalidades para entidade privada de prefeitos	borado denuncia ao Minis-	
342	Campo Mourao	Freieitura	со	denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	tério Público, aguardando	
				COMCAM entre outros.	providencias.	
				Semana do Meio Ambiente: Potencial ilegalidade	Realizado visita in loco,	
			44::	em unidade de destinação e ou ESTAÇÃO DE	colhido provas, elaborado	
343	CANDÓI	Prefeitura	Ministério Públi- co	TRIAGEM E TRANSBORDO (ETR), potencialmente transformada em "lixão" – afronta a Lei –	denuncia ao Ministério	
343	CANDOI	Fielellula		desrespeito a POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS	Público, aguardando pro-	
				SÓLIDOS – responsabilidade de empresa	videncias.	
				terceirizada e do Gestor Público.	videncias.	
			Ministério Públi-	Potencial ilegalidade e fraude nos orçamentos e no	Feito investigações e ela-	
	4.		CO	Processo Licitatório– Objeto: Contratação de	borado denuncia ao Minis-	
344	CANDÓI	Prefeitura	Comarca de	empresa especializada na execução de Serviços de	tério Público, aguardando	
			Guarapuava- PR	coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos),	providencias.	
				j solidos (digarlicos, reciciaveis e rejeitos),	•	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 140
				provenientes das áreas urbana e rural do Município de Candói/Pr.		
345	CAPANEMA	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2015 — Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO O TRANSPORTE E A DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS ORIUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR.	Realizado auditoria no edital, comprovadas diversas irregularidades, afronta a Lei- efetuado Recomendação Administrativa e encaminhado cópia ao Ministério Público.	
346	CAPANEMA	Câmara	DRA. SILVIA SKAETTA NUNES Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada	ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores	
347	CAPANEMA	Prefeitura	DRA. SILVIA SKAETTA NUNES 1ª Promotoria Ministério Públi- co do Paraná Capanema	Solicitação para implantação do Portal da Transparência, mediante a utilização de plataforma disponibilizada gratuitamente pela CELEPAR conforme recomendação do CAOP.	Em reunião realizada com o promotor coordenador do Grupo de Estudos do Ministério Publico da Região Sudoeste, Francisco de Carvalho Neto, foi informado que será providenciado em bloco para todas cidades da região sudoeste.	Aguardando posicionamento do Ministério Público.
348	CARAMBEÍ	Prefeitura	Ministério Públi- co Dr. João Conra- do Blum Junior Comarca de Castro - PR	Não foram feitos orçamentos para determinar os preços máximos, não há fiscal de contrato, foram colocadas exigências nos citados processos licitatórios que restringiu a participação de mercado, sem a prova da vantajosidade para o erário, não foram numerados e rubricados os autos do processo, não há termo de referencia que	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	- Procedimento Preparatório nº MPPR- 0031.15.000223-1, instaurado em 26/05/2015. Apuração de



4	Cide de	Ó	l	Noticia do Fata	Observes # 2	141
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
				determine exatamente os serviços a serem		suposta
				prestados, portanto impedindo a mensuração da		irregularidades
				prestação dos serviços, não há indicação de		no
				quantidades e nem mecanismos para haver a		procedimento
				aferição da prestação dos serviços, etc. Os serviços		licitatório na
				objeto da contratação também não contemplam os		modalidade
				interesses da municipalidade		Pregão, nº
						35/2015, referente à
						contratação de
						empresa para a
						prestação de
						serviço de
						destinação
						ambientalmente
						adequada ao
						lixo do
						Município de
						Carambeí
						Representante:
						VIGILANTES DA
						GESTÃO.
	CENTENÁRIO DO SUL		Ministério Públi-	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos	Feito investigações e ela-	
					borado denuncia ao Minis-	
349			со	denominada de AMEPAR ASSOCIAÇÃO DOS	tério Público, aguardando	
				MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA-entre	, •	
				outros.	providencias.	
			DR. GUILHERME		Foite investigações e ala	
	CHOPINZINHO	Câmara	GIACOMELLI	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP – Associação Privada de Vereadores	Feito investigações e ela-	
350			CHANAN		borado denuncia ao Minis-	
			Ministério		tério Público, aguardando	
			Público do		providencias.	
			Paraná			



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 142
•	Cluade	Organ	ilivestigação	Noticia de l'ato	Observação	Jacus
351	CHOPINZINHO	Prefeitura	DR. GUILHERME GIACOMELLI CHANAN 2° Promotoria Ministério Públi- co do Paraná	Solicitação para implantação do Portal da Transpa- rência, mediante a utilização de plataforma dispo- nibilizada gratuitamente pela CELEPAR conforme recomendação do CAOP.	Em reunião realizada com o promotor coordenador do Grupo de Estudos do Ministério Publico da Região Sudoeste, Francisco de Carvalho Neto, foi informado que será providenciado em bloco para todas cidades da região sudoeste.	Aguardando Posicionamento do Ministério Público.
352	CIANORTE	IAP – Prefeitura – Vigilância Sanitária	Ministério Público co Dr. Joelson Luiz Pereira Comarca de Cianorte - PR	Potencial crime ambiental de empresa de reciclagem de baterias automotivas – disposição irregular de escória de chumbo no meio ambiente – potencial dano à saúde humana, fauna e flora.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	
353	CIDADE GAÚCHA	IAP – Prefeitura – Vigilância Sanitária	Ministério Públi- co Dr. FELIPE SE- GURA GUIMA- RAES ROCHA - SERGIO SOUZA MEYER Comarca de Cianorte - PR	Potencial crime ambiental de empresa de reciclagem de baterias automotivas – disposição irregular de escória de chumbo no meio ambiente – potencial dano à saúde humana, fauna e flora.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	
354	CIDADE GAÚCHA	IAP Prefeitura Vigilância Sanitária	Ministério Públi- co Dr. FELIPE SE- GURA GUIMA- RAES ROCHA - SERGIO SOUZA MEYER	Potencial crime ambiental da Prefeitura – existência de lixão – potencial dano à saúde humana, fauna e flora.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	



						143
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
			Comarca de			
			Cidade Gaúcha -			
			PR			
			Ministério Públi-	Semana do Meio Ambiente: Potencial ilegalidade	Realizado visita in loco,	
			СО	em unidade de destinação e ou ESTAÇÃO DE	· ·	
			DR. JACKSON	TRIAGEM E TRANSBORDO (ETR), potencialmente	colhido provas, elaborado	
355	CLEVELÂNDIA	Prefeitura	XAVIER RIBEIRO	transformada em "lixão" – afronta a Lei –	denuncia ao Ministério	
			COMARCA DE	desrespeito a POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS	Público, aguardando pro-	
			CLEVELÂNDIA -	SÓLIDOS – responsabilidade de empresa	videncias.	
			PR	terceirizada e do Gestor Público.		
			DR. GUILHERME			
			LAPA WERNER	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de	Feito investigações e ela-	
356	CLEVELÂNDIA	Câmara	Ministério	ONG privada - ACAMSOP – Associação Privada de	borado denuncia ao Minis-	
			Público do	Vereadores	tério Público, aguardando	
			Paraná		providencias.	
						- "
					Em reunião realizada com	Procedimento
			DD IACKSON		o promotor coordenador	Administrativo n° MPPR-
			DR. JACKSON	Calicita a a complementa a a da Dantal da Turana	do Grupo de Estudos do	
			XAVIER RIBEIRO	Solicitação para implantação do Portal da Transpa-	Ministério Publico da	008.14.000168-8
357	CLEVELÂNDIA	Prefeitura	Vara Única	rência, mediante a utilização de plataforma dispo-	Região Sudoeste,	
			Ministério Públi-	nibilizada gratuitamente pela CELEPAR conforme	Francisco de Carvalho	
			co do Paraná	recomendação do CAOP.	Neto, foi informado que	
			Clevelândia		será providenciado em	
					bloco para todas cidades	
			Ministério Públi-	Concorrência contratou a empresa Sabiá Ecológico	da região sudoeste.	
			co Dr. JACKSON	Transporte de Lixo Ltda. para diversos serviços relacionados ao Lixo da cidade. Não foram feitos	Feito investigações e ela-	
358	CLEVELÂNDIA	Prefeitura	XAVIER RIBEIRO	orçamentos para determinar os preços máximos,	borado denuncia ao Minis-	
336	CLEVELANDIA	rieieitura	- ALEXSANDRO	não há fiscal de contrato, não houve relatórios dos	tério Público, aguardando	
			LUIZ DOS SAN-	serviços prestados, a empresa licitante não possui	providencias.	
			TOS	1	•	
			103	licença para o serviços contratado, foram		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 144
	Cidade	Orgao	Comarca de Clevelândia - PR	efetuados aditivos contratuais indevidos em virtude das ilegalidades apontadas.	"filhos do ex-presidente da	Status
359	Contenda	Prefeitura BLL Bolsa de licitações do Brasil	Ministério Públi- co	Potencial crime envolvendo agentes públicos, prefeitura, BLL Bolsa de Licitações do Brasil.	Assembleia Legislativa do Paraná, deputado Nelson Justus, e um irmão do exprimeiro-secretário da Casa, Alexandre Curi, são associados de uma bolsa de licitações que atua em prefeituras do Paraná. Nelson Cordeiro Justus (filho do ex-presidente da Assembleia) era o presidente da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL). Renato Cordeiro Justus, outro filho de Nelson Justus, foi presidente do conselho fiscal da BLL. E Rodrigo Maranhão Khury (irmão do deputado Alexandre Curi) ocupava o cargo de vicepresidente do conselho fiscal da Bolsa. Os três também são sócios na corretora Pregnet, que opera representando empresários em licitações on	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 145
			,		line que podem ser realizadas na BLL, juntamente com outros concorrentes."	
360	CORNÉLIO PROCÓPIO	IAP – Prefeitura – Vigilância Sanitária	Ministério Públi- co Dra. KELLY VI- CENTINI NEVES CALDEIRAS Co- marca de Corné- lio Procópio - PR	Potencial crime ambiental de empresa de reciclagem de baterias automotivas – disposição irregular de escória de chumbo no meio ambiente – potencial dano à saúde humana, fauna e flora.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Instaurada Notícia de Fato n° MPPR- 0043.15.000126-1 na data de 28 de maio de 2015.
361	CORONEL DOMINGOS SOARES	Câmara	DRA. RENATA NASCIMENTO SILVA Ministério Público do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP – Associação Privada de Vereadores.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
362	CORONEL VIVIDA	Câmara	DR. WILLIAN RAFAEL SCHOLZ Ministério Público do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP – Associação privada de Vereadores.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	
363	CORONEL VIVIDA	Prefeitura	DR. WILIAN RAFAEL SCHOLZ Vara Única Ministério Públi- co do Paraná Coronel Vivida	Solicitação para implantação do Portal da Transparência, mediante a utilização de plataforma disponibilizada gratuitamente pela CELEPAR conforme recomendação do CAOP.	Em reunião realizada com o promotor coordenador do Grupo de Estudos do Ministério Publico da Região Sudoeste, Francisco de Carvalho Neto, foi informado que será providenciado em bloco para todas as cidades da região	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 146
			<i>U</i> ,		sudoeste.	
364	Corumbataí do Sul	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	
365	CRUZ MACHADO	Prefeitura		Potencial ilegalidade no Processo Licitatório– Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Cruz Machado - PR	Concorrência que sagrou vencedora a empresa Atitude Ambiental para diversos serviços relacionados ao Lixo da cidade. Licitação que estava em julgamento, por recurso de uma das empresas, obrigando a prefeitura a celebrar contrato em regime de emergência com a mesma empresa. Os orçamentos usados para lastrear os preços não tem validade, visto que nenhuma das empresas fornecedoras dos referidos orçamentos estão habilitadas para atuarem no segmento.	Anulada pelo prefeito, após nossa recomendação e orientação.
366	CRUZEIRO DO IGUAÇU	Câmara	DR. FLAVIO CALIRI SCHMIDT Ministério Público do Estado do	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	



						147
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
367	DOIS VIZINHOS	Câmara	Paraná DR. FLAVIO CALIRI SCHMIDT Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
368	DOIS VIZINHOS	Prefeitura	DR. FLAVIO CALIRI SCHIMIDT 1ª Promotoria Ministério Públi- co do Paraná Dois Vizinhos	Solicitação para implantação do Portal da Transpa- rência, mediante a utilização de plataforma dispo- nibilizada gratuitamente pela CELEPAR conforme recomendação do CAOP.	Em reunião realizada com o promotor coordenador do Grupo de Estudos do Ministério Publico da Região Sudoeste, Francisco de Carvalho Neto, foi informado que será providenciado em bloco para todas as cidades da região sudoeste.	Aguardando posicionamento do Ministério Público.
369	DOIS VIZINHOS	Prefeitura		Potencial ilegalidade no Processo Licitatório- Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Dois Vizinhos/Pr.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
370	ENÉIAS MARQUES	Câmara	DR. ROBERTO TONON JUNIOR Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	
371	ENÉIAS MARQUES	Prefeitura	Ministério Públi- co Dr. Fabricio	Potencial ilegalidade no Pagamento de anuidade para a ong - Senhoras dos Prefeitos do Sudoeste - com recursos públicos do Município de Enéias	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério	



		_				~	148
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	
			Trevisan de Almeida Comarca de Francisco Bel- trão - PR	Marques - PR	Público, aguardando providencias.		
372	ENÉIAS MARQUES	Prefeitura	Ministério Público co Dr. Fabricio Trevisan de Almeida Comarca de Francisco Beltrão - PR	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório: Pregão - Licitação: 27/2011 - Contrato: 122/2011 - Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Enéias Marques/Pr.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.		
373	Engenheiro Beltrão	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.		
374	Farol	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.		
375	FAROL	Prefeitura	Ministério Públi- co Dra. Rosana Araújo de Sá Ribeiro Pereira Comarca de Campo Mourão - PR	Semana do Meio Ambiente: Potencial ilegalidade em unidade de destinação e ou ESTAÇÃO DE TRIAGEM E TRANSBORDO (ETR), potencialmente transformada em "lixão" – afronta a Lei – desrespeito a POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – responsabilidade de empresa terceirizada e do Gestor Público.	Realizado visita in loco, colhido provas, elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.		
376	FAROL	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório- Objeto: Contratação de empresa especializada na	Feito investigações, colhido provas e participação		



4	C' L L	6		N // 1 = /		149
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
			Dr. MARCOS JOSE PORTO SOARES Comarca de Campo Mourão - PR	execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Farol – PR.	na sessão do pregão, na cidade de Farol, apontadas as ilegalidades – Pregão Anulado.	
377	Fênix	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	
378	FÊNIX	Prefeitura	Ministério Públi- co	Semana do Meio Ambiente: Potencial ilegalidade em unidade de destinação e ou ESTAÇÃO DE TRIAGEM E TRANSBORDO (ETR), potencialmente transformada em "lixão" – afronta a Lei – desrespeito a POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – responsabilidade de empresa terceirizada e do Gestor Público.	Realizado visita in loco, colhido provas, elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
379	FLOR DA SERRA DO SUL	Câmara	DRa. CIBELE MARIA SCOPEL Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	
380	FLOR DA SERRA	Prefeitura	Ministério Públi- co	Semana do Meio Ambiente: Potencial ilegalidade em unidade de destinação e ou ESTAÇÃO DE TRIAGEM E TRANSBORDO (ETR), potencialmente transformada em "lixão" – afronta a Lei – desrespeito a POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – responsabilidade de empresa terceirizada e do Gestor Público.	Realizado visita in loco, colhido provas, elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
381	FLORESTÓPOLIS	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos	Feito investigações, colhido provas e elaborado	



		_	1				150
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	
				denominada AMEPAR - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA – entre outros.	denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.		
382	FOZ DO JORDÃO	Prefeitura	Ministério Público CO Dra. Leandra flores Dra. Caroline Chiamuler Dr. Rodrigo Baptista Braziliano Comarca de Guarapuava - PR	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório– Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Foz do Jordão – PR.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.		
383	FRANCISCO BELTRÃO	Câmara	DR. ROBERTO TONON JUNIOR Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.		
384	FRANCISCO BELTRÃO	Prefeitura	DR. FABRICIO TREVISAE AL- MEIDA 2° Promotoria Ministério Públi- co do Paraná Francisco Bel- trão	Solicitação para implantação do Portal da Transparência, mediante a utilização de plataforma disponibilizada gratuitamente pela CELEPAR conforme recomendação do CAOP.	Em reunião realizada com o promotor coordenador do Grupo de Estudos do Ministério Publico da Região Sudoeste, Francisco de Carvalho Neto, foi informado que será providenciado em bloco para todas cidades da região sudoeste.	Aguardand posicionam do Ministér Público.	nento
385	Goioerê	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis-		

VIGILANTES DA GESTÃO PÚBLICA



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
				COMCAM entre outros.	tério Público, aguardando	
					providencias.	
386	GUAMIRANGA	Prefeitura	Ministério Público Dr. GUILHERME GOMES PEDRO- SA SCHIMIN e JOAO LUIZ MARQUES FI- LHO Comarca de Imbituva - PR	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório–Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Guamiranga – PR.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	Procedimento Preparatório nº MPPR- 0064.15.000088- 9, instaurado em 28/05/2015. Assunto: PATRIMÔNIO PÚBLICO. Objeto: Investigar notícia de supostas irregularidades no procedimento licitatório que culminou na contratação da empresa MTX Ambiental para efetuar os serviços de coleta, carregamento, transporte e destinação final dos resíduos sólidos orgânicos residenciais e



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 132
						comerciais gerados no município de Guamiranga/PR, bem como apurar notícia de tais serviços estariam sendo efetuados pela própria Prefeitura Municipal, em que pese a contratação da empresa anteriormente mencionada Representante: Vigilantes da Gestão Pública. Representado (s): MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA.
387	GUARACI	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de AMEPAR ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA – entre outros.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
388	HONÓRIO SERPA	Câmara	DRA. CLAUDIA LUIZA DA ROSA TOMELIN	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP – Associação Privada de Vereadores.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Statu	153
	Cidade	Orgao	Ministério Público do Paraná	TOUCIA de l'ato	Público, aguardando providencias.	State	
389	HONÓRIO SERPA	Prefeitura	Ministério Público CO Dra. CLAUDIA LUIZA DA ROSA TOMELIN Comarca de Mangueirinha – PR.	Potencial ilegalidade no Pagamento de anuidade para a ong - Senhoras dos Prefeitos do Sudoeste - com recursos públicos do Município de Honório Serpa – PR.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.		
390	IBEMA	Prefeitura	Ministério Públi- co Dra. LETICIA ALVES Comarca de Catanduvas – PR.	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório— Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Ibema – PR.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.		
391	IBIPORÃ	Prefeitura e SAMAE	Ministério Público CO Dra. REVIA APA- RECIDA PEIXO- TO DE PAULA LUNA Comarca de Ibiporã – PR.	Concorrência Pública 001/2010 - no Valor de R\$2.040.000,00 - Samae - Serviço de Água e Esgoto - Potencial ilegalidade no Processo Licitatório-Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Ibiporã – PR.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	i	Aberto nquérito Livil – MPPR 0062.15.000 74-1
392	IBIPORÃ	SAMAE e Prefeitura	Ministério Públi- co Dra. AMARILIS FERNANDES PICARELLI COR- DIOLI	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório EDITAL MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2015 – Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	F G a	xpedido pelo MP Recomenda jão administrati va para



154 Órgão Cidade Investigação Notícia de Fato Observação Status áreas urbana e rural do Município de Ibiporã - Pr. alteração do Comarca de Ibiporã - PR. edital. 2. - Inquérito Civil n° MPPR-0062.15.000 264-0, instaurado em 21/05/2015. E-mail encaminhad o pelos VIGILANTES DA GESTÃO PÚBLICA, no qual comunica possível ilegalidade no Procedimen to Licitatório nº 01/2015 do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto -SAMAE de Ibiporã, cujo objeto é a



155 Cidade Órgão Investigação Notícia de Fato Observação Status contratação de empresa especializad a na execução de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos) proveniente s das áreas urbana e rural deste Município. Representa nte: **VIGILANTES** DA GESTÃO PÚBLICA. Representa do: SERVICO **AUTONOM** 0 MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO. Ministério Públi-Potencial ilegalidade em pagamentos 393 IBIPORÃ Prefeitura mensalidades para entidade privada de prefeitos co



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 156
				denominada de AMEPAR ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA – entre outros.		
394	IMBITUVA	Prefeitura	Ministério Público CO Dr. GUILHERME GOMES PEDRO- SA SCHIMIN e JOAO LUIZ MARQUES FI- LHO Comarca de Imbituva - PR	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório– Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Imbituva – PR.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	- Procedimento Preparatório nº MPPR- 0064.15.000086- 3, instaurado em 28/05/2015. Assunto: PATRIMÔNIO PÚBLICO. Objeto: Investigar supostas irregularidades referentes ao procedimento licitatório destinado à contratação de empresa para efetuar a coleta, carregamento, transporte e destinação final dos resíduos sólidos orgânicos residenciais e comerciais gerados no município de



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 15 /
		. 3	, , ,			Imbituva/PR Representante: Vigilantes da Gestão. Representado: MUNICÍPIO DE IMBITUVA.
395	INDAIATUBA	COPEL/Prefeit ura		Recomendação alteração do edital licitação por potencial ilegalidade no Processo Licitatório— Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Indaiatuba – SP.	Expedido Recomendação, que foi acatada pela enti- dade licitante.	Alterado Edital
396	Iretama	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	
397	ITAPEJARA D'OESTE	Prefeitura	Prefeito de Ita- pejara D'Oeste	Supostas ilegalidades Processo Licitatório Itapejara D'Oeste. Tomada de Preço nº 20/2014.	Encaminhado oficio com recomendações ao Prefei- to Municipal, porém ne- nhuma atitude foi tomada.	Aguardando Posicionamento do Ministério Público.
398	ITAPEJARA D'OESTE	Vereadores	Câmara de vere- adores	Supostas llegalidades Processo Licitatório Itapejara D'Oeste. Tomada de Preço nº 20/2014.	Encaminhado oficio com recomendações aos Vereadores, porém nenhuma atitude foi tomada.	Os vereadores não exerceram a função para a qual foram elei- tos - fiscalizar o Executivo – neste caso.
399	ITAPEJARA D'OESTE	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI-	Supostas llegalidades Processo Licitatório Itapejara D'Oeste. Tomada de Preço n° 20/2014.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério	Aguardando Posicionamento do Ministério



Cidade Órgão Investigação Notícia de Fato Observação Status Público, aguardando pro-RO Público. 1ª Promotoria videncias. Ministério Público do Paraná **Pato Branco** Potencial desrespeito ao Aguardando art. 38, art. 40, Caput, Lei Posicionamento n° 8.666/93. do Ministério A Tomada de preço Público. 20/2014, trata de "Cursinho Aulas preparatórias para o ENEM e vestibulares de DRA. 2014". Conforme art. 46 SILVANA CARcaput, Lei n° 8.666/93, o Recomendação para cancelamento e outras critério de julgamento **DOSO LOUREI**providencias referente ao processo licitatório RO deve ser usado "Melhor ITAPEJARA Tomada de Preço nº 20/2014 – Cursinho _ Aulas 400 Prefeitura 1ª Promotoria Técnica ou Técnica e D'OESTE preparatórias para o ENEM e vestibulares de 2014. Ministério Preço" e não "Menor Público do Preço por lote". Desrespeito ao art. 28, IV, Paraná art. 28, V, art. 29, III, art. **Pato Branco** 32, Paragrafo 5°, art. 31, art. 40, XIV, "d", art. 40, XI, art. 40, XIV, "c", art. 38, VI, Lei n° 8.666/93. Desrespeito ao art. 8°, II Decreto 3.555/00. Recomendação para cancelamento e outras Desrespeito ao art. 38, Lei Aguardando ITAPEJARA Prefeito de Itaprovidencias referente ao processo licitatório n° 8.666/93 Caput. Posicionamento 401 Prefeitura Tomada de Preço nº 29/2014 - Contratação de D'OESTE Desrespeito ao art. 40, do Ministério pejara D'Oeste Empresa Especializada na prestação de serviços de Caput, Lei n° 8.666/93. Público.



4	C' L L	6 .~	~	N. C. L. E.	OI ~	159
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
				cursos a serem ofertados para Idosos e para Famílias referenciadas no Programa "Família Paranaense".	Desrespeito ao art. 46 caput, Lei n° 8.666/93, o critério de julgamento deve ser usado "Melhor Técnica ou Técnica e Preço" e não "Menor Preço por lote". Desrespeito ao art. 32, Paragrafo 5°, Lei n°	
					8.666/93. Não foi solicitado o registro comercial, no caso de empresa individual. Conforme art. 28, II Lei 8.666/93. Desrespeito ao art. 29, I Lei 8.666/93.	
402	ITAPEJARA DO OESTE	Prefeitura	DRA. SILVANA CARDOSO LOUREIRO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública - Contratação ilegal empresa de Contabilidade e de Contador sem con- curso público - Luciano Salvi e Salvi Contabilidade – terceirização de atividade fim.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	Aberto inquérito Civil Público.
403	ITAPEJARA DO OESTE	Prefeitura	DRA. PRISCILA DIBI SCHVARCZ Ministério Público do Trabalho	Pedido de Ação Civil Pública - Contratação ilegal de Contador sem concurso público - Luciano Salvi e Salvi Contabilidade – terceirização de atividade fim.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Aberto Inquérito Civil Público
404	ITAPEJARA DO OESTE	Prefeitura	ELIANDRO LUIZ PICHETTI Prefeito	Recomendação Administrativa - Contratação ilegal de Contador sem concurso público - Luciano Salvi e Salvi Contabilidade – terceirização de atividade fim.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério	Aberto Inquérito Civil Público.



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 160
,	Cidade	Orgao	Municipal de Itapejara do Oeste	Noticia de l'ato	Público, aguardando providencias.	Status
405	ITAPEJARA DO OESTE	Prefeitura	Ministério Públi- co Dra. Silvana Cardoso Lourei- ro Comarca de Pato Branco – PR.	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório— Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Itapejara do Oeste – PR.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	
406	JAGUAPITÃ	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de AMEPAR ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA –entre outros.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
407	Janiópolis	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	
408	JATAIZINHO	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de AMEPAR ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA –entre outros.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
409	Juranda	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	
410	Laranjeiras do Sul	Prefeitura	Ministério Públi-	Potencial ilegalidade em contratação de serviços	Feito levantamento de	Instaurado



_		,				161
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
			co Dr. Danilo Pinho Nogueira Comarca de Iaranjeiras do Sul -PR	advogatícios – Escritórios Terceirizados para exercer atividade fim da procuradoria jurídica do Municipio.	pagamentos e elaborado Notícia de Fato ao Ministé- rio Público	Portaria nº MPPR- 0076.14.000669- 3 - Inquérito Civil para apurar suposta irregularidade no procedimento para a contratação de advogados.
411	LARANJEIRAS DO SUL	Prefeitura	Ministério Públi- co	Semana do Meio Ambiente: Potencial ilegalidade em unidade de destinação e ou ESTAÇÃO DE TRIAGEM E TRANSBORDO (ETR), potencialmente transformada em "lixão" – afronta a Lei – desrespeito a POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – responsabilidade de empresa terceirizada e do Gestor Público.	Realizado visita in loco, colhido provas, elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
412	LARANJEIRAS DO SUL	Prefeitura	Ministério Público co Dr. Danilo Pinho Nogueira Comarca de Laranjeiras do Sul – PR.	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório- Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Laranjeiras do Sul – PR.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Aberto procedimento investigatório.
413	LONDRINA	IAP – Prefeitura - Empresa	Ministério Públi- co CAOPMA Comarca de Londrina – PR.	Apurar potencial atividades em desacordo com regulamentação ambiental, realizadas pela empresa KURICA AMBIENTAL na cidade de Londrina/PR; Apurar responsabilidades de agentes públicos que tem o dever de fiscalizar os atos da referida empresa e não o faz.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	- Procedimento Preparatório n° MPPR- 0078.15.001326- 2, instaurado em 08/05/2015.



162 Cidade Órgão Investigação Notícia de Fato Observação Status Procedimento instaurado diante de denúncia enviada a esta Promotoria de Justiça pela organização "Vigilantes da Gestão Pública", em 17/04/15, sobre irregularidades ambientais nas atividades da empresa KURICA AMBIENTAL S/A - disposição de resíduos de saúde, resíduos perigosos e resíduos de informática de forma inadequada, vazamento de chorume, queima de resíduos a céu aberto, supressão de vegetação etc..



4	Cide de	Ómar ==	lava ati -t ~	Notésia de Fata	Observação	163
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status Representante:
						VIGILANTES DA
						GESTÃO
						PÚBLICA.
						Representado: KURICA
						AMBIENTAL S/A.
				Potencial ilegalidade em pagamentos de	Feito investigações, colhi-	TUTBLETTI TE SIT G
			Ministério Públi-	mensalidades para entidade privada de prefeitos	do provas e elaborado	
414	414 LONDRINA	Prefeitura	со	denominada de AMEPAR ASSOCIAÇÃO DOS	denuncia ao Ministério	
				MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA –entre	Público, aguardando pro-	
				outros.	videncias.	
		Prefeitura		Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	Feito investigações e ela-	
415	Luisiana		Ministério Públi-		borado denuncia ao Minis-	
			со		tério Público, aguardando	
			AAIII	COMCAIM ETITE OUTOS.	providencias.	
			Ministério Públi- co			
			Dra.	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório-	Feito investigações, colhi-	
			ROSANA ARAU-	Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos,	do provas e elaborado	
416	LUISIANA	Prefeitura	JO DE SA RIBEI-		denuncia ao Ministério	
			RO PEREIRA Comarca de	recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas	Público, aguardando pro-	
			Campo Mourão -	urbana e rural do Município de Luisiana – PR.	videncias.	
			PR			
				Potencial ilegalidade em pagamentos de	Feito investigações, colhi-	
	_		Ministério Públi-	mensalidades para entidade privada de prefeitos	do provas e elaborado	
417	417 LUPIONÓPOLIS	NÓPOLIS Prefeitura	со	denominada de AMEPAR ASSOCIAÇÃO DOS	denuncia ao Ministério	
				MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA –entre outros.	Público, aguardando pro-	
445					videncias.	
418	Mambore	Prefeitura	Ministério Públi-	Potencial ilegalidade em pagamentos de	Feito investigações e ela-	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 164
			со	mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	
419	MAMBORÊ	Prefeitura	Ministério Público co Dr. SARAH DREHER RIBAS PAIVA e CARLOS ALBERTO DIAS TORRES Comarca de Mamborê - PR	EDITAL MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Pregão N° 34/2015 - Recomendação alteração do edital licitação por potencial ilegalidade no Processo Licitatório— Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Mamborê – PR.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	
420	MANFRINÓPOLIS	Câmara	DR. ROBERTO TONON JUNIOR Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	
421	MANFRINÓPOLIS	Prefeitura	Ministério Públi- co Dr. EDMUNDO SIDOLI Comarca de Barracão – PR.	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório— Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Manfrinópolis – PR.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	
422	MANGUEIRINHA	Prefeitura	DRA. CLAUDIA LUIZA TOMELIN Vara Única de Mangueirinha	Solicitação para implantação do Portal da Transpa- rência, mediante a utilização de plataforma dispo- nibilizada gratuitamente pela CELEPAR conforme recomendação do CAOP.	Em reunião realizada com o promotor coordenador do Grupo de Estudos do Ministério Publico da Região Sudoeste, Francisco de Carvalho Neto, foi informado que será providenciado em bloco para todas cidades	Assinado TAC da Transparência, Prefeito tem 60 dias para colocar todas a informa- ções no site. Vence em 30 de junho de 2015.



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
					da região sudoeste.	
423	MANGUEIRINHA	Prefeitura	Ministério Públi- co Dra. Claudia Luiza Rosa To- melin Comarca de Mangueirinha- PR.	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório- Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Mangueirinha – PR.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	Instaurado procedimento investigatório pelo Ministério público.
424	MANGUEIRINHA	Prefeitura	DRA. CLAUDIA LUIZA DA ROSA TOMELIN Ministério Público do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada – Associação de Senhoras do Prefei- tos.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
425	MANGUEIRINHA	Câmara	DRA. CLAUDIA LUIZA DA ROSA TOMELIN Ministério Público do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP – Associação Privada de Vereadores.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	Expedida recomendação para suspensão de pagamentos das anuidades e instaurado procedimento para apurar responsabilidades Inquérito Civil n° MPPR-0083.14.000142-7, instaurado em 11/02/2015. Representante: VIGILANTES DA GESTÃO PÚBLI-



4	C: 1- 1-	Ó., -1‴ -		No. 1/-!- J. F. 1	Ob	166
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	CA. Representad: CÂMARA
						MUNICIPAL DE MANGUEIRI- NHA.
426	MARMELEIRO	Câmara	DRa. CIBELE MARIA SCOPEL Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Expedida reco- mendação para suspensão de pagamentos das anuidades e instaurado pro- cedimento para apurar respon- sabilidades.
427	MARMELEIRO	Prefeitura	DR. FRANCISCO DE CARVALHO NETO Vara Única Ministério Públi- co do Paraná Marmeleiro	Solicitação para implantação do Portal da Transparência, mediante a utilização de plataforma disponibilizada gratuitamente pela CELEPAR conforme recomendação do CAOP.	Em reunião realizada com o promotor coordenador do Grupo de Estudos do Ministério Publico da Região Sudoeste, Francisco de Carvalho Neto, foi informado que será providenciado em bloco para todas cidades da região sudoeste.	Aguardando posicionamento do Ministério Público.
428	MERCEDES	Prefeitura – IAP – Vigilância Sanitária	Ministério Público co Dr. RICARDO BARISON GAR- CIA Comarca de Marechal Candido Rondon-PR.	Potencial crime ambiental de empresa de reciclagem de baterias automotivas – disposição irregular de escória de chumbo no meio ambiente – potencial dano à saúde humana, fauna e flora no distrito de Arroio Guaçu.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	Instaurado procedimento investigatório pelo Ministério público.
429	MIRASELVA	Prefeitura	Ministério Públi-	Potencial ilegalidade em pagamentos de	Feito investigações, colhi-	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 167
-			со	mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de AMEPAR ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA –entre outros.	do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
430	Moreira Sales	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	
431	Nova Cantú	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	
432	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	Câmara	DR. HERIC STILBEN Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	Expedida reco- mendação para suspensão de pagamentos das anuidades e instaurado pro- cedimento para apurar respon- sabilidades.
433	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	Prefeitura	Instituto Ambi- ental Paraná	Audiência Pública, empresa Sabiá Ecológico Transporte de Lixo LTDA e Golfinho Coleta de Resíduos.	No EIA Rima foram omiti- dos dados técnicos rele- vantes, por esta razão foram feitos diversos questionamentos junto ao IAP.	Suspensa a audiência.
434	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	Prefeitura	Instituto Ambi- ental Paraná	Instalação de Aterro Industrial.	No EIA Rima foram omiti- dos dados técnicos rele- vantes, por esta razão	Atribuído para Câmara Técnica Resíduos - IAP



168 Cidade Órgão Investigação Notícia de Fato Observação Status foram feitos diversos questionamentos junto ao IAP. Ministério público e instaurou procedimento para apurar responsabilidad es. - Procedimento Preparatório no MPPR-0126.14.000302-Ministério Públi-4, instaurado em 15/10/2014. co Dra. ANDREA Assunto: MEIO Potencial favorecimento a empresa que pretendia IAP Cancelou a Audiência **NOVA ESPERANÇA CRISTINA KOS-**AMBIENTE. 435 IAP/prefeitura instalar aterro industrial – Audiência Pública do IAP DO SUDOESTE LOVSKI Pública. Objeto: Apurar e EIA Rima – questionados. Comarca de possíveis Salto do Lontra irregularidades - PR. no empreendiment o denominado Aterro Industrial - Classes I e II, cuja instalação e pretendida no município de Nova Esperança do Sudoeste/PR. Representante: VIGILANTES DA



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 109
					,	GESTAO PUBLICA. Representado(s): GOLFINHO COLETA DE RESIDUOS DE LIXO LTDA, SABIA ECOLOGICO TRANSPORTES DE LIXO LTDA.
436	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	Prefeitura	Ministério Público CO Dra. ANDREA CRISTINA KOS- LOVSKI Comarca de Salto do Lontra – PR.	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório- Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	
437	Nova Laranjeiras	Prefeitura	Ministério Público co Dr. Danilo Pinho Nogueira Comarca de laranjeiras do Sul -PR	Potencial ilegalidade em contratação de serviços advogatícios – Escritórios Terceirizados para exercer atividade fim da procuradoria jurídica do Município – Gasparetto e Buligon Advogados Associados	Feito levantamento de pagamentos e elaborado Notícia de Fato ao Ministé- rio Público	Instaurado Portaria n° MPPR- 0076.14.000669- 3 — Inquérito Civil para apurar suposta irregularidade no procedimento para a contratação de advogados.



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 170
						Justiça determina bloqueio dos bens do prefeito, contador, assessores e dos advogados, através do pedido em Ação do Promotor Danilo Pinho Nogueira.
438	NOVA LARANJEIRAS	Prefeitura	Ministério Públi- co Dr. Danilo Pinho Nogueira Comarca de Laranjeiras do Sul - PR	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório— Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Nova Laranjeiras — PR.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	riogaenar
439	NOVA LARANJEIRAS	Prefeitura	Ministério Público co Dr. Danilo Pinho Nogueira Comarca de Laranjeiras do Sul - PR	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório– Objeto: Contratação de empresa de advogados no Município de Nova Laranjeiras – PR.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
440	NOVA PRATA DO IGUAÇU	Câmara	DR. HERIC STILBEN Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	Expedida reco- mendação para suspensão de pagamentos das anuidades e instaurado pro-



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 171
•	Ciuaue	Orgao	ilivestigação	Noticia de l'ato	- Observação	cedimento para apurar respon- sabilidades.
441	PALMAS	Prefeitura	DRA. RENATA NACIMENTO DA SILVA 2° Promo- toria Ministério Públi- co do Paraná	Solicitação para implantação do Portal da Transparência, mediante a utilização de plataforma disponibilizada gratuitamente pela CELEPAR conforme recomendação do CAOP.	Em reunião realizada com o promotor coordenador do Grupo de Estudos do Ministério Publico da Região Sudoeste, Francisco de Carvalho Neto, foi informado que será providenciado em bloco para todas cidades da região sudoeste.	Aguardando Posicionamento do Ministério Público.
442	PALMAS	Prefeitura	Ministério Públi- co Dra. RENATA NASCIMENTO SILVA Comarca de Palmas – PR.	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório- Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Palmas – PR.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
443	PARANAVAÍ	Prefeitura	Ministério Públi- co Dra. ROBERTA WINTER SU- GAUARA JORGE Comarca de Paranavaí - PR	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório- Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), e gestão do Aterro, no Município de Paranavaí – PR.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Aguardando Posicionamento do Ministério Público.
444	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SOFIA VILELA DE MORAES E SILVA Ministério Público do	Contratação de contador, sem concurso público - In Public. – Assessoria Contábil Ltda.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Processo em andamento. Promotora pror- rogou por mais um ano.



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 1/2
			Trabalho			
445	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SOFIA VILELA DE MORAES E SILVA Ministério Público do Trabalho	Terceirização de coleta e destinação de resíduos sólidos urbanos - COOAPB – Coop. Catadores – funcionários públicos – Amilton Maranoski e outros.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Processo em andamento. Promotora pede juntada aos autos de orçamentos de cidades da região.
446	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. PRISCILA DIBI SCHVARCZ Ministério Público do Trabalho	Nomeação de Cargos de Confiança na prefeitura de Pato Branco - Procuradores jurídicos e outros.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Processo em andamento. Promotora pede juntada aos autos de orçamentos de cidades da região.
447	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CARDOSO LOUREIRO 1ª Promotoria	Contratação de empresa para consultoria contábil, financeira e em planejamento - Paraná Consultoria Empresarial e Municipal Ltda. – EPP.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	Processo em andamento. Promotora pede comparecimento da Sra. Loreci Dolores Bim, e Sr. Julio Cesar Herbele Lattmann para prestar informações. Processo em andamento. Promotora pede juntada aos autos de orçamentos de cidades da região.
448	PATO BRANCO	Câmara	DRA. SILVANA	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de	Feito investigações, colhi-	Expedida reco-



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
-	Cidade	Oi gao	Investigação CARDOSO LOUREIRO 1ª Promotoria	ONG privada - ACAMSOP – Associação Privada de Vereadores.	do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	mendação para suspensão de pagamentos das anuidades e instaurado pro- cedimento para apurar respon- sabilidades.
449	PATO BRANCO	Câmara	DRA. SILVANA CARDOSO LOUREIRO 1ª Promotoria	Contratação de empresa sem licitação na Câmara Municipal de Pato Branco-PR, para divulgação dos Atos Oficiais - Editora Juriti Ltda. (Diário do Sudoes- te).	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Promotora manda suspen- der pagamentos e propõem TAC.
450	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CARDOSO LOIREIRO 1° Promotoria	Potencial contratação ilegalmente para realizar concurso Público 2013 - Orçamentos fraudados pelo contador da empresa Essei.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	
451	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CARDOSO LOUREIRO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná	Contratação ilegal empresa de Contabilidade e de Contador sem concurso público - In Public Contabi- lidade e Vanderlei Ribeiro da Silva.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	Promotora mandou sus- pender contrato e instaurou pro- cedimento in- vestigatório.
452	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CARDOSO LOUREIRO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná	Cooperativa de Catadores dirigida por funcionário público - orçamentos forjados - valores fora do preço de mercado – condições de trabalho dos verdadeiros catadores inadequadas - Pagamento de contrato realizado com licitação realizada com orçamentos fraudados e preços fora de valor mercado.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Aguardando Posicionamento do Ministério Público.
453	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA	Processo licitatório por inexigibilidade para contra-	Feito investigações, colhi-	Promotora



4		<i>4</i> •				174
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
			CARDOSO LOUREIRO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná	tação de jornal para divulgação de atos - Prefeitura de PB e a Editora Juriti (Diário do Sudoeste) - Veda- do por Lei Federal.	do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	manda suspender pagamentos e propõem TAC.
454	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CARDOSO LOUREIRO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná	Prefeito nomeou, em cargo de confiança, diretor de contabilidade, contador funcionário de carreira de Salto do Lontra e em Pato Branco - Ilegalidade em nomeação para Cargo de Confiança – Rodrigo Base – servidor efetivo do município de Salto do Lontra-PR – Gratificação por dedicação em tempo integral - encaminhamento das provas e fundamentação.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	Promotora mandou sus- pender contrato e instaurou pro- cedimento in- vestigatório.
455	PATO BRANCO	Câmara	GUILHERME SILVERIO Presidente da Câmara de Vereadores	Potencial propaganda de "economia" na Câmara de Vereadores de Pato Branco – indício de "propa- ganda enganosa"	Solicitado provas contá- beis da real economia nas despesas orçamentárias referente aos exercícios fiscais, em relação aos exercícios anteriores.	
456	PATO BRANCO	Câmara	GUILHERME SILVERIO Presidente Da Câmara de Vereadores	Potencial propaganda da Câmara de Vereadores de Pato Branco – indício de direcionamento para veí- culo de agente público.	Solicitado comprovantes do plano de comunicação publicitária e situação das empresas que divulgaram as peças.	
457	PATO BRANCO	Câmara	GUILHERME SILVERIO Presidente Da Câmara de Vereadores	Solicitação de informações sobre indícios de "falta de decoro parlamentar" de vereador e secretário da Câmara de Vereadores – Artigo 17 da Lei Orgâni- ca Municipal	Participação do vereador na Diretoria da Associação Comunitária e Cultural Zona Sul Liberdade FM - Concessão pública a agente político.	
458	PATO BRANCO	Câmara	GUILHERME SILVERIO	Solicitação de informações sobre indícios de ausência de finalidade pública e o interesse público real,	Participação de vereadores e funcionário da Câmara de	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 1/3
			Presidente Da Câmara de Vereadores	concreto e primário do Legislativo de Pato Branco.	Vereadores de Pato Branco na XVII Marcha a Brasília.	
459	PATO BRANCO	Câmara	GUILHERME SILVERIO Presidente Da Câmara de Vereadores	Ilegalidade em contratação de empresa privada (ONG) – AMSOP – Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - Para publicação de atos oficiais da municipalidade de Pato Branco. Ilegalidade em manter custeio de ONG privada.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
460	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CARDOSO LOUREIRO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada – Contrato de publicidade sem licita- ção - AMSOP – Associação dos Municípios do Su- doeste do Paraná – Associação Privada MANTIDA COM DINHEIRO PÚBLICO.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, instaurado Inquérito civil público.	Processo em andamento. Promotora pede juntada aos autos Cópia das planilhas de prestação de contas dos valores repassados para a AMSOP, referente aos exercícios de 2011, 2012, 2013 e parcial de 2014.
461	PATO BRANCO	Câmara	DRA. SILVANA CARDOSO LOUREIRO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública - Contratação ilegal empresa de Contabilidade e de Contador sem con- curso público - Luciano Salvi e Salvi Contabilidade – terceirização de atividade fim.		
462	PATO BRANCO	Câmara	DRA. PRISCILA DIBI SCHVARCZ Ministério Público do	Pedido de Ação Civil Pública - Contratação ilegal empresa de Contabilidade e de Contador sem con- curso público	Luciano Salvi e Salvi Con- tabilidade – terceirização de atividade fim – Câmara sofreu pena alternativa	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	176
•	Cluade	Olgao	Trabalho	Noticia de Fato	Obsel vação	Status	
463	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CARDOSO LOUREIRO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Contratação ilegal de empresa de contabilidade	Roberto Viganó e outros contrataram contador MARCOS ELOI KRAFT, na função de assessor técnico da Secretaria de Administração e Finanças do Município de Pato Branco, sem concurso público e com licitação irregular.		
464	PATO BRANCO	Câmara	DRA. SILVANA CARDOSO LOUREIRO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná	Potencial ilegalidade na contratação de empresas de comunicação para divulgação de publicidade e propaganda enganosa de "economia" - Descumprimento ao que rege a Lei Federal LEI N° 12.232, DE 29 DE ABRIL DE 2010 – que Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.		
465	PATO BRANCO	Câmara	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial irregularidade da Câmara Municipal de Pato Branco; promoção pessoal pela ilustração de fotografias de agentes públicos entregando che- que de devolução de recursos públicos.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	Notícia de n° MPPR - 0105.14.0	-
466	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria	Potencial irregularidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco Contratação de serviços sem o devido processo legal, dando o nome de Dispensa por Limite sem ter ocorrido o Processo de Dispensa. (relatório do Controle Interno da Prefei-	Feito investigações, colhido provas e elaborado denun- cia ao Ministério Público, aguardando providencias.		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 177
•	Cidaue	Olgao	Ministério Público do Paraná Pato Branco	tura)	Observação	Janus
467	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco. Conforme Relatório do Controle Interno da Prefeitura.	Ao invés de proceder-se as devidas correções, conforme sugestão do TCE, a administração optou em não fazer a prestação de contas ao TCE/PR dos respectivos convênios. A formalização do convênio e a não prestação de conta do mesmo ao TCE/PR, é mais uma irregularidade que a administração está cometendo. (relatório do Controle Interno da Prefeitura)	Aguardando posicionamento do Ministério Público.
468	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco. Conforme Relatório do Controle Interno da Prefeitura.	Contrato em vigor "2478/13" está superfatu- rado. (relatório do Contro- le Interno da Prefeitura)	Aguardando posicionamento do Ministério Público.
469	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CARDOSO LOU- REIRO 1ª Promotoria Ministério Públi- co do Paraná	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Contratação de serviços contábeis em desacordo com as orientações do TCE. (relatório do Controle Interno da Prefeitura)	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	1/8
470	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Majoração de 100% no valor dos locativos no período de sete meses. (relatório do Controle Interno da Prefeitura)	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.		
471	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - O representante da Cooperativa contratada é servidor público, o que inviabiliza totalmente qualquer tipo de contratação com o município. (relatório do Controle Interno da Prefeitura).	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.		
472	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial irregularidades na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Omissão em fazer cumprir o item VI da cláusula nona do referido contrato. (relatório do Controle Interno da Prefeitura)	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.		
473	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério	Potencial irregularidades na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Irregularidades cometidas em 2013 continuam a se repetir em 2014. (relatório do Controle Interno da Prefeitura)	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.		



4	C: 1- 1-	Óa	1	Notice de Para	Observes of a	Ciatura	179
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	
			Público do				
			Paraná				
			Pato Branco				
474	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Não comprimento do Art. 16 da lei 3.426. (relatório do Controle Interno da Prefeitura).	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.		
			Paraná Pato Branco				
475	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Manipulação de valores quando das avaliações, cujos percentuais de aumento superaram a 250%. (relatório do Controle Interno da Prefeitura).	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.		
476	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - O mesmo profissional forneceu dois laudos onde a diferença entre os valores fornecidos chega a 285% no período, percentual totalmente injustificável. (relatório do Controle Interno da Prefeitura).	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.		
477	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI-	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Doação de Imóvel _ Feita a doação o município terá que proceder a seu	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	180
			RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	patrimônio do objeto doado, da forma como está somente a baixa do terreno poderá ser feita, não tendo o município amparo legal para baixar construção. (relatório do Controle Interno da Prefeitura).	,		
478	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Não comprimento do cronograma de ações instituídas pelo Decreto 5991/12em cumprimento a portaria STN 828 de 14/12/2011 pela Secretaria de Administração e Finanças. (relatório do Controle Interno da Prefeitura).	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.		
479	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Índice superior ao IGP- M quanto ao pagamento de serviços contábeis prestados pelo Srs. Paulo Horn e Franciele Michalski. (relatório do Controle Interno da Prefeitura).	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.		
480	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Aumento do valor da locação em (superior a 30%), sobre o que o município vinha pagando até Dezembro/2012. (relatório do Controle Interno da Prefeitura).	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	181
481	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Assessoria Contábil em desacordo com o contido no Acórdão 1111/08 – TCE/PR. (relatório do Controle Interno da Prefeitura).	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.	Status	
482	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Serviços contratados que não foram executados em sua totalidade pela empresa "F. Zancanaro Terraplanagem LTDA". (relatório do Controle Interno da Prefeitura).	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.		
483	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Contrato de serviços nº 2469/13, o valor pactuado está 76% superior ao que o município vinha pagando pelo mesmo imóvel no mês de dezembro de 2012. (relatório do Controle Interno da Prefeitura).	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.		
484	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Contrato de serviço n° 2478/13, cujos valores estão 70% superiores aos que o município vinha praticando com a mesma empresa e para execução do mesmo objeto, porém em quantidades menores o que não justifica o	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 182
			Público do Paraná Pato Branco	percentual do aumento.		
485	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Título de subvenção social, em desacordo com o contido na IN 61/11 TCE/ PR. (rela-tório do Controle Interno da Prefeitura)	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.	
486	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Procedimentos que estão sendo adotados pela administração nas contratações por "dispensa de licitações" com a alegação de emergência. (relatório do Controle Interno da Prefeitura).	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.	
487	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Não comprimento pelo município dos prazos fixados pelos TCE/PR com referência a resposta dos contraditórios relativos ás prestações de contas de subvenção social do ano de 2012. (relatório do Controle Interno da Prefeitura).	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.	
488	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI-	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco. Conforme Relatório do Controle Interno da Prefeitura - Na lei de doação n°	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status	183
•	Cluade	Orgao	RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná	4146/13 consta apenas doação de terreno, quando na verdade sobre o mesmo consta uma edificação. (relatório do Controle Interno da Prefeitura).	Obsei vação	Status	
489	PATO BRANCO	Prefeitura	Pato Branco DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Dotações orçamentarias irregulares utilizadas nos Termos de Cooperação Técnica n° 24 e 25/2013. (relatório do Controle Interno da Prefeitura).	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.		
490	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Parecer do Conselho sobre as contas 2013 — Irregular sem Efeito. (relatório do Controle Interno da Prefeitura)	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.		
491	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Obras contratadas no exercício de 2013 não tiveram cronograma comprido. (relatório do Controle Interno da Prefeitura).	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.		



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 184
492	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco. Conforme Relatório do Controle Interno da Prefeitura - Irregularidade na formalização dos convênios a título de subvenção social. Ausência de certidões negativas, dotação orçamentária mão condizente com o objeto, despesas realizadas fora da vigência do convênio, documentos apensados á prestação de contas em desacordo com o contido na IN 61/2011 - TCE. (relatório do Controle Interno da Prefeitura).	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.	
493	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Os membros que compõem o Conselho não foram nomeados, conforme preceitua a Lei 2.862/07. (relatório do Controle Interno da Prefeitura).	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.	
494	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco – "Assessoria Contábil Ltda." e "Paraná Consultoria" estão em desacordo com o contido e no Prejulgado o6 do TCE – Acordão 111/1/08. (relatório do Controle Interno da Prefeitura).	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.	
495	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Contrato com a empresa "Spielmann e Spielmann Ltda", houve um aumento no valor contrato superior 70%. (relatório do Controle Interno da Prefeitura)	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.	Instaurado Procedimento investigatório.



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 185
			Ministério Público do Paraná Pato Branco			
496	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na gestão pública da Prefeitura de Pato Branco - Aos termos de Cooperação Técnica e Financeira n° 24/2013 e 25/2013 firmados respectivamente com a Fundação Walderez Bertolin e Associação Pato Branco de Taekwondo. Dotação orçamentária está em desacordo com o objeto. (relatório do Controle Interno da Prefeitura).	Aguardando posiciona- mento do Ministério Públi- co.	
497	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial llegalidade de Dispensa de licitação. For- necimento de orçamentos com sobre preço. "Lo- cação de Painel de LEDS com 12 (doze) metros quadrados, a ser utilizados na montagem do palco para apresentar o evento denominado "DIA DO TRABALHADOR SOLIDÁRIO", nas dependências do Parque de Exposição, no dia 1° de maio de 2014".	Potencial superfatura- mento na locação de pai- nel de LEDs pelo município de Pato Branco, mediante procedimento de Dispensa de Licitação nº 21/2014.	- Inquérito Civil n° MPPR- 0105.15.000129- 2, instaurado em 10/04/2015. Ob- jeto: eventual superfatura- mento na loca- ção de painel de LEDs pelo muni- cípio de Pato Branco, median- te procedimento de Dispensa de Licitação n° 21/2014 que de- flagrou vence- dora a empresa Francio Comuni- cações Ltda



4	C' L L	6		N. C. L. E.		186
	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	CNPJ n° 12.989.139/0001- 99) Representante: VIGILANTES DA GESTÃO PÚBLICA DE PATO BRANCO - PARANÁ. Representado: MUNI- CÍPIO DE PATO BRANCO.
498	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Solicitação para implantação do Portal da Transparência, mediante a utilização de plataforma disponibilizada gratuitamente pela CELEPAR conforme recomendação do CAOP.	Em reunião realizada com o promotor coordenador do Grupo de Estudos do Ministério Publico da Região Sudoeste, Francisco de Carvalho Neto, foi informado que será providenciado em bloco para todas cidades da região sudoeste.	Aguardando Posicionamento do Ministério Público.
499	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Potencial ilegalidade na contratação de empresa para a Implantação de grade de segurança e ilumi- nação da Passarela Rodovia Federal BR 158/PR.	Colhido provas de telas (modelo) fotografias, orçamentos, visitas a local onde deveria existir a empresa prestadora.	Inquérito Civil n° MPPR- 0105.15.000127-6, instaurado em 05/03/2015. Para apuração de eventual prejuízo ao erário decorrente de eventual desvio de dinheiro



		<i>i</i>				187
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
						público, em
						virtude da
						execução de
						contrato
						firmado em
						virtude da
						licitação Tomada
						de Preços nº
						20/2012,
						realizada pelo
						Município de
						Pato Branco.
						Representante:
						VIGILANTES DA
						GESTÃO
						PÚBLICA.
					17 processos analisados	Nenhuma provi-
				Comunicado de que foram encontradas. Potencial	foram enviados para a	dência foi toma-
500	PATO BRANCO	Câmara	Vereadores	ilegalidade em Processos Licitatórios da Prefeitura Municipal de Pato Branco.	Câmara, que tem o dever	da. Vereadores
300	rato branco	Califala	vereaudres		constitucional de fiscalizar,	não exerceram o
					nada foi feito tecnicamen-	papel de fiscais
					te.	da gestão.
			DRA.			Aguardando
			SILVANA CAR-		Enviado NOTICIA DE FATO	Posicionamento
			DOSO LOUREI-		para o Ministério Público,	do Ministério
			RO		devido a ausência de pro-	Público.
501	PATO BRANCO	Prefeitura	1ª Promotoria	Potencial ilegalidade Processos Licitatórios	videncias pelo Prefeito	
			Ministério		Municipal - 17 Processos	
			Público do		Licitatórios.	
			Paraná		LICITATOLIOS.	
			Pato Branco			
502	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho	Recomendação para providencias referente ao	A licitação não foi	Irregularidades
302	PATO BRAINCO	rieieitura	Zucchi	processo licitatório Concorrência nº 30/2014–	rubricada adequadamente	sanadas pela



1	О	(
1	0	(

4	Cidade	Óucião	lmunghista sã a	Noticia da Cata	Observação	Status
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
			Prefeito	Aquisição de massa asfáltica tipo CBUQ e emulsão	conforme art. 38, Lei n°	equipe de Licita-
			Pato Branco	asfáltica.	8.666/93 caput. e outras	ção de Pato
					irregularidades.	Branco.
				A licitação não foi	Irregularidades	
			Augustinho Zucchi		rubricada adequadamente conforme art. 38, Lei n°	sanadas pela
503	PATO BRANCO	Prefeitura	Prefeito	providencias referente ao processo licitatório	8.666/93 caput. e outras	equipe de Licita- ção de Pato
			Pato Branco	Concorrência 31/2014 – Pavimentação Asfáltica.	irregularidades.	Branco.
			Pato Branco		irregularidades.	Branco.
			DRA.			Enviado ao Pre-
			SILVANA CAR-		O Edital não prevê	feito de Pato
			DOSO LOUREI-	Recomendação para cancelamento e outras	compensações financeiras	Branco, aos
			RO	providencias referente ao processo licitatório	e descontos por eventuais	Vereadores e
504	PATO BRANCO	Prefeitura	1ª Promotoria	Concorrência n° 34/2014. Aquisição de Móveis e	antecipações e de	Ministério Públi-
			Ministério	equipamentos Diversos.	pagamento. Conforme art.	co. Aguardando
			Público do		40, XIV "d" – "In fine", Lei	Posicionamento
			Paraná		n° 8.666/93.	do Ministério
			Pato Branco			Público.
			DRA.		A não há a designação do	Enviado ao Pre-
			SILVANA CAR-		pregoeiro e da equipe de	feito de Pato
			DOSO LOUREI-	Recomendação para cancelamento e outras	apoio. Conforme Decreto	Branco, aos
505	2470 2241160	-	RO	providencias referente ao processo licitatório	n° 3.555/00, Anexo I, art.	Vereadores e
505	PATO BRANCO	Prefeitura	1ª Promotoria	Pregão nº100/2013 – Aquisição de Porta Focos a	21, VI. Desrespeito ao que	Ministério Públi-
			Ministério	Led.	prevê a Lei n° 8.666/93, art.	co. Aguardando
			Público do Paraná		40, XV, "d". E conforme Lei	Posicionamento do Ministério
			Parana Pato Branco		n° 8.666/93, art. 40, XIII. E também art. 40, XI.	Público.
			DRA.			Enviado ao Pre-
			SILVANA CAR-		A licitação não foi numerada e rubricada	feito de Pato
			DOSO LOUREI-	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Pregão nº 54/2014 – Aquisição de persianas.	adequadamente conforme	Branco, aos
506	PATO BRANCO	Prefeitura	RO		art. 38, Lei n° 8.666/93	Vereadores e
			1ª Promotoria		caput. E outras anomalias	Ministério Públi-
			Ministério		Caput. E Outras ariornalias	
			wiinisterio			co. Aguardando



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
			Público do Paraná Pato Branco			Posicionamento do Ministério Público.
507	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CARDOSO LOU- REIRO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Pregão n° 55/2014 – Contratação de serviços de manutenção e limpeza de persianas e cortinas.	A licitação não foi numerada e rubricada adequadamente conforme art. 38, Lei n° 8.666/93 caput. E outras anomalias	Enviado ao Pre- feito de Pato Branco, aos Vereadores e Ministério Públi- co. Aguardando Posicionamento do Ministério Público.
508	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Pregão nº 56/2014 – Aquisição de areia industrial, pedra brita, pedra graduada, pó de pedra, rachão e pedra irregular para calçamento.	A licitação não foi numerada e rubricada adequadamente conforme art. 38, Lei nº 8.666/93 caput. E outras anomalias tais como a minuta do contrato a ser firmado entre a administração e o licitante vencedor não consta nos anexos do Edital. Conforme art. 40, § 2°, III. Lei n° 8.666/93.	Enviado ao Prefeito de Pato Branco, aos Vereadores e Ministério Público. Aguardando Posicionamento do Ministério Público.
509	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Inexigibilidade n° 57/2014 – Migração BRMA/OMNE.	A licitação não foi numerada e rubricada adequadamente conforme art. 38, Lei n° 8.666/93 caput. E outras anomalias.	Enviado ao Pre- feito de Pato Branco, aos Vereadores e Ministério Públi- co. Aguardando Posicionamento do Ministério Público.



					-	190
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
510	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Inexigibilidade nº 58/2015 – Show Agnaldo Rayol.	A licitação não foi numerada e rubricada adequadamente conforme art. 38, Lei n° 8.666/93 caput. E outras anomalias.	Enviado ao Pre- feito de Pato Branco, aos Vereadores e Ministério Públi- co. Aguardando Posicionamento do Ministério Público.
511	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Pregão Presencial n° 68/2014 – Plotagem e Digitalização.	Não foi respeitado o prazo de 8 (oito), dias úteis entre a divulgação da licitação e a realização do evento. Conforme art. 4°, V, Lei n° 10.520/02.	Enviado ao Pre- feito de Pato Branco, aos Vereadores e Ministério Públi- co. Aguardando Posicionamento do Ministério Público.
512	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Tomada de Preço nº 15/2014 – Contratação de Cursos Profissionalizantes.	A licitação não foi numerada e rubricada adequadamente conforme art. 38, Lei n° 8.666/93 caput. E outras anomalias. A Tomada trata de "Contratação de cursos Profissionalizantes". Conforme art. 46 caput, lei 8.666/93, o critério de julgamento deve ser usado "Melhor Técnica" e não "Menor Preço por item".	Enviado ao Pre- feito de Pato Branco, aos Vereadores e Ministério Públi- co. Aguardando Posicionamento do Ministério Público.
513	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA.	Recomendação para cancelamento e outras	A licitação não foi	Enviado ao Pre-

191

VIGILANTES	1
	ш
WW	ш
	//
	/
GA	
	1
	1

		,				191
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
			SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	providencias referente ao processo licitatório Tomada de Preço nº 16/2014. Construção de escola Passo da Ilha.	numerada e rubricada adequadamente conforme art. 38, Lei n° 8.666/93 caput. Não consta como um dos anexos do edital o projeto básico da obra. Conforme art. 40, §2°, I, Lei n° 8.666/93. Outras irregularidades.	feito de Pato Branco, aos Vereadores e Ministério Públi- co. Aguardando Posicionamento do Ministério Público.
514	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Concorrência nº 21/2014 – Pavimentação Asfáltica.	Desrespeito art. 38, Lei n° 8.666/93 caput. Desrespeito art. 31, Lei n° 8.666/93. Desrespeito art. 40, XIV, "c" Lei n° 8.666/93. Desrespeito art. 40, XIV, "d" Lei n° 8.666/93. Desrespeito art. 40, XIII, Lei n° 8.666/93. Desrespeito art. 40, XI, Lei n° 8.666/93. Desrespeito art. 40, §2°, I, Combinado com o art. 7°, §2° da Lei n° 8.666/93. Não consta assinatura do Prefeito nas Páginas, 44, 45, 46, 47 do projeto.	Irregularidades Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.
515	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Pregão nº 58/2014 – Aquisição de Lixeiras Plásticas.	A licitação não foi rubricada desrespeito ao art. 38, Lei n° 8.666/93 caput.	Enviado ao Pre- feito de Pato Branco, aos Vereadores e



	GILANTES L	
-		1
	_	

1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
	Ciuade	Orgao	Investigação 1ª Promotoria	NOTICIA DE FALO	desrespeito ao art. 8°, III,	Ministério Públi-
			Ministério		"a", Lei n° 3.555/00.	co. Aguardando
			Público do		a , Lerii 3.333/00.	Posicionamento
			Paraná			do Ministério
			Pato Branco			Público.
516	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Pregão n° 59/2014 – Aquisição de extintores.	A licitação não foi rubricada desrespeito ao art. 38, Lei n° 8.666/93 caput. E outras anomalias.	Irregularidades sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.
			DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI-		A licitação não foi	Enviado ao Pre- feito de Pato Branco, aos
			RO	Recomendação para cancelamento e outras	rubricada desrespeito ao	Vereadores e
517	PATO BRANCO	Prefeitura	1ª Promotoria	providencias referente ao processo licitatório	art. 38, Lei n° 8.666/93	Ministério Públi-
			Ministério	Pregão nº 60/2014 – Aquisição de Veículos.	caput.	co. Aguardando
			Público do		Outras anomalias,	Posicionamento
			Paraná			do Ministério
			Pato Branco			Público.
518	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Tomada de Preço nº 20/2012 – Construção Civil.	A licitação não foi rubricada adequadamente. desrespeito ao art. 38, Lei nº 8.666/93 caput. O projeto básico não constitui um dos anexos do edital. Desrespeito ao art. 40, §2°, I Combinado art. 7° §2°, I. Lei n° 8.666/93.	Enviado ao Prefeito de Pato Branco, aos Vereadores e Ministério Público. Aguardando Posicionamento do Ministério Público.
-			DRA.	Recomendação para cancelamento e outras	O Processo Licitatório não	Enviado ao Pre-
			SILVANA CAR-	providencias referente ao processo licitatório	respeitou o que dispõe o	feito de Pato
519	PATO BRANCO	Prefeitura	DOSO LOUREI-	Pregão nº 61/2014 – Instalação de ar condicionado,	art. 8°, II, Lei n° 3.555/00.	Branco, aos
			RO	instalação e manutenção de interfones e portão	Desrespeito ao art. 40,	Vereadores e



193 Cidade Órgão Notícia de Fato Observação Investigação Status XIV, "d", Lei n° 8.666/93. Ministério Públi-1ª Promotoria eletrônico. Ministério Outras anomalias. co. Aguardando Público do Posicionamento Paraná do Ministério **Pato Branco** Público. DRA. Enviado ao Pre-SILVANA CARfeito de Pato DOSO LOUREI-Branco, aos RO Recomendação para cancelamento e outras Vereadores e Desrespeito art, 31, Lei n° 520 **PATO BRANCO** Prefeitura 1ª Promotoria providencias referente ao processo licitatório Ministério Públi-8.666/93. Ministério Pregão nº 63/2014 - Aquisição de Bandeiras. co. Aguardando Público do Posicionamento Paraná do Ministério Público. **Pato Branco** Desrespeito ao inciso I, art, Irregularidades Augustinho Recomendação para cancelamento e outras 31, Lei n° 8.666/93, art. 40, Sanadas pela Zucchi 521 XIV, "d", art. 40, XIII, Lei n° **PATO BRANCO** Prefeitura providencias referente ao processo licitatório Equipe de Licita-Prefeito Pregão nº 64/2014 - Coffee Breaks e Lanches. 8.666/93. ção de Pato Pato Branco Branco. DRA. Enviado ao Pre-SILVANA CARfeito de Pato DOSO LOUREI-Recomendação para cancelamento e outras Branco, aos Desrespeito ao inciso I, art, providencias referente ao processo licitatório Vereadores e RO 31, art. 40, XIV, "d", Lei n° 522 **PATO BRANCO** Prefeitura 1ª Promotoria Tomada de Preço nº 17/2014 - Contratação de Ministério Públi-8.666/93. Ministério empresa ou fundação para prestar serviços de co. Aguardando Público do assessoria atuarial, previdenciária e de consultoria. Posicionamento do Ministério Paraná Público. **Pato Branco** DRA. Enviado ao Pre-Recomendação para cancelamento e outras Desrespeito ao inciso I, art, feito de Pato SILVANA CAR-31, art. 40, XIV, "d", art. providencias referente ao processo licitatório 523 **DOSO LOUREI-PATO BRANCO** Prefeitura Branco, aos Pregão nº 62/2014 - Aquisição de Bombas e 40, XIII, Lei n° 8.666/93. RO Vereadores e Lavadoras. 1ª Promotoria Ministério Públi-



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 194
			Ministério Público do Paraná Pato Branco		,	co. Aguardando Posicionamento do Ministério Público.
524	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Pregão nº 65/2014 – Agenciamento de Viagens.	Desrespeito ao art. 40, caput, VII, art. 40, XIV "d" – "In fine", Lei n° 8.666/93 .e art. 40, XI, Lei n° 8.666/93.	Irregularidades Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.
525	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Concorrência n° 32/2014. Construção de três espaços Educativos.	Desrespeito ao art. 38, art. 40, caput, VII, art. 40, XIV "d" – "In fine", art. 40, XV, "c", art. 40, XI, art. 40, XIII, Lei n° 8.666/93.	Irregularidades Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.
526	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Concorrência n°33/2014. Prestação de Serviços de Transporte Escolar.	Desrespeito ao art. 40, Caput, art. 40, XV, "c", art. 40, XIV "d" – "In fine", art. 40, XI, Lei n° 8.666/93.	Irregularidades Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.
527	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Concorrência n° 35/2014 – Construção de Canal de Drenagem.	Desrespeito ao art. 40, XIII, art. 40, XIV "d" – "In fine", Lei n° 8.666/93.	Irregularidades Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.
528	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Tomada de Preço n° 18/2014 – Reforma e Ampliação no Centro de Promoção Humana e Infanto juvenil.	C art. 40, XV, "c", art. 40, XIII, art. 40, XIV "d", art. 40, XI, Lei n° 8.666/93.	Irregularidades Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.
529	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho	Recomendação para cancelamento e outras	Desrespeito ao art. 40, XV,	Irregularidades



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 193
		j	Zucchi Prefeito Pato Branco	providencias referente ao processo licitatório Tomada de Preço nº 19/2014 — Construção Academia La Salle.	"c", art. 40, XIII, art. 40, XIV "d", art. 40, XI, Lei n° 8.666/93.	Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.
530	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Tomada de Preço n° 20/2014 – Reforma do Parque de Exposições.	Desrespeito ao art. 40, XV, "c", art. 40, XIII, art. 40, XIV "d", art. 40, XI, Lei n° 8.666/93.	Irregularidades Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.
531	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Pregão nº 66/2014 – Reforma Cadeiras Parque Exposições.	Desrespeito ao art. 40, XV, "c", Lei n° art. 40, XIII, art. 40, XIV "d", art. 40, XI, Lei n° 8.666/93. Desrespeito ao art. 4°, V. Lei n° 10.520/02. Desrespeito ao art. 40 Caput, VII, Lei n° 8.666/93.	Irregularidades Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.
532	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Pregão n° 69/2014 – Aquisição de Bancos de Madeira.	Desrespeito ao art. 21, VI, Decreto n° 3.555/00. Desrespeito ao art. 8°, II, Lei n° 3.555/00.	Irregularidades Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.
533	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Tomada de Preço n° 21/2014 – Elaboração de Projeto Elétrico Parque de Exposições.	Desrespeito ao art. 3, I, Lei 8.666/93.	Irregularidades Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.
534	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Chamamento Público nº 10/2014 – Contratação Clínica Fisioterapia.	Desrespeito ao art. 28, II, Lei n° 8.666/93. Desrespeito ao art. 28, III, Lei n° 8.666/93. Desrespeito ao art. 28, IV, Lei n° 8.666/93.	Irregularidades Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 196
		- G				
535	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Pregão nº 73/2014 – Cantoneiras, Tubos, perfis Estruturais.	O Aviso contendo resumo do Edital não foi publicado nos meios previstos na legislação. Desrespeito ao art. 11, I, Decreto 3.555/00.	Enviado ao Prefeito de Pato Branco, aos Vereadores e Ministério Público. Aguardando Posicionamento do Ministério Público.
536	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Pregão nº 75/2014 – Materiais Decoração Natalina.	Desrespeito ao art. 8°, II, Lei n° 3.555/00. Desrespeito ao art. 3, I, Lei 8.666/93.	Enviado ao Pre- feito de Pato Branco, aos Vereadores e Ministério Públi- co. Aguardando Posicionamento do Ministério Público.
537	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Pregão nº 76/2014 – Aquisição de Ensiladeiras e Carretas.	Desrespeito ao art. 40, XIV "d", art. 40, XIII, Lei n° 8.666/93.	Enviado ao Pre- feito de Pato Branco, aos Vereadores e Ministério Públi- co. Aguardando Posicionamento do Ministério Público.
538	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Concorrência nº 39/2014 – Pavimentação Asfáltica Rodoviária.	Desrespeito ao art. 40, XIV "d", art. 40, art. 40, XI, Lei n° 8.666/93.	Enviado ao Pre- feito de Pato Branco, aos Vereadores e Ministério Públi-



4	C' L L	<i>6 .</i> ~		N. C. L. E.	~	197
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	co. Aguardando Posicionamento do Ministério
539	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Concorrência n° 40/2014 – Colocação de Paver reforma de meio fio e petit pavet.	Desrespeito ao art. 40, XIII e art. 40, §2°, I, Lei n° 8.666/93.	Público. Enviado ao Prefeito de Pato Branco, aos Vereadores e Ministério Público. Aguardando Posicionamento do Ministério Público.
540	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Concorrência nº 12/2014 – Ferraria e Metalúrgica.	Desrespeito ao art. 40, XIII, Lei n° 8.666/93.	Irregularidades Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.
541	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Pregão n° 78/2014 – Manutenção de Equipamentos Odontológicos.	Desrespeito art. 40, XIII, Lei n° 8.666/93.	Irregularidades Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.
542	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Pregão Eletrônico n° 77/2014 – Aquisição de materiais, equipamentos, oficina de profissionalização.	Desrespeito ao art. 40, XIII, e art. 40, XIV "d" Lei n° 8.666/93.	Irregularidades Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.
543	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Tomada de Preço n° 22/2014 – Reforma Vigilância Sanitária.	Desrespeito ao art. 40, XIII, e art. 40, XIV "d" – "In fine", Lei n° 8.666/93.	Irregularidades Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.



						198
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
544	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Pregão Eletrônico n° 79/2014 – Equipamentos Móveis UPA.	Desrespeito ao art. 40, XIII, Lei n° 8.666/93.	Irregularidades Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.
545	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Concorrência n° 02/2014 – Publicidade e Propaganda.	Desrespeito ao art. 38, art. 40, XV, "c", art. 40, XIII, art. 40, XI, art. 40, VII, art. 7 e 5, I, Lei 8.666/93.	Irregularidades Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.
546	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Concorrência n° 36/2014 – Pavimentação Asfáltica Comunidade Independência.	Desrespeito ao art 40, XV, "c" e art. 40, XI, Lei n° 8.666/93.	Irregularidades Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.
547	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Pregão nº 75/2014 – Materiais decoração Natalina.	Desrespeito ao art. 8°, II, Lei n° 3.555/00. E desrespeito ao, art. 15, Paragrafo 7° combinado com o art. 7 e 5, I, Lei 8.666/93 Desrespeito ao art. 3, I, Lei 8.666/93.	Irregularidades Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.
548	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Pregão nº 13/2014 – Veículo Bolsa Família.	Desrespeito ao art. 40, XIV "d" – "In fine", Lei n° 8.666/93. Desrespeito a Lei n° 8.666/93, art. 40, XIII.	Enviado ao Pre- feito de Pato Branco, aos Vereadores e Ministério Públi- co. Aguardando Posicionamento do Ministério



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
			Pato Branco			Público.
549	PATO BRANCO	Prefeitura	DRA. SILVANA CAR- DOSO LOUREI- RO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Pregão nº 11/2014 – Placas Fotos luminescentes.	Desrespeito ao art. 40, § 2°, III e art. 38, X Lei 8.666/93. Desrespeito ao art. 21, XII, Decreto n° 3.555/02. Desrespeito a Lei n° 8.666/93, art. 40, XV, "c". Desrespeito a Lei n° 8.666/93, art. 40, XV, "d". Desrespeito a Lei n° 8.666/93, art. 40, XIII. Desrespeito ao art. 40, XI, Lei n° 8.666/93.	Enviado ao Pre- feito de Pato Branco, aos Vereadores e Ministério Públi- co. Aguardando Posicionamento do Ministério Público.
550	PATO BRANCO	Prefeitura	Augustinho Zucchi Prefeito Pato Branco	Recomendação para cancelamento e outras providencias referente ao processo licitatório Chamada Pública nº 11/2014 - Construção de unidades habitacionais de interesse social no âmbito do Programa "Minha Casa Minha Vida".	Desrespeito ao art. 40, caput, Lei 8.666/93.	Irregularidades Sanadas pela Equipe de Licita- ção de Pato Branco.
551	PATO BRANCO	Câmara	Câmara de vere- adores	Ilegalidade em compras públicas – Prefeitura Municipal de Pato Branco. Oficio enviado aos Vereadores, irregularidades nos Processos licitatórios prefeitura Municipal.	Pregão n° 11/2014. Pregão n° 13/2014. Concorrência n° 36/2014.	Encaminhado oficio com re- comendações aos Vereadores, porém nenhuma providência foi tomada.
552	PATO BRANCO	Prefeitura	Tribunal de Con- tas	Portal da Transparência Prefeitura de Pato Branco esteve inacessível pelo menos uma semana, afrontando o que determina a Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009, alterou a redação da Lei de Responsabilidade Fiscal que determina a disponibilização em tempo real, de informações	Efetuado denuncia, com pedido de providencias.	Aguardando análise do TCE.



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 200
•	Cidade	Orgao	Investigação	pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios.	Observação -	Status
553	Peabiru	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	
554	PEABIRU	Prefeitura	Ministério Públi- co Dr. André As- sunção Comarca de Peabiru- PR.	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório— Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Peabiru – PR.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Instaurado Procedimento investigatório
555	PEROLA D' OESTE	Prefeitura	Ministério Públi- co	Semana do Meio Ambiente: Potencial ilegalidade em unidade de destinação e ou ESTAÇÃO DE TRIAGEM E TRANSBORDO (ETR), potencialmente transformada em "lixão" – afronta a Lei – desrespeito a POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – responsabilidade de empresa terceirizada e do Gestor Público.	Realizado visita in loco, colhido provas, elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	
556	PEROLA DO OESTE	Prefeitura	Ministério Público co Dra. SILVIA SKAETTA NUNES e Dr. Gustavo Elói Razera Comarca de Capanema – PR.	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório– Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Perola d' Oeste – PR.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
557	PÉROLA DO OESTE	Câmara	DRA. SILVIA SKAETTA NUNES	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de	Feito investigações, colhido provas e elaborado	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 201
			Ministério Público do Estado do Paraná	Vereadores.	denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
558	PINHAL DE SÃO BENTO	Câmara	DR. GUILHERME GOMES PEDROSA SCHIMIN Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	
559	PINHÃO	Prefeitura	Ministério Públi- co DR. BRUNO ISHIMOTO COMARCA DE PINHÃO - PR	Semana do Meio Ambiente: Potencial ilegalidade em unidade de destinação e ou ESTAÇÃO DE TRIAGEM E TRANSBORDO (ETR), potencialmente transformada em "lixão" – afronta a Lei – desrespeito a POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – responsabilidade de empresa terceirizada e do Gestor Público.	Realizado visita in loco, colhido provas, elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
560	PINHÃO	Prefeitura	TCE	Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de destinação final dos resíduos sólidos domiciliares urbanos (chamado lixo orgânico), produzido no período urbano do município de Pinhão - Pregão 120/2013 - Diversas irregularidades.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	Instaurado Procedimento investigatório pelo Ministério Público.
561	PINHÃO	Prefeitura	Ministério Público do Trabalho	Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de destinação final dos resíduos sólidos domiciliares urbanos (chamado lixo orgânico), produzido no período urbano do município de Pinhão.	Pregão 120/2013 - Diversas irregularidades principal- mente trabalho infantil e de mulheres, sem EPIs.	Aguardando análises do Mi- nistério Público do Trabalho.



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 202
•	Cidade	Orgao	ilivestigação	Noticia de Fato	Observação	Status
562	PINHÃO	Prefeitura	Ministério Públi- co Dr. BRUNO ISHIMOTO Comarca de Pinhão - PR	Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de destinação final dos resíduos sólidos domiciliares urbanos (chamado lixo orgânico), produzido no período urbano do município de Pinhão – Pregão 120/2013 - Diversas irregularidades, licitação com orçamentos insuficientes, não prestação do serviço, etc.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	Instaurado Procedimento investigatório pelo Ministério Público.
563	PITANGUEIRAS	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de AMEPAR ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA – entre outros.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	
564	PLANALTO	Câmara	DRA. SILVIA SKAETTA NUNES Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
565	PORECATU	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de AMEPAR ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA – entre outros.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
566	Porto Barreiros	Prefeitura	Ministério Públi- co Dr. Danilo Pinho Nogueira	Potencial ilegalidade em contratação de serviços advogatícios – Escritórios Terceirizados para exercer atividade fim da procuradoria jurídica do Municipio – Advocacia Oliveira Dagostim	Feito levantamento de pagamentos e elaborado Notícia de Fato ao Ministé-	Instaurado Portaria nº MPPR- 0076.14.000152-



			1			203
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
			Comarca de laranjeiras do Sul -PR	Advogados Associados e pelo Advogado Jaime Javorski.	rio Público	7 – Inquérito Civil para apurar suposta irregularidade no procedimento para a contratação de advogados.
567	PRADO FERREIRA	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de AMEPAR ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA – entre outros.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
568	PRANCHITA	Câmara	DR. EDMUNDO SIDOLI Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
569	PRIMEIRO DE MAIO	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de AMEPAR ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA – entre outros.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
570	PRUDENTÓPOLIS	Prefeitura	Ministério Públi- co Dra. Vilma Leiko Kato Comarca de Prudentópolis –	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório— Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e rejeitos), provenientes das áreas urbana e rural do Município de Prudentópolis – PR.	- Recusa em fornecer do- cumentos; Acompanhado certame; Correção; Assinado TAC Transparên-	Prazo para o portal estar no ar: 13 de maio de 2015.



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 204
			PR.		cia com MP.	
571	Quarto Centenário	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	
572	Quinta do Sol	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	
573	QUINTA DO SOL	Prefeitura	Ministério Públi- co DR. JOSE PEREI- RA PIO DE ABREU NETO COMARCA DE ENGENHEIRO BELTRÃO - PR	Semana do Meio Ambiente: Potencial ilegalidade em unidade de destinação e ou ESTAÇÃO DE TRIAGEM E TRANSBORDO (ETR), potencialmente transformada em "lixão" – afronta a Lei – desrespeito a POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – responsabilidade de empresa terceirizada e do Gestor Público.	Realizado visita in loco, colhido provas, elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
574	Rancho Alegre d' Oeste	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	
575	REALEZA	Câmara	DR. RAPHAEL FLEURY ROCHA Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	Instaurado Procedimento investigatório pelo Ministério Público. Expedida recomendação para suspender pagamentos.
576	REALEZA	Prefeitura	DRA. FERNANDA	Solicitação para implantação do Portal da Transpa-	Em reunião realizada com	Noticia de Fato



4	c' l l	<i>A</i> .~				205
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
			BERTONCINI MENEZES Vara Única Ministério Públi- co do Paraná Realeza	rência, mediante a utilização de plataforma dispo- nibilizada gratuitamente pela CELEPAR conforme recomendação do CAOP.	o promotor coordenador do Grupo de Estudos do Ministério Publico da Região Sudoeste, Francisco de Carvalho Neto, foi informado que será providenciado em bloco para todas cidades da região sudoeste.	n° MPPR- 0118.14.000279-1
577	REALEZA	IAP – Prefeitura – Vigilância Sanitária	Ministério Públi- co Dr. Gustavo Elói Razera Comarca de Realeza – PR.	Potencial crime ambiental de empresa de reciclagem de baterias automotivas – disposição irregular de escória de chumbo no meio ambiente – potencial dano à saúde humana, fauna e flora.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Instaurado Procedimento investigatório pelo Ministério Público.
578	RENASCENÇA	Câmara	Dra. CIBELE MARIA SCOPEL Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	Instaurado Procedimento investigatório pelo Ministério Público. Expedida recomendação para suspender pagamentos.
579	RENASCENÇA	Prefeitura	Ministério Públi- co Dr. FRANCISCO DE CARVALHO NETO Comarca de Marmeleiro - PR	Denuncia de potencial ilegalidade no processo administrativo do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2014 – PMR – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E RESÍDUOS CLASSE I (ORIUNDOS DO PARQUE DE	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Instaurado Procedimento investigatório pelo Ministério Público Procedimento Preparatório n° MPPR- 0158.15.000041-



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
				MAQUINAS), DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E ANEXOS e nos pagamentos efetuados a empresa LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PEMA LTDA. Ausência de Relatórios do Fiscal de Contrato, ausência de TRÊS Orçamentos efetuados para dar base ao preço máximo, ausência de mecanismos de mensuração dos serviços pagos e transportados, ausência de relatórios de visitas efetuadas pelo fiscal de contrato ao local da disposição final dos resíduos "exportados" do município de RENASCENÇA-PR e outras irregularidades.		8, instaurado em 09/04/2015.
580	ROLÂNDIA	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de AMEPAR ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA - entre outros.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
581	Roncador	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	Feito investigações e ela- borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	
582	SABÁUDIA	Prefeitura	Ministério Públi- co	Potencial ilegalidade em pagamentos de mensalidades para entidade privada de prefeitos denominada de AMEPAR ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA - entre outros.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
583	SALGADO FILHO	Câmara	DR. JOÃO LUIZ MARQUES FILHO Ministério Público do	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro-	Instaurado Procedimento investigatório pelo Ministério Público.



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 207
		J	Estado do Paraná		videncias.	
584	SALTO DO LONTRA	Prefeitura	DRA. SILVANA CARDOSO LOUREIRO 1ª Promotoria Ministério Público do Paraná	Prefeito nomeou, em cargo de confiança, diretor de contabilidade, contador funcionário de carreira de Salto do Lontra e em Pato Branco - Ilegalidade em nomeação para Cargo de Confiança – Rodrigo Base – servidor efetivo do município de Salto do Lontra-PR – Gratificação por dedicação em tempo integral - encaminhamento das provas e fundamentação.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	Inquérito Civil n° MPPR- 0126.14.000209- 1, instaurado em 19/06/2015. Visa apurar a cumulação indevida de cargos públicos por Rodrigo Base. Representante: VIGILANTES DA GESTÃO PÚBLICA. Representado (s): AUGUSTINHO ZUCCHI, MAURÍCIO BAÚ, RODRIGO BASE.
585	SALTO DO LONTRA	Câmara	Marcos Perci Koerig Presidente da Câmara de Vereadores de Salto do lontra	Prefeito nomeou, em cargo de confiança, diretor de contabilidade, contador funcionário de carreira de Salto do Lontra e em Pato Branco - Ilegalidade em nomeação para Cargo de Confiança – Rodrigo Base – servidor efetivo do município de Salto do Lontra-PR – Gratificação por dedicação em tempo integral.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	Inquérito Civil n° MPPR- 0126.14.000209- 1, instaurado em 19/06/2015. Visa apurar a cumu- lação indevida de cargos públicos por Rodrigo Base. Represen-



						208
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
						tante: VIGILAN-
						TES DA GESTÃO
						PÚBLICA. Re-
						presentado (s):
						AUGUSTINHO
						ZUCCHI, MAU-
						RÍCIO BAÚ, RO-
						DRIGO BASE.
			Dr. HERIC		Feito investigações, colhi-	Instaurado Pro-
			STILBEN	Pedido de Ação Civil Pública - Contratação ilegal	do provas e elaborado	cedimento in-
586	SALTO DO	Prefeitura	Ministério	empresa de Contabilidade e de Contador sem con-	denuncia ao Ministério	vestigatório pelo
	LONTRA	LONTRA	Público do	curso público - Luciano Salvi e Salvi Contabilidade –	Público, aguardando pro-	Ministério Públi-
			Estado do	terceirização de atividade fim.	videncias.	co.
			Paraná			
		SALTO DO LONTRA Prefeitura	DRA. PRISCILA		Feito investigações, colhi-	
507	SALTO DO		DIBI SCHVARCZ	Pedido de Ação Civil Pública - Contratação ilegal de	do provas e elaborado	
587	LONTRA		Ministério	Contador sem concurso público - Luciano Salvi e	denuncia ao Ministério	
			Público do	Salvi Contabilidade – terceirização de atividade fim.	Público, aguardando pro-	
			Trabalho	D. f. it	videncias.	In the control of Date
			Dr. HERIC	Prefeito pagou gratificação por dedicação em tem-	Feito investigações, colhi-	Instaurado Pro-
	SALTO DO	ALTO DO	STILBEN	po integral, diretor de contabilidade, contador funcionário de carreira de Salto do Lontra e ao	do provas e elaborado	cedimento in-
588	LONTRA	Prefeitura	Ministério Público do		denuncia ao Ministério	vestigatório pelo Ministério Públi-
	LUNTKA		Estado do	mesmo tempo em Pato Branco - Rodrigo Base – servidor efetivo do município de Salto do Lontra –	Público, aguardando pro-	
			Paraná	Gratificação por dedicação em tempo integral.	videncias.	co.
			DR. HERIC	drauneação por dedicação em tempo integrai.		Instaurado Pro-
			STILBEN		Feito investigações, colhi-	cedimento in-
	SALTO DO		Ministério	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de	do provas e elaborado	vestigatório pelo
589	589 LONTRA Câ	LONTRA Cämara Público	Público do	,		Ministério Públi-
			Estado do	Vereadores.	Público, aguardando pro-	co.
			Paraná		videncias.	
500	SALTO DO	_	DR. HERIC	Suposta destinação irregular de cargas com con-	Recebido denuncia de	Notícia de Fato
590	LONTRA	Empresa	STILBEN	taminantes, óleos lubrificantes e outros produtos	populares, feito diligencias	n° MPPR –



		<i>L</i> ~				209
1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
			Ministério Público do Estado do Paraná	oriundos de postos de gasolina. Existência de containers com vazamento de material contaminante.	e colhido material fotográ- fico nos locais e encami- nhado ao Ministério Públi- co.	0126.14.00330-5
591	SALTO DO LONTRA	Prefeitura	DRA. ANDREA CRISTINA KOS- LOVISKI Vara Única Ministério Públi- co do Paraná Salto do Lontra	Solicitação para implantação do Portal da Transpa- rência, mediante a utilização de plataforma dispo- nibilizada gratuitamente pela CELEPAR conforme recomendação do CAOP.	Em reunião realizada com o promotor coordenador do Grupo de Estudos do Ministério Publico da Região Sudoeste, Francisco de Carvalho Neto, foi informado que será providenciado em bloco para todas cidades da região sudoeste.	Aguardando posicionamento do Ministério Público.
592	SANTA IZABEL DO OESTE	Câmara	DR. RAPHAEL FLEURY ROCHA Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	Instaurado Pro- cedimento in- vestigatório pelo Ministério Públi- co.
593	SANTA IZABEL DO OESTE	Prefeitura	Ministério Públi- co Dr. Gustavo Elói Razera Comarca de Realeza – PR.	Potencial ilegalidade em Pregão Presencial 85/2013, onde foi contratada a empresa Sabiá Ecológico, para diversos serviços relacionados ao Lixo da cidade. Em análise, constatamos que, não foi feito a fase interna da licitação (memorial descritivo, requisições, etc.) não foram feitos orçamentos para determinar os preços máximos, não há fiscal de contrato, não houve relatórios dos serviços prestados, a empresa licitante foi contratada para destinação final, mas está fazendo o transporte foram agrupados diversos serviços, ocasionando restrição de mercado, os serviços objeto da contratação também não contemplam os	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Instaurado Pro- cedimento in- vestigatório pelo Ministério Públi- co.



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 210
				interesses da municipalidade e não garante a segurança para o Erário		
594	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	Câmara	DR. EDMUNDO SIDOLI Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Instaurado Pro- cedimento in- vestigatório pelo Ministério Públi- co.
595	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	Prefeitura	Ministério Públi- co	Semana do Meio Ambiente: Potencial ilegalidade em unidade de destinação e ou ESTAÇÃO DE TRIAGEM E TRANSBORDO (ETR), potencialmente transformada em "lixão" – afronta a Lei – desrespeito a POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – responsabilidade de empresa terceirizada e do Gestor Público.	Realizado visita in loco, colhido provas, elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	
596	SANTO ANTÔNIO DO SUDOSTE	Prefeitura	DR. EDMUNDO SIDOLI Vara Única Ministério Públi- co do Paraná	Solicitação para implantação do Portal da Transparência, mediante a utilização de plataforma disponibilizada gratuitamente pela CELEPAR conforme recomendação do CAOP.	Em reunião realizada com o promotor coordenador do Grupo de Estudos do Ministério Publico da Região Sudoeste, Francisco de Carvalho Neto, foi informado que será providenciado em bloco para todas cidades da região sudoeste.	Aguardando posicionamento do Ministério Público.
597	SÃO JOÃO	Câmara	DR. EDUARDO GARCIA BRANCO Ministério Público do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores.	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	Instaurado Procedimento investigatório pelo Ministério Público.
598	SÃO JOÃO	Câmara	DR. EDUARDO	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de	Feito investigações, colhi-	Instaurado Pro-



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 211
•	Cidade	Órgão	Investigação GARCIA	ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de	do provas e elaborado	cedimento in-
			Ministério	Vereadores.	denuncia ao Ministério	vestigatório pelo
			Público do	vereduores.	Público, aguardando pro-	Ministério Públi-
			Estado do		videncias.	co.
			Paraná			
					Em reunião realizada com	Aguardando
					o promotor coordenador	Posicionamento
					do Grupo de Estudos do	do Ministério
			DR. EDUARDO	Solicitação para implantação do Portal da Transpa-	Ministério Publico da	Público.
599	SÃO JOÃO	Prefeitura	GARCIA BRAN-	rência, mediante a utilização de plataforma dispo-	Região Sudoeste,	
	3/10/30/10	Trefeitura	CO Vara Única	nibilizada gratuitamente pela CELEPAR conforme	Francisco de Carvalho	
			de São João	recomendação do CAOP.	Neto, foi informado que	
					será providenciado em	
					bloco para todas cidades	
					da região sudoeste.	
				Potencial ilegalidade em pagamentos de	Feito investigações, colhi-	
			Ministério Públi-	mensalidades para entidade privada de prefeitos	do provas e elaborado	
600	SERTANÓPOLIS	Prefeitura	со	denominada de AMEPAR ASSOCIAÇÃO DOS	denuncia ao Ministério	
				MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA - entre	Público, aguardando pro-	
				outros.	videncias.	
			Ministério Públi-		Feito investigações, colhi-	
			со	Denuncia de Potencial ilegalidade em pagamentos	do provas e elaborado	
601	SULINA	Prefeitura	Dr. Eduardo	sem respeitar a ordem cronológica dos empenhos	denuncia ao Ministério	
			Garcia Branco	 discricionariedade descabida. 	Público, aguardando pro-	
			Comarca de São		videncias.	
			João - PR			
				Potencial ilegalidade em pagamentos de	Feito investigações e ela-	
602	Terra Boa	Prefeitura	Ministério Públi-	mensalidades para entidade privada de prefeitos	borado denuncia ao Minis-	
			со	denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	tério Público, aguardando	
				COMCAM entre outros.	providencias.	
603	Ubiratã	Prefeitura	Ministério Públi-	Potencial ilegalidade em pagamentos de	Feito investigações e ela-	
000	Oblitata	. rereitara	со	mensalidades para entidade privada de prefeitos	Titt compage con	



1	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status 212
		. 3.		denominada de ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMCAM entre outros.	borado denuncia ao Minis- tério Público, aguardando providencias.	
604	UMUARAMA	Prefeitura	Ministério Públi- co Dr. FABIO HI- DEKI NAKANISHI Comarca de Umuarama-PR	Apurar irregularidade em doação de terreno para a empresa Quality Bio – Concessão de licença ambiental para as empresas Quality Bio – Sabiá Ecológico e Guará Transportes.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Aberto inquérito Civil
605	UMUARAMA	IAP – Prefeitura – Vigilância Sanitária	Ministério Públi- co Dr. FABIO HI- DEKI NAKANISHI Comarca de Umuarama-PR	Potencial crime ambiental de empresa de reciclagem de baterias automotivas – disposição irregular de escória de chumbo no meio ambiente – potencial dano à saúde humana, fauna e flora.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Instaurado Procedimento investigatório pelo Ministério Público.
606	UMUARAMA	Prefeitura	Ministério Públi- co Dr. FABIO HI- DEKI NAKANISHI Comarca de Umuarama-PR	Potencial ilegalidade no Processo Licitatório EDITAL MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. o89/2015 com objetivo de contratação de empresa para prestar serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos classe I e II, em aterro devidamente licenciado, para atendimento na coleta dos resíduos do lava rápido, posto de combustível e oficina do pátio de máquinas da Prefeitura Municipal de Umuarama-PR e fazer Recomendação Administrativa.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Instaurado Procedimento investigatório pelo Ministério Público.
607	UNIÃO DA VITÓRIA	IAP – Prefeitura – Vigilância Sanitária	Ministério Público co Dra. Juliana Mitsue Batomé Comarca de União da Vitória - PR	Potencial crime ambiental de empresa de reciclagem de baterias automotivas – disposição irregular de escória de chumbo no meio ambiente – potencial dano à saúde humana, fauna e flora.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Instaurado Procedimento investigatório pelo Ministério Público.



4	C: de de	Ó	lanca atilata a# -	Noticia de Fata	Observação	Chatura 213
Т	Cidade	Órgão	Investigação	Notícia de Fato	Observação	Status
608	VERÊ	Câmara	DR. FLAVIO CALIRI SCHMIDT Ministério Público do Estado do Paraná	Pedido de Ação Civil Pública – Pagamento ilegal de ONG privada - ACAMSOP13 – Associação Privada de Vereadores	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Instaurado Procedimento investigatório pelo Ministério Público.
609	VIRMOND	Prefeitura	Ministério Públi- co Dr. DIOGO DE ARAUJO LIMA Comarca de Cantagalo	Potencial crime ambiental de empresa de reciclagem de baterias automotivas – disposição irregular de escória de chumbo no meio ambiente – potencial dano à saúde humana, fauna e flora, cometido pela prefeitura com disposição de lixo em local inadequado e sem licenciamento.	Feito investigações, colhi- do provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando pro- videncias.	Instaurado Procedimento investigatório pelo Ministério Público.
610	VITORINO	Prefeitura	Ministério Público co Dra. Silvana Cardoso Loureiro Comarca de Pato Branco – PR.	Potencial ilegalidade - Pregão 055/2012, para diversos serviços relacionados ao Lixo da cidade. Em análise, constatamos que não foram feitos orçamentos para determinar os preços máximos, não há fiscal de contrato, não houve relatórios dos serviços prestados, a empresa licitante não possui licença para todos os serviços contratado, foram aditivos contratuais indevidos em virtude das ilegalidades apontadas, com tempo suficiente para as correções necessárias, foram agrupados diversos serviços, os serviços objeto da contratação também não contemplam os interesses da municipalidade e não garante a segurança para o Erário, por estes e outros fatores	Feito investigações, colhido provas e elaborado denuncia ao Ministério Público, aguardando providencias.	

